

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**

MILENA BARROS DE MIRANDA SALES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E
OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO EM SÃO LUÍS (MA): a formação do bairro Vila
Isabel Cafeteira.**

**São Luís
2023**

MILENA BARROS DE MIRANDA SALES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E
OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO EM SÃO LUÍS (MA): a formação do bairro Vila
Isabel Cafeteira.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de mestrado, sob a orientação do Prof^a. Dra. Zulene Muniz Barbosa, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

**São Luís
2023**

MILENA BARROS DE MIRANDA SALES

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E
OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO EM SÃO LUÍS (MA): a formação do bairro Vila
Isabel Cafeteira.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de mestrado, sob a orientação do Prof^a. Dra. Zulene Muniz Barbosa, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Zulene Muniz Barbosa - Orientadora

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA)

Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira – Examinador interno

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA)

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira – Examinador externo

Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus:

Consagre ao Senhor
tudo o que você faz,
e os seus planos serão bem-sucedidos.
(Provérbios 16:3)

Meus pais, Valkiria Sales e Marne Sales, por estarem ao meu lado, sempre apoiando e incentivando. Me sinto privilegiada por tê-los como guias, guardiões e fonte inesgotável de inspiração e força de vontade.

Ao meu marido e pesquisador, Roberto Mancini, que sempre foi apoio e grande inspiração. Agradeço tanto ter podido dividir essa caminhada com você. Em cada visita ao bairro, em cada entrevista, em cada *insight* sobre a pesquisa. Foi um diferencial e tanto ter sua presença na construção dessa pesquisa.

Aos meus irmãos, Marne Sales e Marvin Sales, que compartilham comigo o dia a dia da pesquisa, da vida acadêmica e das normas ABNT.

Ao pequeno ser de luz, meu sobrinho Marne neto, a quem quero ser sempre uma confidente e exemplo de boa conduta.

As minhas avós Nena e Nunu. É muito bom poder contar com as orações de proteção delas. Se a minha vida fosse um jogo de futebol, elas seriam as primeiras a chegar e se sentar nas primeiras fileiras: é imensurável ter a torcida de vocês pelo meu êxito em qualquer sonho da minha vida.

A minha orientadora, Zulene Barbosa, peça-chave para evolução da minha pesquisa e fundamental no meu crescimento acadêmico, já que está comigo desde a graduação - que se iniciou em 2009 - e permanece até hoje.

A minha banca de qualificação: Prof. Dr. Antônio José Ferreira e Profa. Dra. Célia Mota, que deram um norte e muitas contribuições para o caminho final da dissertação. Agradeço, com muito carinho, terem feito parte desse momento.

A minha banca de defesa, agradeço o aceite do convite. A ciência se faz em conjunto, e ter esses nomes de peso, na área da sociologia urbana de São Luís, para minha avaliação é empolgante (assustador e desafiador também). Então obrigada, mais uma vez, Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, e obrigada também ao Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira, pela disponibilidade e atenção.

Agradeço imensamente à paciência e dedicação da nossa querida Elizete. Já são tantos anos (desde a graduação) tirando dúvidas, pedindo documentos e esclarecimentos para ela. Obrigada por ser uma amiga para gente. Você é o patrimônio mais valioso do PPDSR.

Aos meus colegas de turma: foi bom dividir conhecimentos, dúvidas e debater temas tão essenciais à ciência.

A Jaine Caldas e Juliana Castro:

Obrigada pela parceria ao longo desse caminho que, por muitas vezes, chegou a ser tortuoso e cheio de incertezas. Foi bem difícil ser a turma que se iniciou em ano pandêmico, pois tivemos muitos desafios, foi uma grande novidade trabalhar com plataformas como o *Google meet*, *Microsoft Teams*. Mas chegamos à reta final e conseguimos alcançar nossos objetivos. Agradeço principalmente pelas trocas ao longo desses anos, como já disse anteriormente, a ciência não se faz sozinha.

A todos os professores do PPDSR: as disciplinas ministradas, assim como o conhecimento deles foi essencial para a construção e conclusão da minha pesquisa.

Agradeço aos moradores do bairro Vila Isabel cafeteira, pois foram fundamentais para a construção da narrativa do último capítulo. Agradeço imensamente a todos aqueles que tiraram um tempo em sua rotina para conceder uma entrevista e narrar seu cotidiano, suas histórias de vida e as fragilidades do bairro.

*Aos meus avôs, Severino Sales e Valdeci Miranda, por serem
sempre minha maior fonte de força.*

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar a formação do bairro Vila Isabel Cafeteira, originado através de um processo de ocupação espontânea, estando em parte situado em “áreas de risco”. O foco é tentar perceber as relações entre os aspectos socioeconômicos (renda familiar, escolaridade, trajetória ocupacional etc.) dos moradores, com as suas motivações em ocupar esta localidade. Considerando características candentes da urbanização brasileira consolidadas nas últimas décadas, como a desigualdade de acesso ao espaço e à moradia, denotando o processo de segregação como intrínseco ao crescimento das cidades, buscou-se explicar como a produção do espaço urbano de São Luís, a partir do bairro destacado, reproduz estes aspectos mais amplos. A pesquisa fundamentou-se em dois tipos de dados: os primários, obtidos através da realização de entrevistas com os moradores do bairro e pela observação direta da realidade pesquisada; e os secundários, adquiridos por meio de informações sobre a expansão urbana brasileira e da cidade de São Luís produzidas pelo IBGE, além da análise de matérias publicadas em portais de notícias sobre o bairro, em geral evidenciando a situação de área de risco - ocasionada por inundações e deslizamentos- de ruas da localidade. O foco foi compreender como as características do processo mais amplo de expansão urbana e segregação socioespacial do município de São Luís, se evidenciaram através das vivências individuais/familiares e pelas representações dos moradores entrevistados.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Segregação socioespacial. Áreas de risco. Ocupação espontânea. Vila Isabel Cafeteira.

ABSTRACT

This work aims to investigate the process of formation and occupation of the neighborhood “Vila Isabel Cafeteira”, located in a “risk” area in São Luís/MA. The focus is on understanding the relationships between the socioeconomic aspects (family income, education, occupational history, etc.) of the residents, with their motivations for occupying this location. Brazilian urbanization has been strongly marked in recent decades by inequality of access to space and housing, characterizing a socio-spatial segregation in its process. We sought to explain how the production of urban space in São Luís, based on the highlighted neighborhood, reproduces these broader aspects of urbanization in Brazil. The research was based on two types of data: the primary ones were obtained through semi-structured interviews and direct observations of the researched reality; and the secondary ones were acquired through information about the Brazilian urban expansion and the city of São Luís produced by IBGE, in addition to the analysis of published articles on news portals about the neighborhood, in general showing the situation of a risk area - floods and landslides – of some streets in the locality. The focus was to understand how the characteristics of the broader process of urban expansion and socio-spatial segregation in the municipality of São Luís are evidenced through individual/family experiences and through the representations of the residents interviewed.

Keywords: Production of urban space. Socio-spatial segregation. Risk areas. Spontaneous occupation. Vila Isabel Cafeteria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagens de satélite da Vila Isabel Cafeteira (demarcada em vermelho, à esquerda) e dos bairros planejados da COHAB (à direita)	71
Figura 2: Imagem de satélite da área da Vila Isabel Cafeteira e arredores em 1985.....	72
Figura 3 - Ponte sobre o Rio Itapiracó, um dos acessos ao bairro.....	78
Figura 4 - Exemplo de rua do bairro.....	79
Figura 5 - Vielas entre as casas na Vila Isabel Cafeteira.....	80
Figura 6 - Rua com esgoto exposto na Vila Isabel Cafeteira	80
Figura 7 - Moradia construída ao lado do Rio Itapiracó sem tratamento de esgoto.....	81
Figura 8 - Aspecto do Rio Itapiracó atualmente em córrego ao lado de domicílio na Vila Isabel Cafeteira.....	83
Figura 9 - Linha de ônibus trafegando pela Vila Isabel Cafeteira.....	86

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS e TABELAS

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural no Brasil (1960-2010)	34
Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural no Maranhão, segundo os Censos demográficos (1960-2010)	36
Gráfico 3 - Domicílios em condição de risco em aglomerados subnormais, segundo a localização no sítio urbano de São Luís/MA (Censo/2010).....	92
Quadro 1 - População urbana de São Luís (MA) nos Censos demográficos de 2000 e 2010.....	17
Quadro 2 - Relação de moradores entrevistados, segundo data e local da entrevista.....	23
Quadro 3 - Ocupações planejadas e espontâneas em São Luís.....	64
Quadro 4 - Tipos de danos causados por intempéries e bairros mais incidentes.....	89
Tabela 1 - Conjuntos habitacionais construídos em São Luís entre 1967-1980.....	57

LISTA DE SIGLAS

ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão

AMZA - Amazônia Mineração S/A

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

COHAB - Companhias Habitacionais

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DOU - Diário Oficial da União

EFC - Estrada de Ferro Carajás

FCP - Fundação da Casa Popular

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNE - Federação Nacional dos Engenheiros

FUBESMA - Federação das Uniões de Moradores dos Bairros do Estado do Maranhão

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

MBES -Ministério da Habitação e Bem-Estar Social

MDF - Movimento em Defesa das Favelas

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PFC - Projeto Ferro Carajás

PGC - Programa grande Carajás

PIN - Plano de Integração Nacional

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH - Política Nacional de Habitação

PT - Partido dos Trabalhadores

Sarem - Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios

Serfhau - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

Serfhau - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SNH - Sistema Nacional de Habitação

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SURPLAN-

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Da contextualização do objeto à apresentação do problema de pesquisa.....	16
Estratégias de pesquisa e a natureza dos dados.....	21
O trabalho de campo.....	22
A estrutura da dissertação.....	24
CAPÍTULO 1 - A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA E A DIALÉTICA DA EXPANSÃO URBANA.....	26
1.1 Industrialização e crescimento urbano: mudanças econômicas e sociais no Brasil pós 1930.....	31
1.2 O Planejamento urbano na (re)configuração das cidades.....	38
1.3 Transições políticas e o planejamento urbano no Brasil.....	44
CAPÍTULO 2 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E AS LUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA CIDADE NO BRASIL E MARANHÃO.....	48
2.1 O direito à cidade e a questão do déficit habitacional no Brasil.....	48
2.2 Segregação socioespacial e os agentes sociais na formação do espaço urbano de São Luís.....	52
2.2.1 A formação do núcleo urbano de São Luís.....	53
2.2.2 O Estado no seu papel de planejador habitacional.....	55
2.2.3 O crescimento urbano de São Luís face às ocupações espontâneas.....	58
2.3 A questão urbana e a ação dos movimentos sociais.....	59
2.3.1 Os movimentos e os conflitos pela moradia na cidade de São Luís.....	62
2.4 O movimento pela reforma urbana e as normatizações após 1988.....	65
CAPÍTULO 3 - SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO: o caso do bairro Vila Isabel Cafeteira.....	70
3.1 Ocupação, formação e aspectos atuais do bairro Vila Isabel Cafeteira.....	70
3.2 Vila Isabel Cafeteira: uma análise da paisagem atual do bairro.....	76

3.3 A construção social e sociológica das moradias/áreas de risco.....	86
3.3.1 As moradias em áreas de risco e a sua reprodução na realidade social estudada.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

Da contextualização do objeto à apresentação do problema de pesquisa.

A dissertação tem por finalidade investigar o processo de formação e ocupação do bairro Vila Isabel Cafeteira, localizado em uma área denominada de “risco”, às franjas do bairro COHAB-Anil III em São Luís/MA. O foco é tentar perceber as relações entre os aspectos socioeconômicos (renda familiar, escolaridade etc.) dos moradores, com as suas motivações em ocupar esta localidade. Busca-se estabelecer um nexo entre as vivências individuais/familiares e as representações desses moradores com as características do processo mais amplo de expansão urbana e segregação socioespacial do município de São Luís. A hipótese central é que a localidade estudada se revela como um microcosmo social de um movimento mais amplo de exclusão social característico do crescimento urbano no Brasil

Esta discussão se pauta, de modo geral, na questão da expansão urbana brasileira, relacionada com o crescimento demográfico e o déficit habitacional nas cidades; inseridas num contexto de expansão do capitalismo dependente brasileiro (BOTEGA, 2008), que marca a passagem de uma economia de “modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento” (p.2), orquestrado por políticas estatais que criam as condições para a acumulação capitalista industrial capitaneado pelo modelo nacional desenvolvimentista, incluindo a própria legislação trabalhista (1937 a 1945), o qual permitiu regulação da oferta da força de trabalho que afluía às cidades brasileiras, conformando um “exército de reserva” (OLIVEIRA, 2013).

A partir da década de 1950, esse fenômeno intensifica-se na região Nordeste do país, através do planejamento estatal protagonizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inserindo a região numa nova lógica da divisão regional do trabalho (embora de forma dependente, resultando numa tentativa de “homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, 1981, p.25). O crescimento urbano passa a vincular-se a uma conexão causal entre dois fenômenos: o aumento da industrialização; e a urbanização daí decorrente.

A respeito do espaço e da urbanização, Nascimento e Matias (2011, p. 67) são enfáticos ao afirmar que,

A expansão urbana é uma das expressões mais concretas do processo de produção do espaço na sociedade contemporânea. No espaço urbano, a concentração espacial de pessoas na forma de força de trabalho e de mercado consumidor, aliada à concentração

dos meios de produção, permite que as forças produtivas alcancem um elevado grau de desenvolvimento, acelerando assim a realização da mais-valia e a reprodução do capital.

O espaço apresenta-se como uma condição geral de existência e reprodução da sociedade (BOTELHO, 2007). A produção e modificação do espaço urbano passam a ser condicionados pela dinâmica de valorização do capital, incluindo aí, o processo de mercantilização da terra – característica que vem sendo constantemente assinalada na literatura sobre produção do espaço urbano no Brasil e no mundo (BOTELHO, 2007; MARICATO, 2013; NASCIMENTO; MATIAS, 2011; VAINER, 2013; LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012).

A intensidade da urbanização nas cidades brasileiras apresenta desafios para o planejamento urbano estatal (MARICATO, 2013), bem como para a estruturação do espaço geográfico para receber mudanças tão amplas, que necessitam de infraestrutura adequada. A cidade de São Luís reflete o movimento de intensificação da urbanização. As estatísticas oficiais – produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - acompanham o aumento do crescimento horizontal em São Luís. Com uma área territorial de 834, 785 Km², sendo a maior parte em perímetro urbano, o município tem o seu crescimento demográfico (Quadro 1) - verificado nos censos demográficos (IBGE, 2000,2010) - e espacial ampliado, gerando reflexos de grande significância na apropriação do espaço urbano pela população. Considerando-se as subdivisões dos bairros, áreas de palafitas, favelas, contabiliza-se cerca de 113 bairros existentes em São Luís (INCID, 2010).

Quadro 1: População urbana de São Luís (MA) nos Censos demográficos de 2000 e 2010.

Ano	População Urbana	Total
2000	837.584	870.028
2010	958.522	1.014.837

Fonte: IBGE (Censo 2000, 2010).

A expansão urbana de São Luís reflete um aspecto mais amplo do processo de urbanização brasileira, marcada por uma forte e persistente segregação socioespacial. Esta segregação vincula-se ao que se denomina de “exclusão urbanística” (MARICATO, 2013), que no Brasil está representada pela imensa ocupação espontânea do solo urbano. A urbanização brasileira foi fortemente caracterizada pelo binômio formal/legal, amparado e fortificado pelo mercado imobiliário e os seus vultos especulativos; pelo qual se estabeleceu todo um aparato legislativo (leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo etc.), que oculta

“cidade real”, constituída fora da dinâmica mercadológica de valorização do solo e das políticas estatais de planejamento. É aí que se insere a questão da segregação territorial “e todos os corolários que a acompanham: falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, riscos de enchentes, violência – [que] estão a ele vinculados” (MARICATO, 2013, p.123).

A segregação socioespacial é um importante desdobramento desse processo, pois não somente os setores mais vulneráveis socialmente começam a construir os seus locais de moradia, mas trata-se de um fenômeno que atinge desde as elites urbanas (SOUZA, 2012), até as camadas médias e baixas, o que torna o problema da segregação socioespacial difícil de ser solucionado. Como desdobramento da segregação socioespacial,

(...) surgem problemas, principalmente referentes a questão da moradia: aluguéis altos, imóveis ilegais, periferização e déficit habitacional. Os bairros que possuem acesso fácil às atividades comerciais e sociais, como escolas, hospitais e supermercados, se valorizam cada vez mais, impedindo que muitos adquiram um imóvel nesta região. A isso se soma a especulação imobiliária que matem imensos vazios na cidade à espera de valorização. Há pouco investimento público no setor imobiliário para habitações populares, onde, muitas vezes a classe média acaba por ocupar habitações que eram destinadas a população de baixa de renda, graças a burocracia do cadastramento e a dificuldade dessas famílias em pagar a quantia mensal exigida para adquirir um imóvel, mesmo que popular (SILVA, 2007, p. 5).

Do ponto de vista das classes populares, a segregação é marcada pela apropriação espontânea de espaços para habitação¹. Esses espaços, que configuram posteriormente as chamadas “aglomerações subnormais”, em alguns casos são também “áreas de risco” (localidades em margens de rios, encostas de morros, colinas – isto é, localidades vulneráveis a enchentes, desmoronamentos etc.). A habitação destas localidades caracteriza um espaço urbano onde disparidades socioeconômicas engendram desequilíbrios territoriais, devido à capacidade diferenciada de apropriação e circulação no espaço; assim como o acesso precário ou inexistente de serviços coletivos urbanos (saneamento ambiental, transporte coletivo, saúde, educação, lazer etc.). Trata-se de um fenômeno que resulta do desenvolvimento desordenado das cidades brasileiras. A ocupação de áreas de risco tem como uma das suas consequências alterações ambientais.

Em São Luís, a segregação espacial se intensificou nas últimas décadas. Surgiram diversos loteamentos em áreas consideradas impróprias, tendo vista que algumas foram implantadas em áreas de risco, condicionando situações de perigo. Nestas localidades, como o bairro aqui estudado, em que moradias instaladas na base de morros estão presentes, o principal

¹Na perspectiva do planejamento estatal estas áreas habitacionais podem ser definidas como espaços “irregulares” ou “ilegais” de habitação. Por vezes, também recebem a alcunha de “invasões” – denominação muito utilizada no senso comum de São Luís para se referir a estes tipos de moradia. (Cf. uma discussão sobre movimentos de invasão de terrenos no espaço urbano de São Luís no Capítulo 2).

risco está relacionado aos deslizamentos ou desabamentos de terra em moradias próximas às encostas de morros, ou enchentes naquelas que margeiam córregos/rios. A situação de risco de moradias situadas nesse bairro, não raras vezes, é veiculada em portais de notícias do Maranhão, que relatam a atuação de órgãos como a Defesa Civil do município de São Luís².

A Vila Isabel Cafeteira constituiu-se nas adjacências de conjuntos habitacionais financiados pela extinta Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB-MA). Esses bairros ilustram duas formas de produção do espaço urbano marcantes em São Luís. A Vila Isabel Cafeteira surgiu pela ocupação espontânea e por conta própria de diferentes famílias, enquanto os conjuntos da COHAB surgiram como um dos primeiros bairros planejados de moradias populares dessa cidade, a partir do final da década de 1960 (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Metodologicamente para dar conta do objeto parte-se da noção da totalidade que inclui a particularidade, inicialmente uma representação caótica, que compreende a realidade como um conjunto de relações contraditórias (MARX; ENGELS, 2007). Esta abordagem está aqui utilizada de acordo com a perspectiva dos estudos urbanos (HARVEY, 2005; MARICATO, 2013a; CARLOS, 2018), que concebem o processo de expansão e acesso ao espaço urbano como predominantemente orientados segundo a lógica da lei do valor marxiana, que transforma o que antes era apenas valor de uso em valor de troca.

Segundo Harvey (2005), a urbanização numa sociedade capitalista deriva das condições e circunstâncias de acumulação do capital, e, desse modo, das relações de classe. A distribuição espacial do capital está vinculada ao processo de circulação e trocas econômicas, que resultam em diferentes processos sociais, que podem ser trocas mercantis, atividades produtivas, deslocamento para o trabalho etc. A relação que os espaços possuem com o movimento mais amplo de circulação e acumulação do capital, de acordo com a lógica do desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1985), os definem como integrados e valorizados na divisão territorial do trabalho, ou pouco integrados ou excluídos do processo. Neste último caso, podem se transformar em espaços de moradia para trabalhadores de menor escolaridade, com vínculos empregatícios mais instáveis e distantes dos espaços de maior circulação de capital.

Entretanto, a apreensão do processo de produção do espaço urbano ultrapassa as ações do binômio estado-capital, e adentra no horizonte de ação de outros tipos de agentes. Nos estudos urbanos a noção de agentes sociais é relevante neste sentido. Introduzida pelo geógrafo espanhol Horácio Capel, em artigo de 1974, os principais agentes de produção do espaço eram

²Cf. <https://oestadoma.com/noticias/2021/01/08/defesa-civil-da-prefeitura-de-sao-luis-realiza-visitas-tecnicas-em-areas-de-risco/>. Acesso em 25/05/2022. <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2014/05/09/defesa-civil-interdita-23-moradias-em-areas-de-risco-em-sao-luis/>. Acesso em 25/05/2022.

quatro: os proprietários dos meios de produção; os proprietários do solo, incluindo os pequenos proprietários; os promotores imobiliários e as empresas de construção; e organismos públicos, representados pelo Estado (VASCONCELOS, 2020).

Esta abordagem é aqui utilizada na mesma perspectiva de Ferreira (2014), que adapta os agentes de produção do espaço para a realidade de São Luís, recolocados da seguinte maneira: os detentores de capital, os apropriadores de terra, os promotores imobiliários e os moradores de áreas de ocupação. Estes últimos com papel marcante na expansão espacial das cidades brasileiras (MARICATO, 2013b).

Todas estas circunstâncias são determinantes para a caracterização do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001), relacionado com a variedade de deslocamentos humanos (casa/trabalho, casa/lazer, casa/consumo, casa/serviços etc.). São as características e condições desses deslocamentos que podem produzir espaços centralizados e outros não.

Logo, a questão fundamental para a pesquisa é a investigação sobre como o bairro Vila Isabel Cafeteira, *locus* empírico, reproduz aspectos da urbanização segregacionista e excludente brasileira? Esta questão principal se pormenoriza por três perguntas, que orientam as nossas incursões ao campo:

(i) quais os processos sociais (exclusão econômica, ausência de moradia, ascensão econômica do entorno etc.), estiveram e estão envolvidos na ocupação dessa área habitacional, formada à revelia do planejamento urbano estatal e do mercado imobiliário?

(ii) Quais as características das trajetórias individuais e familiares (renda familiar, escolaridade dos pais, filhos, cônjuges, ocupações etc.) desses moradores, e o que elas permitem compreender sobre esse tipo de expansão excludente e segregacionista do espaço urbano – caracterizada pelo acesso precário a serviços coletivos urbanos? Quais os deslocamentos caracterizam a vida dos moradores do bairro no espaço intra-urbano?

(iii) conforme as particularidades da urbanização brasileira e ludovicense, buscaremos perceber como os moradores, enquanto agentes desse processo, incorporam essas características, segundo as representações (BECKER, 2009) que engendram sobre o seu espaço de moradia, e a relação deste com o restante do espaço urbano. Este aspecto pode revelar uma dimensão simbólica desse processo, na medida em que se trata de investigar as percepções, significados e processos de classificação produzidos por esses agentes, em muitos casos relacionados a lógicas de distinção social (BOURDIEU, 2013).

Estratégias de pesquisa e a natureza dos dados.

A investigação do perfil socioeconômico de moradores do bairro está aliada ao estudo do processo de formação sócio-histórica da localidade e das vivências e condições de vida dos agentes a serem pesquisados. Neste aspecto, três técnicas de pesquisas foram relevantes. A primeira refere-se à revisão bibliográfica, dada a natureza conceitual e histórica implicada em nossa problemática. A problemática aqui proposta sobre a formação do bairro e a vida dos moradores relaciona-se tanto com a história do próprio bairro, quanto à percepção de elementos característicos da expansão urbana no Brasil, que conferem ao processo de conformação do bairro um caráter segregacionista. Os destaques desses elementos marcantes da urbanização brasileira, que delinearão o nosso problema de pesquisa, estão amparados na literatura sobre estudos urbanos, apresentada nos dois primeiros capítulos.

A segunda trata-se do levantamento de dados secundários no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA-IBGE), sobre características diferenciadas da população e das habitações³, no sentido de auxiliar na construção de uma realidade estrutural urbana de São Luís, a qual o espaço destacado está inserido.

A terceira técnica refere-se à produção dos dados primários, relacionados a dimensão da vida social marcada pelas percepções e representações (BECKER, 2009) dos agentes sobre as suas condições de vida. Neste caso, privilegia-se técnicas de pesquisa que evidenciem os seus relatos orais.

Ao buscarmos perceber os aspectos estruturais do bairro, relacionados às condições de vida dos moradores, e que tangenciam a investigação do estado e qualidade dos serviços coletivos urbanos (fornecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, disponibilidades de transporte coletivo, áreas públicas de lazer, educação e saúde), trabalharemos com a confecção de roteiros semiestruturados de entrevistas que avaliem diretamente a vida dos moradores na Vila Isabel Cafeteira.

Neste aspecto, a utilização de entrevistas semiestruturadas, permitiram compreender as particularidades das ações e representações de cada conjuntos de agentes do mundo social, na medida em que a

A entrevista por ser um “instrumento que permite elucidar condutas [sociais], na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria

³Algumas das variáveis de dados retiradas a partir do IBGE sobre a situação da população e moradias urbanas em São Luís, foram: renda familiar, acesso ao saneamento básico, localização da habitação no sítio urbano (se em encostas, área de manguezais, em margem de córregos, rios etc.), tipos de famílias residentes (se unipessoal, nuclear, estendida ou composta).

perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações” (POUPART, 2008, p. 217).

Durante a aplicação de entrevistas com os moradores, portadores de diferentes perfis (de renda, de trabalho, de escolarização), uma questão metodológica que veio à tona foi a seguinte: a arbitrariedade que estas podem assumir, pelo fato de serem concebida, em muitas das vezes, unilateralmente pelo pesquisador e sem acordo e negociação prévia com o entrevistado (BOURDIEU, 1997). Esta ocorrência pode corroborar uma dupla dissimetria, pois se encontra ainda com outro tipo de disparidade que pode existir no campo de pesquisa: a dissimetria social - que pode ocorrer “todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente capital cultural” (p. 695). É necessário, portanto, um mínimo processo mimético de adequação às categorias de classificação do mundo social utilizadas por esses moradores, para arrefecer tais assimetrias (BOURDIEU, 1997).

As entrevistas possibilitaram o acesso às ações e as representações que os moradores produzem sobre as características e condições do processo de urbanização, a qual também é agente. Em geral, esta urbanização é categorizada através da voz de especialistas, que mobilizando um saber técnico criam representações sobre determinada realidade (LENOIR, 1996). Isto nos leva a uma forma de vigilância epistemológica indicada por Bourdieu (2001): há de se considerar a diferença entre as categorias exógenas (*doxa douta*) lançadas pelos pesquisadores e agentes especializados (do poder público ou dos campos científicos, por exemplo) a uma determinada realidade, e a forma como é percebida e significada pelos agentes que dela participam diretamente. Este procedimento ajuda a evitar a reprodução, sem maiores critérios, das categorias de percepção da *doxa douta*.

O trabalho de campo

A consecução dos dados primários e qualitativos desta pesquisa baseou-se em trabalho de campo realizado no bairro Vila Isabel Cafeteira. O trabalho de campo foi organizado em dois momentos: um momento inicial em que foi realizada a pesquisa exploratória; e uma outra etapa destinada à aplicação dos roteiros de entrevista com moradores.

A pesquisa exploratória ocorreu em dois períodos: no mês de dezembro de 2021 e em março de 2022. Estes momentos consistiram no conhecimento e observação inicial de aspectos mais amplos relacionados à paisagem geral do bairro, o perfil das ruas, casas e o seu cotidiano, feitos pelo próprio pesquisador. Esta fase também esteve voltada para a busca de contatos

iniciais com moradores, para posterior realização de entrevistas. O recolhimento de alguns relatos informais de moradores sobre questões do bairro, como o acesso à saúde, a escolas, infraestrutura e impressões gerais da vida no bairro, também foram possíveis nestas primeiras visitas.

As entrevistas foram executadas durante o segundo semestre do ano de 2022. Ao todo, realizaram-se 13 entrevistas semiestruturadas com moradores (Cf. Anexo II), adequando-se questões conforme o perfil dos entrevistados e assuntos suscitados em cada conversa. Todas entrevistas ocorreram na Vila Isabel Cafeteira, no interior ou em frente à casa dos entrevistados, sendo quase todas gravadas. Duas entrevistas foram apenas anotadas: uma por falha técnica no gravador; e outra por certo constrangimento do entrevistado.

O quadro 2 lista todas as entrevistas do trabalho de campo, com as datas e locais de realização:

Quadro 2: Relação de moradores entrevistados⁴, segundo data e local da entrevista.

Entrevistado	Localidade	Data
José	Vila Isabel Cafeteira	16/09/2022
Maria	Vila Isabel Cafeteira	16/09/2022
Darlene	Vila Isabel Cafeteira	16/09/2022
Paula	Vila Isabel Cafeteira	16/09/2022
Seu Walber	Vila Isabel Cafeteira	14/11/2022
Eliana	Vila Isabel Cafeteira	14/11/2022
Ana	Vila Isabel Cafeteira	14/11/2022
Seu Beto	Vila Isabel Cafeteira	14/11/2022
João	Vila Isabel Cafeteira	05/12/2022
Joana	Vila Isabel Cafeteira	05/12/2022
Marcela	Vila Isabel Cafeteira	05/12/2022
Josué	Vila Isabel Cafeteira	05/12/2022

Fonte: Trabalho de campo (2022).

Algumas dificuldades foram encontradas no trabalho de campo. Algumas tentativas de entrevista, inclusive por indicação de conhecidos, não deram certo, em geral por negativa dos moradores. Para se conseguir as entrevistas foram necessárias algumas idas ao campo para consolidar o contato e a confiança entre pesquisador e entrevistado.

⁴A fim de assegurar a privacidade e integridade dos entrevistados, seus nomes foram modificados.

A estrutura da dissertação

Esta dissertação, além da sua introdução e considerações finais, se subdivide em três capítulos principais.

O capítulo que abre este trabalho, nomeado de “**A reestruturação do espaço na sociabilidade capitalista e a dialética da expansão urbana**”, trabalhará elementos teóricos que permitem uma fundamentação mais ampla do nosso problema de pesquisa. A compreensão das características da expansão urbana sob condições capitalistas, a dialética envolvida nesse processo e o modo como condicionam a convivência, a ocupação e a formação dos espaços de sociabilidade nas cidades, é o objetivo deste capítulo. Entendendo o Estado brasileiro como envolvido na dinâmica global da economia capitalista, o estudo da formação e expansão das cidades neste contexto faz-se importante para o estudo de processos de urbanização mais localizados, como aqui nos propomos.

Neste capítulo, evoca-se a discussão sobre os processos induzidos pelo Estado brasileiro, no seu papel de agente social produtor do espaço, enfatizando as políticas urbanas e habitacionais mobilizadas nas ações de planejamento. Para tal empreitada, o referencial teórico utilizado, que perpassará pelos demais capítulos, tem por base autores que analisam os aspectos da acumulação capitalista e as suas consequências para o urbano, enfatizando o recrudescimento do movimento de valorização do espaço ocorrido nas cidades. Este é o caso dos estudos sobre o urbano realizados por David Harvey (2005), Ana Fani Carlos (2018) e Maricato (2013a; 2015).

Apresenta-se, ainda, considerações acerca daquelas formações habitacionais que não se inserem em nenhum dos polos mencionados, cuja origem escapa do planejamento estatal e do mercado imobiliário. Esses espaços intermediários da formação urbana estão sujeitos a diferentes categorizações, como ocupação “informal”, “ilegal”, “espontânea”, e será aqui trabalhada conceitualmente e empiricamente, tendo em vista o estudo destacado enquadrar-se nas tensões provocadas pelas ausências da atuação do Estado e do mercado. São, portanto, o resultado da necessidade e do direito à moradia, que conformam paulatinamente novos espaços de moradia.

O capítulo intitulado “**Os movimentos sociais urbanos e as lutas pela democratização da cidade no Brasil e Maranhão**”, trará uma discussão sobre os processos de exclusão na formação das cidades, que tem como um dos seus resultados a questão do déficit habitacional e a ascensão de movimentos sociais pela reforma urbana e moradia no Brasil, e as

consequências que causaram na reformulação da legislação urbana. Alguns desdobramentos de movimentos de luta pela moradia no Maranhão também serão abordados. Trata-se ainda do processo de formação de São Luís, enfatizando a segregação socioespacial presente na expansão da cidade, como reprodução de características estruturais da urbanização no Brasil

O último capítulo, chamado de “**Segregação socioespacial e a ocupação de áreas de risco em São Luís (MA): o caso da Vila Isabel Cafeteira**” terá como finalidade a exposição dos resultados das pesquisas de campo. Nele se apresentam o processo histórico de ocupação e formação desse bairro, e a forma como esteve relacionado, neste íterim, a características mais amplas da urbanização no Brasil. Analisa-se, ainda, a trajetórias de moradores de diferentes perfis nesse bairro, de modo a compreender, a partir da perspectiva daqueles que estão inseridos diretamente na realidade estudada, as percepções da experiência de morar no bairro em questão.

Este capítulo fundamenta-se, primordialmente, em dados primários recolhidos em trabalho de campo realizado no próprio bairro, e analisado à luz dos autores mencionados. A formação do bairro, a descrição de sua paisagem física construída, a convivência dos moradores nele, os motivos e os sentidos em ali habitarem, serão considerados sempre em relação ao restante do espaço urbano de São Luís, observando as representações por eles produzidas e aquelas lançadas ao bairro pelos que ali não habitam.

CAPÍTULO 1 - A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA E A DIALÉTICA DA EXPANSÃO URBANA.

A expansão do espaço urbano está atravessada pela lógica capitalista e a forma como este tipo de economia impulsiona o processo de acumulação. O esforço neste capítulo é perceber a correlação entre os dois processos sociais (industrialização e urbanização), e a forma como foi vivenciado no Brasil, sob a lógica de um capitalismo dependente, sobretudo a partir da metade do século XX. Nesse sentido, as ideias aqui apresentadas integram perspectivas sobre o urbano, a partir de estudos que estabelecem um nexo entre a lógica de acumulação capitalista e o seu caráter permanentemente revolucionário, que desencadeia transformações em todos os aspectos da vida social, incluindo-se a dinâmica de crescimento das cidades (HARVEY, 2001).

O crescimento da economia capitalista nos últimos séculos trouxe consigo a expansão de sua lógica interna, fundamentada no movimento incessante de acumulação de capital. Este movimento é capitaneado pela classe social burguesa e a sua capacidade de modificar não apenas as relações econômicas, mas a sociedade em que está inserido. O caráter intrinsecamente revolucionário do capital foi percebido como uma das grandes forças da modernidade, dado ao processo ininterrupto de transformações que desencadeia (BERMAN, 2007), e da sua capacidade de subverter toda e qualquer relação social a sua lógica de acumulação (MARX; ENGELS, 2006).

Este impulso inato de transformação é evidenciado por Marx (2006, p. 28), em célebre passagem:

A burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em assalariados por ela remunerados. A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduzia-as a mera relação monetária.

O embrião desse processo revolucionário mais amplo é a constante transformação dos meios e das relações de produção, aquelas relações de propriedade que ligam os indivíduos aos instrumentos produtivos. Na percepção de Marshall Berman (2007), a transformação do espaço, das forças produtivas, a aplicação da técnica e a submissão da natureza realizados pela burguesia, seriam empreendimentos inauditos na história, tendo em vista a intensidade e a velocidade em que destituíram relações sociais tradicionais e inseriram o moderno. A “modernidade” e o “moderno” estão, neste caso, entendidos como uma força constante de mudança, de transformações de todos os tipos de relações que compõe a ordem social.

A análise do processo de produção e transformação do espaço urbano não se aparta, de modo geral, das transformações suscitadas pela lógica interna do capitalismo. Ao contrário, a produção do espaço urbano condiciona-se, em grande medida, pela sua relação com o movimento mais amplo de crescimento econômico (HARVEY, 2001). Neste tópico, a nossa preocupação recai, antes de tudo, sobre as condições – sociais e econômicas - envolvidas na produção do espaço.

De modo geral, o espaço é entendido como “o palco da ação do homem” (CARLOS, 2018, p.63), fato que o associa a uma localização. Este espaço vincula-se, de um lado, a uma base material, que acomoda e organiza uma comunidade humana, e, de outro, a uma dimensão social, que implica na produção social a qual o espaço é resultado. Para diversos autores (BOTELHO, 2007; SANTOS, 2013; CARLOS, 2018), o espaço é compreendido como o produto de um processo de relações que os grupos humanos estabelecem com a natureza, e a condição geral de existência e reprodução da sociedade. Isto porque, o espaço, enquanto processo, precede o capitalismo, remetendo a um período histórico em que os indivíduos deixam de garantir a sua reprodução através da caça e coleta, e desenvolve condições para se estabelecer e transformar o ambiente natural ao seu redor, até culminar no momento de dominação da natureza (CARLOS, 2018).

Nesse sentido, o espaço é aqui investigado levando-se em conta diferentes tipos de relações, que caracterizam a forma que as condições gerais de existência da sociedade assumirão em sua base material. Neste ponto, a relação entre a produção do espaço e a dinâmica desencadeada pela lógica da economia capitalista apresenta-se como um campo vasto nos estudos urbanos (HARVEY, 2001; BOTELHO, 2007; VAINER, 2013, MARICATO, 2013). A produção do espaço está contingenciada pela forma e intensidade em que o trabalho se divide, o grupo se organiza, e o modo como a natureza será transformada em produto humano, sendo este o resultado do trabalho social global. Acrescenta-se, que, esta transformação e as condições em que se operam o trabalho social global, são situadas historicamente.

A produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, a sua divisão e a organização do grupo foi suficiente para transformar a natureza em produto humano, desdobrando-se no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social global. Essa é a tese que sustenta a *produção do espaço*. Localizar a produção da cidade no âmbito do trabalho social global da sociedade, isto é, pensá-la como uma produção social e histórica (...) (CARLOS, 2018, p.98. Grifos do autor).

Pensando numa perspectiva social e global a cidade, portanto, é compreendida aqui pela forma que ele adquire historicamente. As relações sociais envolvidas na acumulação e

expansão do capital, são um elemento importante na análise dos processos sociais envolvidos na produção e crescimento do espaço urbano. Assim, as contradições envolvidas na produção do espaço urbano são também aquelas encontradas no capitalismo, o que exigiu a utilização de um método dialético de observação e análise. A abordagem do materialismo histórico-dialético de Marx auxilia neste tipo de investigação, pois: *a)* permite a percepção das relações sociais fundamentais envolvidas nestas contradições (MARX; ENGELS, 2007); e *b)* possibilita um entendimento dos fundamentos e características da economia capitalista (MARX, 2008).

O processo de acumulação, para Marx (2008), baseia-se na dimensão produtiva, *locus* da exploração e geração de mais-valia⁵. Harvey (2001) chama a atenção para a dimensão espacial da teoria da acumulação desenvolvida por Marx, que não correria destituída de um contexto geográfico e espacial. O próprio crescimento econômico implica em relações espaciais, a partir de uma dinâmica que molda os espaços e cria tipos de estruturas geográficas específicas.

O aspecto competitivo do capitalismo residiria exatamente no seu caráter contraditório, e que traz para o seu interior uma dinâmica intermitente de crises. A produção de mercadorias transcorre em condições incertas e caóticas, tornando o crescimento harmonioso e equilibrado algo acidental no capitalismo. Assim, a situação de tensão e contradições estão intimamente relacionadas a condições indispensáveis para a acumulação de capital. Isto porque, para a acumulação progredir são necessários a existência de diferentes mercados, em que predomina a instabilidade proveniente da competitividade. Estes mercados, que, por sua vez, estão interligados, são os seguintes:

- 1) O mercado de trabalho – relacionado à existência de um exército industrial de reserva, sempre disponível em casos de variação, para mais ou para menos, da oferta de força de trabalho;
- 2) O mercado ou a oferta de meios de produção – corresponde a um amplo conjunto de elementos, indispensáveis para a reprodução e expansão do capital. Máquinas, matérias-primas, infraestrutura (estradas, ferrovias, portos etc.) são determinantes para o direcionamento da quantidade e localidade do capital investido;

⁵A mais-valia é um conceito fundamental dentro da teoria econômica do valor e da acumulação de Marx (2008). O valor, para Marx, que incorpora elementos da teoria do valor-trabalho da economia clássica, é determinado pela quantidade de trabalho materializado na mercadoria, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, em que se somam os diferentes processos de trabalho necessários a consecução da mercadoria. A mais-valia é entendida como a diferença do valor socialmente necessário pago para a força de trabalho - paga pelo capitalista após o seu consumo - e o valor gerado pela força de trabalho no processo de trabalho. A diferença desse valor seria o excedente, que garante que não se troquem valores iguais no momento da circulação (MARX, 2008).

- 3) O mercado consumidor – relaciona-se à possibilidade de absorção das mercadorias produzidas. A capacidade das mercadorias produzidas corresponderem a demandas efetivas, é a condição *sine qua non* da acumulação e expansão do capital.

Harvey (2001), enfatiza que, para Marx, essas condições envolvem as diferentes partes do processo capitalista de produção (produção, distribuição e consumo). Enquanto partes da totalidade do processo capitalista, estas fases são mutuamente dependentes. Estão integradas de modo dialético, e por isso as crises no capitalismo podem ocorrer de modo dependente entre estas fases. Uma crise na produção é também uma crise no consumo e vice-versa. Entretanto, os momentos de crise acabam fornecendo oportunidades para a intensificação da capacidade produtiva e da acumulação de capital. Isto porque a crise pode gerar mudanças nas condições de acumulação, levando-as para um “nível novo e superior” (p.45), incrementando inovações no processo, mas combinadas com características relegadas pela crise.

Este é o caso quando, por exemplo: a produtividade da mão de obra aumenta conforme meios de produção mais sofisticados, inseridos no processo produtivo⁶; o valor da mão de obra diminui por conta do desemprego causado em um cenário de crise, possibilitando, assim, uma acumulação adicional de capital (HARVEY, 2001). É neste aspecto que o capitalismo se relaciona com a construção de um ambiente pautado nos investimentos passados necessários ao processo de acumulação, e que, na medida que diminuem a margem de lucro, supõe-se que posteriormente aumentem. Em determinado ponto, a paisagem física construída pelo capitalismo (canais de comunicação como rodovias, ferrovias, portos e fábricas etc.) entra em conflito, devido a necessidade de se construir novos espaços para a acumulação.

Esta situação leva ao seguinte embate: preservar o valor dos investimentos antigos ou destruí-los para fundamentar as condições de acumulação em novos espaços? O corolário está vinculado à constatação do movimento constante de construção e destruição da paisagem física sob o capital, que acompanha o seu fluxo de crises e contradições internas:

Em consequência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente. As crises temporais do investimento do capital fixo (...) são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente

⁶Para Marx (2008), os meios de produção (equipamentos, ferramentas, maquinário etc.) são também capital fixo/imobilizado (ou morto). Quando ocorre a inserção de novos equipamentos em um contexto de crise, há a tendência de desvalorização dos antigos (HARVEY, 2001). Há também um outro tipo de capital: o *capital variável*. Este tipo de capital é elementar para a reprodução do capitalismo e consecução da mais-valia, tendo em vista que é representado pela força de trabalho, e o valor dinâmico e variável que esta pode produzir, para além do valor que lhe é paga em forma de salário (MARX, 2008).

geográfico, para adaptá-lo às necessidades da acumulação adicional (HARVEY, 2001, p. 52).

Seguindo a abordagem da geografia da acumulação capitalista de Harvey, esta conquista de novos espaços para a acumulação do capital é inerente à necessidade de expansão geográfica. É a expansão do capitalismo em nível geográfico, que segundo Harvey, permitiria o capitalismo escapar da sua própria lógica contraditória: um novo espaço para acumulação, produção, consumo etc. Ou seja, a existência permanente de um espaço novo para a acumulação seria uma espécie de condição indispensável para a continuidade do crescimento do capital. A intensificação da penetração do capital em diferentes localidades é um importante tópico para o entendimento das estratégias de lucratividade adotadas em um cenário capitalista. É, portanto, a partir destas questões que o desenvolvimento do capitalismo é estudado, observando diferentes formações sociais que são criadas pela expansão do capital, e as relações das sociedades de capitalismo avançado com as formações não capitalistas (HARVEY, 2001).

No caso dos estudos urbanos, o nosso fio condutor são as abordagens que analisam o processo de expansão e ocupação das cidades à luz da teoria marxiana do valor (CARLOS, 2018; MARICATO, 2013, 2015) e que entendem a produção do espaço urbano de acordo com as características que a mercadoria possui (valor de uso e valor de troca). Nesse caso,

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (...). A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.

O valor de troca, por sua vez, é uma característica adquirida por um objeto quando produzido e consumido em um contexto capitalista. O valor de troca quantifica os valores de uso diferentes, possibilitando a sua permuta. Como está dentro da teoria do valor-trabalho desenvolvida por Marx, o valor de uma mercadoria é dependente “da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis” (2008, p.58). Portanto, é a criação do valor que permite a equiparação de diferentes valores de uso em grandezas equivalentes, reduzindo-os a uma dimensão comum durante a relação de troca.

Na cidade, os termos de ocupação e apropriação dos espaços são fortemente condicionados pela lei do valor. Sendo a ocupação do espaço urbano uma necessidade social, a dimensão do uso, que o espaço possui em diversos aspectos para os indivíduos, está subsumida à dimensão do valor de troca, que tende a se espalhar pela cidade na medida em que essa se torna alvo de investimentos (como é o caso da instalação de diferentes tipos de capital fixo),

local de circulação de serviços e mercadorias e fonte de geração de lucro (HARVEY, 2001; CARLOS, 2018).

Existe, então, uma divisão no espaço urbano delimitada segundo a dinâmica de ampliação do valor: contra aqueles espaços considerados produtivos pela lógica de acumulação capitalista, geradores de lucro e aqueles tratados como improdutivos, pois, seus usos não estão regulados pelo mercado. A cidade, portanto, é o resultado do trabalho social empreendido pelos indivíduos, sendo, ao mesmo tempo, produto e condição de realização do processo de trabalho. Ocupar a cidade segundo a lógica ampliada do valor de troca, como imperativo para a apropriação do solo urbano, é se apropriar de “parcela do produto do trabalho e sobre o trabalho produzido” (CARLOS, 2018, p.99).

Com o avanço da urbanização em escala mundial, a cidade transforma-se no *locus* da força de trabalho (MARICATO, 2015). Por outro lado, essa força de trabalho necessita de bens coletivos acessíveis e de qualidade: moradia, saneamento básico, energia, saúde, educação, transporte coletivo, sendo alguns deles ofertados, sobretudo, pelo Estado. Nesse ponto, o conflito urbano emerge justamente pela contradição que se instaura sobre o espaço urbano. De um lado, o capital modelando o espaço urbano o transformado em valor de troca, e de outro, os trabalhadores, para quem a cidade está representada, antes de tudo, pelo seu valor de uso.

1.1 Industrialização e crescimento urbano: mudanças econômicas e sociais no Brasil pós 1930.

A análise do crescimento urbano no Brasil está vinculada à expansão da industrialização. Isto é, o binômio industrialização/urbanização representou uma mudança social substancial dada pela dinâmica campo-cidade, sobretudo a partir de meados do século passado. A urbanização mais intensa é tributária de um crescimento industrial contínuo e expansivo, particularmente a partir da segunda metade do século XX. Em 1940 menos da metade da população residia em áreas urbanas, correspondendo a 26,3% do total. Sessenta anos depois, nos anos 2000, o contingente populacional urbano alcançava os 81,2% (MARICATO, 2013b). Ou seja, a população urbana triplicou de tamanho no século passado. O Brasil deixou o século XIX com aproximadamente 10% da população nas cidades (SANTOS, 1993).

Os autores que estudaram a inter-relação entre os fenômenos da urbanização e industrialização no Brasil, percebem o século seguinte como marcado pela emergência do que Lopes (2008) denominou de “sistema industrial” e “sociedade urbano-industrial”. Para este autor, as mudanças sociais efetivadas no preâmbulo do século passado se notabilizam pelo

crescimento da população urbana e a sua relação com a expansão da industrialização. Por outro lado, a intensificação do fenômeno da urbanização, a partir deste período, relaciona-se ainda com outros eventos, como a emergência do trabalhador livre e a constituição de uma indústria inicial e de “mercados internos” (LOPES, 2008).

Paralelamente, um conjunto de fatores desembocaram numa conjuntura marcada por mudanças significativas na estrutura econômico-industrial brasileira. A década de 1930 trouxe profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que dentre outros resultados, disparou com mais intensidade o processo de crescimento das cidades no Brasil (CANO, 1981; LOPES, 2008; MARICATO, 2013b).

Já nas primeiras décadas do século XX, é possível perceber a intensificação do crescimento populacional das cidades. O aparecimento de novas atividades econômicas espalhadas pelo território nacional, uma revolução industrial representada pela inserção de usinas no âmbito da economia do açúcar, como ocorrida em cidades como Recife (PE), estimulou o mercado de bens de meios de produção e de bens de consumo, causando uma modificação nas relações de produção no meio rural e ocasionando a expulsão de trabalhadores para a cidade, onde passaram a compor um exército industrial de reserva de mão de obra fabril (LOPES, 2008).

Cabe sublinhar que as cidades mais industrializadas atingiram um crescimento mais avançado. As diferenças do ritmo de crescimento urbano nas primeiras décadas do século XX diminuí, com São Paulo sendo a cidade com a maior taxa de crescimento urbano, o que acompanhava a sua maior taxa de crescimento industrial. Estas transformações assinalam tanto a expansão como a integração do mercado nacional de produção, processo em que as forças produtivas caminham para um ponto de modernização e diversificação, inclusive das relações sociais assalariamento, através da criação de uma legislação trabalhista (OLIVEIRA, 2013). Ou seja, a transição de uma economia de perfil predominantemente rural para outra marcada pela industrialização ocorre em um contexto de mudanças institucionais organizadas pelo Estado, enquanto gerenciador de oferta e demanda de fatores de produção, regulamentando as relações entre capital e trabalho.

Oliveira (2013, p.35-36), enfatiza

A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).

O nascente modelo urbano-industrial se estabeleceu através de esforços significativos do Estado para lograr a política de substituição de importações, iniciada durante o governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930, e continuada durante as décadas seguintes (MARICATO, 2013b). A urbanização que sucedeu a este contexto foi marcada pela alteração na composição das classes hegemônicas politicamente e economicamente, sendo a burguesia agrária substituída pela industrial (OLIVEIRA, 2013). Contudo, este foi um processo marcado por rupturas e continuidades, posto que manteve raízes na sociedade colonial e agrária, conservando uma estrutura social que confirmava a importância da propriedade privada da terra e do patrimônio pessoal para o poder político, e a pouca atenção despendida para as condições de reprodução da força de trabalho (MARICATO, 2013b).

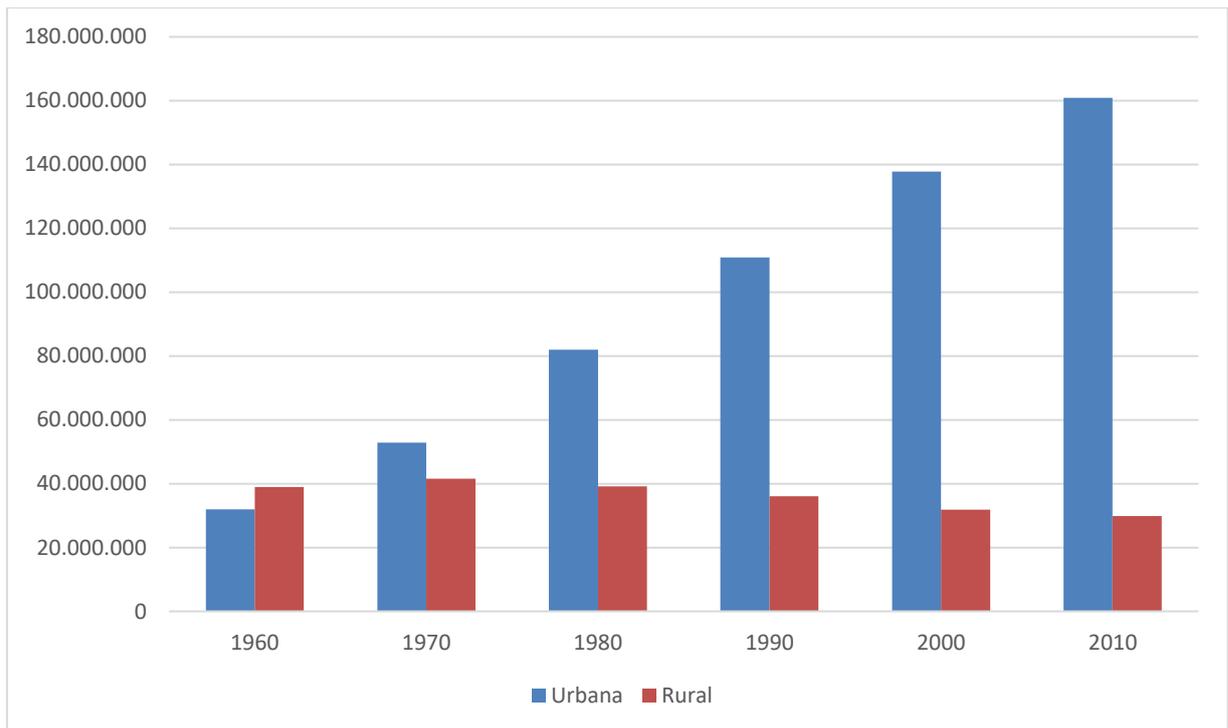
A ação do Estado brasileiro foi, como assinalado, determinante nesse processo de transformações econômicas na passagem para o binômio urbano-industrial, assim como na aceleração da urbanização em diferentes regiões do país. A construção de infraestruturas, como rodovias, somado à oferta de grandes quantidades de terras, impulsionou a abertura de fronteiras agrícolas que ocasionou na acumulação primitiva do capital, quando a propriedade camponesa é expropriada (OLIVEIRA, 2013). Este processo de acumulação primitiva, no caso brasileiro, esteve relacionado à expansão da agricultura comercial de exportação em substituição da agricultura de subsistência.

Por outro lado, a constituição de planos, que estabeleciam diretrizes e metas para se colocar em prática políticas de desenvolvimento, consistiu em uma prática recorrentemente mobilizada pelo Estado, sobretudo a partir de meados do século XX (BARBOSA, 2013). O ideário nacional-desenvolvimentista, intensificado na década de 1970, durante a ditadura militar, trouxe à tona políticas que forneciam linhas de crédito e infraestrutura, pautados em um discurso ideológico baseado na ideia de integração e colonização de regiões com baixa densidade demográfica, como a Amazônia. O Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, por exemplo, tinha como objetivo financiar obras de infraestrutura nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), expressando a ideia de promover maior integração econômica destas regiões ao restante do país (MANCINI, 2021).

Através de lemas, como “integrar para não entregar” e “terra sem homens na Amazônia, para homens sem-terra do Nordeste”, a finalidade de planos como esse era provocar fluxos migratórios para as áreas adjacentes às obras estipuladas, como as rodovias Transamazônica (BR- 230) e Cuiabá-Santarém (BR-163). O PIN focalizava em regiões vistas

pelo discurso oficial do governo como áreas pouco habitadas (MANCINI, 2021). Os efeitos práticos destas políticas são possíveis de serem percebidos no avanço da população habitando cidades, que a partir dos anos de 1970, passa a ser predominantemente urbana no Brasil. O gráfico abaixo ilustra a tendência de crescimento da população em áreas urbanas, em especial após a década de 1970:

Gráfico 1: Evolução da população urbana e rural no Brasil (1960-2010).



Fonte: IBGE – SIDRA. Elaboração do autor.

Na década de 1960, a população em áreas rurais ainda era superior a urbana, quando concentrava mais de 30 milhões de brasileiros. Na década seguinte, a população presente em aglomerados urbanos ultrapassa pela primeira em números absolutos a população residente nas áreas rurais. Na década de 1970, o contingente populacional habitando nas cidades chega a mais de 52 milhões.

No Maranhão, o papel desempenhado pelas superintendências, pelos grandes projetos de desenvolvimento ou por medidas políticas levadas a cabo em nível federal e estadual, cujas consequências foram a facilitação do acesso do grande capital a propriedade fundiária, denota a ação decisiva do Estado no desencadeamento de uma espécie de êxodo rural que pode ser constatado a partir da década de 1970.

Na abordagem de Burnett (2008), o período de “urbanização modernista” no Maranhão, inicia-se no governo estadual de José Sarney e estende-se até meados da década de 1980. Nesta fase, o autor destaca diferentes fatores para a urbanização no estado: 1) o político-administrativo, referido as políticas de “modernização” do governo Sarney, de tentativa de aproximação do Maranhão com uma mentalidade empreendedora e menos “provinciana”; 2) os fatores econômico-financeiros, relacionados aos recursos vindos do BNH e de grandes projetos lançados a partir do final da década de 1970 pelo governo federal.

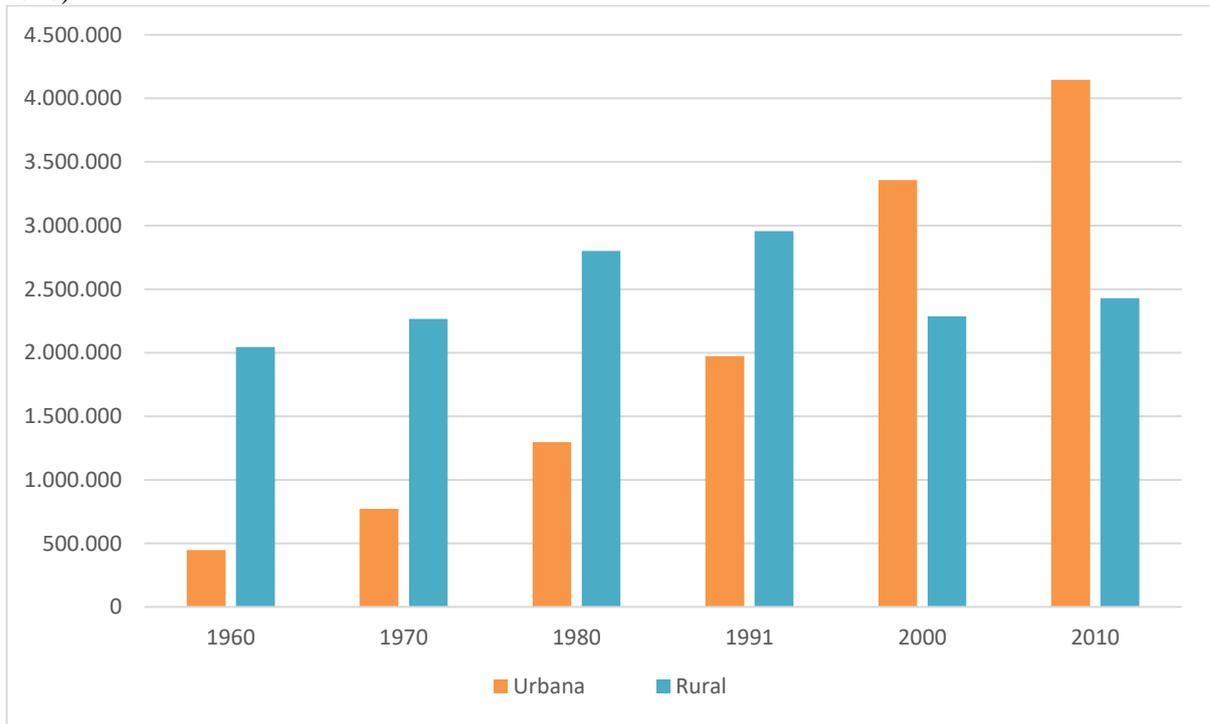
Na década de 1960, durante o governo de José Sarney (1966-1970), o interesse em “desenvolver” o Maranhão levou o Estado a utilizar as suas terras devolutas, promulgando, em 1969, a “lei de terras”, a qual permitiu que grandes extensões de terras livres se tornassem foco de interesse de grandes grupos econômicos, apoiados por incentivos fiscais concedidos por órgãos como a SUDAM e a SUDENE. Asselim (2009), assevera os impactos da lei de terras na desestruturação das relações sociais e econômicas então vigentes no campo maranhense, posto que permitiu a inserção do capital estrangeiro, fortalecendo as relações capitalistas no meio rural.

Com a abertura da economia maranhense para o capital estrangeiro, a burguesia empresarial local foi favorecida, tendo por resultado a intensificação da violência e dos conflitos no campo, em consequência do aumento da concentração de terras e de práticas de “grilagem”⁷. Em contrapartida, a entrada do grande capital no campo tornou as grandes extensões de terra uma mercadoria estratégica para o processo de acumulação capitalista (BARBOSA, 2015). Como consequência, instaura-se um movimento de expropriação de terras camponesas, com contingentes populacionais cada vez maiores direcionando-se para os espaços urbanos nos anos posteriores à lei de terras.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da população urbana e rural no Maranhão, entre as décadas de 1960 e 2010:

⁷Com as terras públicas do Maranhão sob os olhares do capital, os “grilos” passam a ser uma prática corriqueira, onde posseiros e comunidades tradicionais sofrem estropiações “legais” por meio da fraude cartorial que fornecia títulos de propriedades (BARBOSA, 2015).

Gráfico 2: Evolução da população urbana e rural no Maranhão, segundo os Censos demográficos (1960-2010).



Fonte: Censos demográficos, IBGE. Elaboração do autor.

De modo geral, a população do estado do Maranhão apresenta crescimento em todo o período destacado. Até o início da década de 1990, o Maranhão possuía um perfil predominantemente rural. A partir dos anos de 1970, observa-se um aumento constante na população urbana. Apenas no censo demográfico publicado em 2000, registrava-se uma população urbana superior a rural, chegando a mais de 3 milhões de residentes. Em 2010, as cidades alcançaram a marca de 4 milhões moradores. Contudo, ressalta-se que a proporção de residentes no campo no Maranhão se conserva elevada no recorte histórico apresentado, registrando em 2010 a cifra de mais de 2 milhões de moradores. Essa realidade contribuiu para que o Maranhão se tornasse o estado com o maior contingente populacional vivendo em zonas rurais do país (CARNEIRO, 2013).

A implantação do Programa grande Carajás (PGC) em 1980, teve uma função de destaque na reconfiguração econômica, territorial e populacional do Maranhão, e sucedeu as ações do Projeto Ferro Carajás (PFC), de 1978. O PGC foi uma política de incentivos fiscais e financeiros, destinada ao beneficiamento de empreendimentos a serem instalados na área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em processo de construção no início dos anos de

1980⁸. Alguns dos empreendimentos favorecidos se evidenciaram pelos vultosos subsídios angariados, e pelas altas expectativas de gestores políticos e sociedades locais quanto aos impactos positivos sobre a economia, como geração de emprego, melhoria na distribuição de renda, aumento dos Produtos Internos Brutos municipais etc (CARNEIRO, 2013). Dentre esses projetos destacaram-se a Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS), em Barcarena (PA), além de polos industriais siderúrgicos localizados em alguns municípios maranhenses, Bacabeira, Santa Inês e Açailândia, e paraenses, Marabá e Barcarena. (MANCINI, 2021).

Em São Luís, mais especificamente, ocorreram as instalações dos projetos minero-metalúrgicos, concretizados pela unidade produtiva do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), formado com a participação de empresas transnacionais, como a ALCOA, e voltado para a produção e exportação de alumínio, além do terminal logístico da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁹ na região do Itaqui-Bacanga, que trouxeram consigo uma rede de empresas prestadoras de serviço. Estas atividades demarcam uma nova etapa da economia do Maranhão:

A década de 1980 representa uma guinada importante para a economia do Maranhão, porque abandona um padrão de desenvolvimento anterior baseado nas atividades primárias, numa agropecuária arcaica, pré-capitalista e empreendimentos comerciais e industriais com baixíssima produtividade, por ouro padrão, baseado em grandes empresas capitalistas incentivadas pelo PGC (MESQUITA, 2011, p. 6).

De fato, um dos efeitos do Programa Grande Carajás foi a inserção do Maranhão na dinâmica do capital internacional. A tentativa de modernização industrial do Maranhão, e da sua inserção na fase de internacionalização do capital, se deu de forma subordinada e dependente (BARBOSA, 2015). Entretanto, os efeitos no aumento da população urbana podem ser observados, tal como expostos no gráfico 2. A partir da instalação dos empreendimentos de grande porte – ALUMAR e CVRD – a cidade de São Luís passou a ser alvo de novas correntes migratórias provenientes do interior do estado, tendo em vista as expectativas trazidas com a reestruturação de um mercado de trabalho que acabou por não realizar os empregos e salários anunciados (BURNETT, 2008). Isto porque, as atividades minero-metalúrgicas assumiram um

⁸Os projetos beneficiados pelas linhas de crédito do PGC localizavam-se na Amazônia Oriental, área prioritária de atuação do programa. O programa foi estimulado pela viabilização da exploração mineral iniciada pelo Projeto Ferro Carajás (PFC), que apoiou a expansão das atividades da então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na região norte. O PFC contou com a instalação de uma estrutura logística mina-ferrovia-porto, que levava o minério de ferro extraído na Serra dos Carajás (PA) até o Porto de Ponta da Madeira em São Luís (MANCINI, 2021).

⁹Desde 2007, Vale S/A.

caráter de enclaves exportadores de produtos primários – *commodities* - de baixo valor agregado, exigindo poucos processos de trabalho (CARNEIRO, 2013).

No entanto, esta situação intensificou o processo de segregação socioespacial, dado o aumento populacional sem uma correspondente absorção da mão de obra ociosa, trazendo como resultado a ocupação espontânea em áreas afastadas do núcleo urbano central de São Luís (BRITO, 2009), e de localidades mais providas de infraestrutura e valorização pelo mercado imobiliário.

Apesar do crescimento populacional assinalado, no entendimento de Burnett (2008), as expectativas desse aumento foram muito maiores do que as de fato realizadas. A expectativa do plano diretor lançado na década de 1970 era que nos anos de 1990 a população alcançasse os mais de 1 milhão e meio de habitantes, quando na metade da referida década chega a contar apenas com 780.833.

Todo este movimento, vinculou-se, em contrapartida, a medidas de construção e adaptação da infraestrutura urbana, que nem sempre adquiriu as condições adequadas para a satisfação básica da vida das famílias (saneamento, fornecimento de energia elétrica, acesso a saúde etc.), tendo em vista, em muitos casos, esta construção ocorrer de forma improvisada. De modo geral, é uma situação presente em diferentes cidades do Brasil:

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, todos os 138 milhões de habitantes moram em cidades (MARICATO, 2013b, p.16).

No tópico seguinte será abordado com mais detalhe a atuação do Estado brasileiro enquanto agente social de produção do espaço, através da condução de políticas de planejamento, quando estes instrumentos assumem, em diferentes conjunturas, características que influenciaram a configuração dos espaços urbanos e a constituição das cidades na sociedade brasileira.

1.2 O papel do planejamento urbano no Brasil na (re) configuração das cidades.

O planejamento urbano, enquanto instrumento da gestão urbana e elaboração de estudos e diagnósticos, tem a sua gênese na economia capitalista. É através da cidade capitalista, e os conflitos que enseja, que o planejamento urbano aparece como uma necessidade de

administração do espaço urbano por parte do Estado (BURNETT, 2009). A privatização e a mercadorização da cidade, permitiu a rentabilidade do solo urbano, antes mais reconhecido por seu valor de uso. Esta situação trouxe a necessidade de intermediação entre os interesses particulares do capital e aqueles mais relacionados ao uso comum do espaço.

No Brasil, esse processo está profundamente enraizado aos aspectos longevos das cidades. A proliferação de favelas, por exemplo, revela raízes mais profundas, e mais que isso, as lacunas dos planejamentos levados a cabo no país. Segundo Maricato (2013), a exclusão urbanística, implica a ausência de habitação para todos os cidadãos, problema que acompanha a elaboração desses planos e o corolário é a geração de uma “gigantesca ocupação ilegal do solo urbano” (p.122). “Ilegal”, pois está fora das raias do planejamento urbano produzido pelo Estado, que propala uma “cidade oficial”, e tampouco está referida no âmbito dos projetos executados pelo mercado imobiliário formal e legal.

Quais fatores, afinal, estão envolvidos na perpetuação desses espaços de expansão urbana, que escapam do binômio Estado-mercado? Maricato (2013) chama atenção para o fato de que essas ocupações, muitas vezes apresentam um aspecto de funcionalidade para relações políticas clientelistas

Os legislativos mantêm com esse universo [a ocupação considerada ilegal do solo urbano] uma relação muito funcional. Já que as anistias periódicas visando a regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista. A ilegalidade é, portanto, funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor (p.123).

Como resultado, este movimento de ocupação do solo urbano mais espontâneo e “por si” desenrolado pela sociedade civil, refratário às ações do planejamento urbano oficial, geram situações de desigualdade de condições e qualidade de vida urbana, caminha em direção às chamadas áreas de risco. Para Maricato (2013), isso implica na falta de saneamento e risco de desmoronamento etc.

Na sua observação crítica, a autora enxerga a incompletude da realização do planejamento estatal de matriz modernista/funcionalista¹⁰ nas cidades brasileiras e, que tal matriz produziu um espaço marcado pela modernização “incompleta” ou “excludente”, resultando no alastramento da “cidade real”, mas não “oficial”, posto que não considerada nos planos. O problema identificado na incorporação do planejamento urbano proveniente de outros

¹⁰No Brasil, e em outros países da América Latina, ocorreu a importação deste modelo de planejamento, adotado em cidades dos países de capitalismo avançado em meados do século XX, no contexto do adensamento do *welfare state*. Seus aspectos fundamentais são a atribuição de centralidade e racionalidade ao Estado, no seu papel unilateral de agente planejador (MARICATO, 2013a).

contextos socioculturais, está na ausência, em seu núcleo, de diretrizes formuladas levando-se em conta a própria realidade social e econômica dos países latinos. Ou seja, sem a consideração da *práxis* vivenciada no espaço urbano – conflitos, desigualdades etc. –, estes planos, em muitos casos, funcionam como mecanismos de dominação.

Na perspectiva de Villaça (1999), o planejamento urbano refere-se, essencialmente, à organização do espaço urbano de uma cidade individualmente. Assim, a noção de planejamento liga-se ao conjunto do espaço urbano, e não a aspectos isolados ou setorizados. Esta percepção do planejamento como relacionada à produção de documentos que tenham por referência a organização do chamado espaço intra-urbano tem como finalidade evitar a consideração de toda e qualquer ação efetiva do Estado sobre a cidade como planejamento urbano (VILLAÇA, 1999). A análise de Villaça (1999) é elucidativa acerca da relação entre a produção ideológica dominante entre as elites brasileiras e o direcionamento dado ao planejamento urbano ao ressaltar o papel da ideologia, de ocultar a história real e no seu lugar inserir ideias que não correspondem à realidade vivenciada por homens de diferentes classes sociais.

No caso dos planos, o que estaria sendo ocultado? Segundo Villaça (1999), seria justamente a inobservância ou descumprimento das diretrizes estipuladas nos planejamentos urbanos. A ação estatal transcorre à revelia do que apresentam os planos, sendo, portanto, muito mais um “plano-discurso”, pois mais esconde ao invés de mostrar (MARICATO, 2013a). Para ilustrar esta lacuna entre ideias projetadas nos planos e a ação efetiva do Estado brasileiro, é comum dividir a história do planejamento urbano no Brasil em três grandes períodos, todos refletindo ideias hegemônicas de cada momento (VILLAÇA, 1999; MARICATO, 2013a):

1) O primeiro período situa-se entre 1875 e a década de 1930. Encontram-se aqui as raízes do planejamento urbano, marcado pelo melhoramento e embelezamento das cidades, e a algumas questões de infraestrutura urbana, como a circulação e o saneamento básico. Esta seria uma perspectiva de planejamento herdeira “da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial no Brasil)” (VILLAÇA, 1999, p. 182), e de influência majoritariamente europeia, sobretudo francesa. Neste período, a elite brasileira tinha um projeto urbano e possuía as condições hegemônicas para debatê-lo, apresentando com antecedência e debatendo abertamente as ideias expressas nos planos, de modo a efetivar o que prescreviam. *Slogans* baseados nas ideias defendidas nos planos difundiam-se amplamente, como por exemplo “O Rio civiliza-se”, cunhado no final do século XIX, referindo-se às reformas de Pereira Passos.

O evento historicamente marcante do urbano do Brasil, foi marcado pela abolição da escravatura em 1888. Com a abolição, milhares de indivíduos, que antes do 13 de maio eram

escravos, migraram do ambiente rural para o urbano. Este fato não ocorreu espontaneamente, pelo contrário, significou a expulsão desses do campo, que se deslocam para morar nas áreas urbanas, iniciando, assim, o problema da habitação no Brasil. Contudo, este não foi o único problema decorrente do aumento populacional provocado pela migração dos ex-escravos para as cidades. Além da moradia, o Brasil enfrentou, de imediato, problemas como transporte e demais serviços urbanos, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nas décadas de 1930/40, muitos dos planos de embelezamento urbano foram implantados por meio de sucessivos governos em diferentes cidades brasileiras e alguns deles, como é o caso do plano Pereira Passos de 1903, no Rio de Janeiro, implantado integralmente. Algumas das medidas do plano Pereira Passos, por exemplo, beneficiaram a imposição do poder do Estado e os interesses especulativos da classe dirigente capitalista (VILLAÇA, 1999). A remodelação – quer dizer, o embelezamento – do centro urbano do Rio de Janeiro, então logradouro habitacional das classes trabalhadoras e mais pobres, modificou o perfil da localidade, passando a atender mais aos interesses da classe capitalista, tendo em vista a valorização conferida à região central:

O termo "embelezar" tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas "estratégias". A erradicação da população trabalhadora que residia na área central: (...) a mudança de função do centro, atendendo - num plano mais imediato - aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e - num plano mais geral - às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro (...) (BENCHIMOL, 1992, p. 228 *apud* VILLAÇA, 1999, p. 193).

O conseqüente favorecimento dos interesses capitalistas provocado por este tipo de ação passa a afetar diretamente as classes trabalhadoras, que são "afastadas" para localidades mais distantes das regiões centrais e economicamente mais ativas. Um dos resultados reversos deste modelo de planejamento foi a intensificação da "periferização" das cidades brasileiras, asseverando um processo de segregação territorial:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno "à moda" da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das pandemias, ao mesmo tempo em que se promoviam o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas das cidades. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período (MARICATO, 2013b, p.17).

O fato de considerar os espaços como ameaça é inspirado no pensamento positivista. A república brasileira do início do século XX, com o intuito de melhorar a circulação de mercadorias, serviços e pessoas, resolveu aplicar uma reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, e, nessa reforma “foram demolidos 590 prédios velhos para construção de 120 novos edifícios” (MOTTA, 2011, p.2). Esse ato foi o responsável pelo surgimento das primeiras favelas e pela ocupação de áreas mais distantes do centro, locais esses atualmente denominados de subúrbios.

No período que compreende a República Velha (1889 a 1930), a política urbana era voltada para o embelezamento das cidades com o intuito de seduzir o investimento estrangeiro para nascente industrialização brasileira. Assim, os centros das cidades passaram a abrigar estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, acabando por expulsar as residências das áreas centrais. Com esse fato ocorrendo, os preços dos terrenos mais próximos aos centros urbanos tiveram uma supervalorização. Estes, se supõe, foram os primeiros casos de especulação imobiliária do país.

Os planos baseados nas propostas de embelezamento e melhoramento do espaço urbano representam, desta forma, os primórdios do planejamento urbano no Brasil e da expansão de problemas sociais destacados, como no caso do crescimento de periferias.

2) O segundo período está compreendido entre as décadas de 1930 e 1990. Nesta etapa, que perdurou por boa parte do século XX, a ideologia que guia a elaboração dos planejamentos é fundamentada na predominância do conhecimento técnico-científico e da tecnocracia estatal. Aparece em um contexto de emergência dos chamados “problemas urbanos” (VILLAÇA, 1999). Nota-se, uma transposição de finalidades impressas no planejamento em seu sentido mais estrito (*stricto sensu*): a ideia do embelezamento e melhoramento das cidades, é substituída pelo conceito de eficácia da técnica e da ciência para a resolução destes problemas, surgidos, por sua vez, em um contexto de crescimento vertiginoso e “caótico” das cidades brasileiras.

Para Villaça (1999), este seria um modelo de planejamento urbano naquele momento fortemente enraizado na formulação de planos voltados para problemas urbanos, pautados na expectativa de que, “(...) um planejamento "integrado" ou "de conjunto", segundo técnicas e métodos bem-definidos, seria indispensável para solucioná-los. [Segundo o autor] essa é a essência da ideologia do planejamento que ainda perdura” (p.183).

Fortemente marcado pela presença da matriz modernista/funcionalista, este foi o momento em que mais se produziu planos para o urbano no Brasil. Ou seja, planos que, de forma pormenorizada, apresentavam diretrizes e recomendações para as diferentes escalas de

governo (MARICATO, 2013). Apesar de se observar o avanço do número de planejamentos produzidos, e de dispêndio de atenção do Estado para tanto, este período é também caracterizado pela “inconsequência e inutilidade da maioria dos planos elaborados no Brasil” (MARICATO, 2013a, p.139). Depreende-se, então, não apenas a incompletude das metas estipuladas, mas também a ineficiência da sua aplicabilidade, o que enfatizava o viés ideológico que estes planos carregavam, quando apresentavam uma visão de eficiência técnica que divergia com aquela vivenciada na realidade (Cf. VILLAÇA, 1999).

Maricato (2013) destaca o fato de durante os governos dos militares, o planejamento urbano estava inserido em planos de grande magnitude. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), por exemplo, fundamentava a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e, para controlar estas políticas foram criados órgãos específicos em âmbito federal, como foi o caso da Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (Sarem) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). O PNDU, de 1973, organizado como o capítulo IX do II PND, que tratava sobre a política urbana, oferecia assessoria técnica e financeira para a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado dos Municípios Brasileiros (BURNETT, 2008).

No âmbito do PNDU, inseriam-se programas de ações como o Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (Sarem) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). O PNCCPM tinha como principais finalidades a desconcentração populacional e econômica, disseminando o desenvolvimento econômico e diminuindo as disparidades inter-regionais. Em nível dos municípios, os objetivos eram a melhoria na infraestrutura, transporte, e impulsão da economia.

Assim sendo, as cidades foram divididas em dois grupos pela função que desempenhariam: “função de desconcentração”, referindo-se às cidades mais próximas ao eixo Rio-São Paulo; e “função de dinamização”, que incluía as cidades consideradas de porte médio, especialmente das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, como Aracajú e São Luís, por exemplo (FERREIRA, 2014). Em São Luís, os recursos financeiros deste programa ocorreram entre 1977-1983, e destinaram-se, sobretudo, a tentativas de melhorias na estrutura viária da cidade, como foi o caso do Projeto do Anel Viário, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Transportes Urbanos.

3) O terceiro momento do planejamento urbano refere-se ao período mais recente, já marcado pelo processo de redemocratização do Brasil posterior à Constituição de 1988. Esta fase é marcada pela ascensão do plano diretor enquanto instrumento norteador da política urbana. Difundido no Brasil nas décadas de 1940 e 1960, e caindo em desuso posteriormente

durante o período militar. Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o plano diretor é resgatado (VILLAÇA, 1999). De modo geral, este instrumento pauta-se na ideia de multidisciplinaridade, consistindo inicialmente em uma pesquisa (diagnóstico),

dos "problemas urbanos" e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seriam objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocava a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (VILLAÇA, 1999, p.18-188).

O Plano diretor, estabelecido como centro do planejamento urbano aparece como uma “resposta” aos modelos de planejamento que predominaram na segunda metade do século XX, de caráter profundamente tecnocrático e centralizado nas mãos do Estado planejador (VILLAÇA, 1999). Contudo, o aspecto de instrumento ideológico, de plano-discurso, presente em outros momentos, não se perde com a emergência dos planos diretores.

1.3 Transições políticas e o planejamento urbano no Brasil.

Algumas questões importantes do planejamento urbano, como a moradia popular, só ganharam maior atenção após a Revolução de 1930, com a entrada das “massas urbanas” no contexto do nacional-populismo, marcando uma inflexão com a política que predominou durante a República Velha, período histórico em que a questão social não era um item de relevância na agenda governamental. O Planejamento urbano no Brasil, estava imerso na ideia de embelezamento, de modo que as ações governamentais sobre a pauta da habitação/moradia popular, restringia-se a preocupação do “risco” que favelas, cortiços e bairros populares “poderiam representar no futuro, em termos de "contaminação", para a parte "sã" da cidade” (AZEVEDO, 1988).

Na esfera institucional, a questão da moradia muda a partir de 1946, com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), agência voltada para a construção de casas populares, além de serviços de saneamento básico e infraestrutura. Tal iniciativa foi lançada como a estratégia da política populista de conquistar legitimidade e prestígio junto aos assalariados urbanos. Nos anos seguintes a Fundação da Casa Popular se fragilizou pela inexistência de meios que lhe garantissem uma receita própria, o que a deixava dependente da “boa vontade” dos governantes, e pela não indexação das prestações dos financiamentos a inflação, apesar de baratear as prestações para os trabalhadores urbanos. As ações deste órgão ficaram subordinadas a reações

clientelistas que os seus diretores ocupavam com as suas “clientelas políticas” (AZEVEDO, 1988).

Na década de 1960, a política habitacional passa por uma nova configuração, pois será balizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, no âmbito do governo militar (1964-1985), mas tal como a Fundação da Casa Popular, a motivação para a sua criação foi política, novamente no intuito de conquistar apoio entre as classes populares. Segundo Azevedo (1988), o BNH teve o papel ideológico de transformar o trabalhador urbano em “aliado da ordem”. Institucionalmente, funcionava utilizando-se de receita permanente para os financiamentos, através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), composto de recursos da poupança compulsória (do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS) e poupanças voluntárias (como a caderneta de poupança).

No âmbito dessas políticas foram criadas as Companhias Habitacionais (COHAB), que funcionavam como empresas mistas, com o seu controle nas mãos dos governos estaduais e municipais, que passam a organizar publicamente a oferta de moradias populares, sendo estas responsáveis pela fiscalização e supervisão da construção das unidades construídas, por empresas públicas ou privadas. A manutenção dos baixos preços das habitações se deveu a dois fatores principais:

- 1) O custo reduzido dos projetos arquitetônicos dos conjuntos e das moradias, e os inexistentes serviços de comercialização, como publicidade e corretagem;
- 2) A ausência do lucro do incorporador, sendo neste caso o próprio poder público através da COHAB, que recebia apenas uma taxa de administração.

Em São Luís, o BNH atuou de forma relevante no processo de expansão da fronteira urbana, sobretudo entre os meados da década de 1970 e no início da década seguinte, fornecendo aportes de recursos financeiros para a construção de conjuntos habitacionais em áreas distantes dos principais núcleos habitacionais (BURNETT, 2008). Conjuntos como a Cidade Operária e o Maiobão, surgiram neste contexto, como novos espaços passam ser urbanizados no início da década de 1980.

A extinção do Banco Nacional de Habitação no ano de 1986, no contexto da Nova República, num esforço do governo Sarney de dissolver a presença de políticas vinculadas à Ditadura Militar As ações e os resultados do BNH ao longo do tempo foram alvo de algumas críticas. A principal delas sinaliza as limitações das políticas implantadas pelo banco, que tinham a tendência de favorecer as classes médias e menos as classes populares (AZEVEDO,

1988). A avaliação feita sobre o BNH versa sobre a insuficiência das suas propostas, que não solucionaram por completo o problema da falta de moradias dignas no espaço urbano:

Essas diversas tentativas fracassadas se configuraram na maioria dos casos em modelos excludente da política social habitacional, pois não atingiram a população como um todo, conforme ocorreu nos países europeus pioneiros no capitalismo, onde as condições econômicas do Estado e também das classes eram mais homogêneas e o direito a moradia era uma questão tratada com mais seriedade (NOAL; JANCZURA, 2011, p. 163).

Este fato indicou a redução de investimentos estatais na questão habitacional. No entanto, o retorno do período democrático, em 1985, acenou para um momento de ampliação de direitos, incluindo a moradia digna. Tratava-se de novo contexto político, orientado pela nova Constituição Federal, expressamente baseada na noção de cidadania. Como já mencionado, a retomada do período democrático, a partir de 1985, e o estabelecimento da Assembleia Constituinte em 1987, a população brasileira passa a vivenciar um novo momento político, marcado pela redefinição dos direitos dos cidadãos, que passam a ser definidos em consonância com diferentes pautas das demandas populares no âmbito dos movimentos sociais. Ou seja, os anseios por uma reforma urbana foram exemplos da interação política entre sociedade civil e a Assembleia Nacional Constituinte, mas que pouco avançou em termos de legislação e políticas públicas (SOUZA, 2012).

É importante sublinhar que os dois primeiros governos da Nova República, José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992), foram marcados pela alta inflação. Esta situação crítica retirou a política habitacional do conjunto de prioridades políticas, extinguindo no ano de 1985 o MBES. Caso ilustrativo é o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES), que poucos anos após sua fundação foi extinto:

Em 1985 o órgão responsável pela área habitacional, então Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), passou a denominar-se Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) que após quatro anos de sua fundação acabou sendo extinto (NOAL; JANCZURA, 2011, p. 164).

A partir de meados da década de 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma radical mudança de perspectiva, dada ampla política de desestatização. Este período governamental foi marcado pela consolidação do Plano Real, plenamente ajustado às recomendações do Consenso de Washington. Esse processo foi iniciado com a proposta de Reforma do Estado. Após a eleição, FHC empreendeu esforços gigantescos que resultaram no desmonte do setor estatal brasileiro. A “liberalização comercial, desregulamentação financeira e privatização das empresas públicas foram empurradas no congresso ou entraram em vigor por meio de decreto presidencial” (PETRAS; WELTMEVER, 2001, p.12). As políticas

habitacionais que são colocadas em prática nos governos FHC são exemplos de confluência entre a iniciativa pública e a privada:

A partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorre, então, a retomada nos financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Novos referenciais como flexibilidade, descentralização e diversidade foram adotados, rejeitando programas convencionais que tinham como base a construção de grandes conjuntos habitacionais (RUBIN, BOLFE, 2014, p. 210).

No final deste período político, foi criado o programa PRÓ-Moradia, voltado para a urbanização de áreas precárias. Em 2001, surge o Programa de Arrendamento Residencial – PAR, que tinha por objetivo a construção de casas para o arrendamento e utilizava recursos oriundos do FGTS e arrecadação fiscal.

A conjuntura de 2002, tem uma nova inflexão com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. O Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder. Durante os seus dois mandatos (2002 a 2010), o apelo mais forte foi para as demandas populares e a temática das cidades e da habitação ganharam mais espaço na esfera institucional. Isso se fortalece com a criação do Ministério das Cidades. A questão da moradia ganha outro arranjo institucional, pois este ministério além da questão habitacional, também se preocupa com a inclusão dos excluídos ao direito da cidade, onde a habitação é um dos itens básicos.

O ano de 2004 foi marcado pela aprovação, por meio Conselho das Cidades, da Política Nacional de Habitação – PNH, e nela, a proposição de criação do Sistema Nacional de Habitação – SNH, com o planejamento habitacional se configurando como um dos componentes mais importantes. Deste modo, foram elaboradas estratégias e táticas para diminuir o déficit habitacional no país. Nesse sentido, a União, estados e municípios deveriam elaborar seus planos habitacionais de modo que os entes da federação pudessem dimensionar os seus déficits e buscar maneiras de atingir as metas necessárias.

CAPÍTULO 2 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E AS LUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA CIDADE NO BRASIL E NO MARANHÃO

2.1 O direito à cidade e a questão do déficit habitacional no Brasil.

Neste tópico e no seguinte discutiremos algumas questões relacionadas ao direito à cidade, tema caro aos estudos urbanos. Assim, trataremos das variáveis envolvidas na forma como transcorre o direito à cidade e à moradia, e as formas de acesso ao espaço urbano em um contexto econômico tomado pelo capitalismo. Por fim, objetiva-se refletir sobre as utopias e confrontos políticos que marcam a dinâmica da expansão e acesso ao espaço urbano, e as medidas jurídicas realizadas neste sentido.

Em seu texto clássico, Lefebvre (2001) coloca a noção de direitos fundamentais do homem e do cidadão. Estes direitos não deveriam ser solapados por outros “direitos” que tomavam a frente nas exigências das sociedades contemporâneas – como o “direito à natureza” que acabavam por funcionar como uma fuga das cidades, deixando-as em sua forma deteriorada¹¹. A vida urbana deteriorada seria aquela em que o espaço estaria dominado pelos interesses capitalistas e pelo império do valor de troca sobre o solo urbano. A utopia urbana almejava uma vida cotidiana favorável à “felicidade”. O direito à cidade ou o direito à vida urbana, consistiria em uma sociabilidade marcada por uma cidade que é, ao mesmo tempo, local de vivência e de múltiplos encontros, de “prioridade do valor de uso” (p.118).

No dizer de Lefebvre (2001, p. 118),

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só poder ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

É possível deduzir que a cidade em sua forma deteriorada, pelo ritmo e poluição intensa presentes em seu cotidiano, pelo predomínio da sua forma enquanto produto/mercadoria, como aponta Lefebvre, é desdobrada também em processos que se caracterizam pela precariedade das condições de moradia e do acesso aos serviços públicos, sobretudo entre as camadas populares (KOWARICK, 1986). A segregação socioespacial, observada em grande medida nas

¹¹Sobre outros tipos de “direitos”, e as reivindicações por eles nas sociedades como forma de tirar o foco da vida urbana, Lefebvre completa: “Muito estranhamente, o *direito à natureza* (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos *lazer*s. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentraccionista” das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode)” (LEFEBVRE, 2001, p.117. Grifos do autor).

metrópoles brasileiras, ocorre paralelo ao processo de acumulação do capital e pela ampliação da sua lógica ao espaço urbano, representada pelo mercado imobiliário.

É a partir dessa lógica, que a desigualdade de acesso ao espaço urbano pode ser reforçada pelo Estado, que o faz por intermédio de normas jurídicas que favorecem a segregação. O Estado como poder político atua, não apenas, na expansão do espaço, mas também na promoção das desigualdades vivenciadas. Tal como observou Villaça (1999), na trajetória do planejamento urbano brasileiro tem-se convergido para a expulsão das classes mais baixas dos núcleos citadinos, ou seja, as periferias como forma de higienizar os grandes centros. Posteriormente, o planejamento estatal passou a ser caracterizado pela efetivação parcial das prescrições previstas nos documentos oficiais, tendo como um dos resultados a segregação do acesso à terra “urbanizada” e mais bem localizada – quanto ao acesso a serviços coletivos -, o que proporciona o surgimento de zonas urbanisticamente irregulares (MARRA, 2010).

É neste cenário político-econômico que emerge a questão do déficit habitacional, um elemento importante para se compreender o fenômeno mais amplo da desigualdade social. O déficit habitacional compreende aquelas pessoas que não possuem moradia ou habitam em moradias consideradas precárias. As dificuldades de acesso à moradia são, neste tipo de mensuração, analisadas através de quatro aspectos: a habitação em domicílios considerados precários (o que inclui diferentes formas de habitações rústica e improvisadas em tipos de terrenos variados), a coabitação familiar (unidades domésticas conviventes); domicílios identificados como cômodos; ônus excessivo com aluguel e o adensamento de domicílios em condição de aluguel.

Segundo a definição da Fundação João Pinheiro (2013, p. 14), referência em levantamentos de informações acerca da questão no Brasil, o déficit habitacional é caracterizado da seguinte forma:

O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada a não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias.

Nos últimos anos houve uma mudança sobre os fatores preponderantes de geração do déficit habitacional. Até meados dos anos 2000, a coabitação constava como o principal dos componentes característicos. Na última década, dois dos componentes acima listados sofreram alterações quanto ao seu grau de participação no fenômeno: o gasto excessivo com aluguéis

apareceu nos dados recentes como elemento central, e as habitações de domicílios precários (improvisados) também obtiveram um aumento quanto à sua presença no déficit habitacional.

As habitações improvisadas referem-se àquelas construídas em locais sem fins residenciais (como viadutos, grutas, tendas, barracas etc.), e as rústicas aquelas que não possuem parede de alvenaria ou madeira aparelhada, geralmente, feitas com taipas, madeira aproveitada e com ausência de revestimento, o que acarreta no aumento da insalubridade. Esta modalidade de moradia alcançou em 2019 a cifra de 1.482.585 unidades no Brasil, especialmente na região Nordeste do país. No mesmo ano, o estado do Maranhão foi o que registrou a maior proporção de déficit habitacional relativo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Os custos com aluguel aumentaram especialmente entre famílias com renda média de até três salários-mínimos, que chegam a comprometer até 30% do valor com a mensalidade da moradia. O número de domicílios improvisados também sofreu um aumento entre os anos de 2016-2019, resultando no aumento da quantidade de domicílios considerados precários (FERREIRA, 2022). Nos números do déficit urbano, é utilizado pela Fundação João Pinheiro algumas variáveis sobre os tipos de inadequação dos domicílios. No período mencionado, cresceu o número de domicílios inadequados no que diz respeito à infraestrutura urbana, principalmente de abastecimento de água e tratamento de esgoto – sendo esta última mais frequente na realidade brasileira.

A valorização do direito à moradia é importante para a resolução do “caos urbano”, que passa a ser evidenciado com mais força pelos planejadores a partir das décadas de 1960/70 (VILLAÇA, 1999), momento em que o contingente populacional das cidades aumenta no Brasil. A realização da redução do déficit habitacional é um dos caminhos para a efetivação da função social das cidades, tornando-as uma localidade mais equânime para a vida (MARRA, 2010).

Todavia, deve-se considerar as disputas que se dão entre as classes sociais e as suas frações para a obtenção do controle das ações políticas na sociedade. É por meio destes embates entre diferentes perspectivas de mundo, que as ações sobre problemas sociais, como é o caso do déficit de moradia urbana, se concretizam, por exemplo, através dos planejamentos. Estes debates e lutas, direta ou indiretamente, têm contribuído para delimitar as ações políticas dos envolvidos nas mobilizações por moradia digna, redução do déficit habitacional e pela igualdade social.

A questão do déficit habitacional se aprofunda nas regiões metropolitanas. Nestas localidades, parte importante do território foi formatada por meio da ação de movimentos de

ocupação que, em geral, são designados, tal como referido anteriormente por Maricato (2013b), como “irregular” e “ilegal”, pois configuram-se como alternativas para a habitação constituídas a partir de invasões de terras espontâneas ou planejadas. Nas aglomerações metropolitanas, o *locus* em que se organizou o capitalismo industrial no Brasil, o capital imobiliário avançou com mais intensidade, tendo, por isso, um papel mais destacado enquanto agente social de produção do espaço urbano (Cf. FERREIRA, 2014). Nas áreas mais valorizadas pelo mercado, estes movimentos de ocupação espontânea de terrenos vazios têm menos tolerância por parte do poder público, se comparado às ocupações nos setores mais afastados dos redutos centrais e mais abastados da cidade.

Na terminologia utilizada pelo IBGE, estas formas de ocupação, marcadas pela ação espontânea dos moradores para fins de moradia, são categorizadas como “aglomerados subnormais”, donde se inserem uma ampla gama de modalidades de moradia (favelas, palafitas, invasões etc.), podendo ou não serem áreas de risco¹². Estes tipos de ocupações tiveram, e tem até os dias atuais, uma relação próxima e ativa com a produção do espaço nas cidades, pois as mesmas se reproduzem continuamente por meio da formação de novas favelas ou loteamentos tratados como ilegais, inclusive em áreas ambientalmente protegidas, desde que distanciados da zona de interesse do capital imobiliário, favorecendo um “mercado fundiário altamente especulativo” (MARICATO, 2013b, p.83). Em cidades como São Luís¹³, este tipo de produção urbana está na trajetória formativa de vários dos seus bairros, como é o caso de aglomerados como o João de Deus, Coroadinho e Vila Palmeira, que seguem um desenho urbano de ruas sinuosas, estreitas e irregulares (RIBEIRO JR, 2001).

O déficit habitacional se insere como um aspecto que fundamenta o desencadeamento de processos de segregação socioespacial, sendo, portanto, fenômenos intimamente ligados. É pela ausência de moradia para vários dos núcleos familiares, somados às medidas de distanciamento provocadas pelo mercado imobiliário, que a segregação socioespacial se consolida como parte da expansão das cidades.

¹²Os “aglomerados subnormais”, são assim definidos: “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros” (Cf. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 30/12/2022).

¹³Conferir mais adiante neste capítulo sobre a formação urbana da cidade de São Luís.

2.2 Segregação socioespacial e os agentes sociais na formação do espaço urbano de São Luís.

No movimento de urbanização das cidades brasileiras, vários estudos constataam um cenário de segregação socioespacial, sendo uma das consequências a produção de diferentes tipos de moradias (MARICATO, 2013b). Nesta perspectiva, portanto, o Brasil é atravessado por diferenças sociais que se refletem não apenas no espaço, mas também nas características das moradias. As habitações brasileiras reproduzem espacialmente as desigualdades econômicas e sociais da população.

Como observa Nascimento; Matias (2011), a urbanização reflete dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade e reproduz aglomerações ao demandar cada vez mais espaço. A demanda pelo uso do solo urbano tem sido fundamental no que se refere à demarcação do valor do espaço nas cidades, pois é justamente o preço pago pela aquisição desses terrenos que são responsáveis pela forma capitalista como esses espaços urbanos são disputados.

O espaço urbano é um produto social que se materializa através da ação de diversos agentes sociais. A urbanização, condicionada prioritariamente pelos modelos de planejamento estatal, marcados pela sua incompletude e seletividade (VILLAÇA, 1999), e pelo interesse do capital materializado nos negócios imobiliários (MARICATO, 2013b), impõe à população de baixa renda a ocupação de espaços não requisitados pelo mercado imobiliário e não contemplados pelo planejamento urbano. Na cidade de São Luís, este aspecto da urbanização brasileira, entendido como segregação socioespacial, pode ser observado em seu processo de formação urbana.

Sendo o espaço a condição geral de existência e reprodução da sociedade, a luta por moradia aliada ao desenvolvimento acelerado da cidade de São Luís nas últimas décadas gerou consequências. Dentre elas, a ocorrência de ocupação de espaços irregulares para habitação, tais como áreas de risco. Este movimento de segregação é constatado na cidade de São Luís, sobretudo entre as décadas de 1960-80 (FERREIRA, 1999; RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Para ocupar o espaço é necessário pagar por ele, seja pela compra ou pelo aluguel. Em muitos casos, o preço cobrado resulta em maior ou menor dificuldade de acesso do indivíduo ao espaço urbano. É justamente essa diferenciação de preço dos espaços que causam uma distribuição desigual da população urbana de baixa renda, e acabando por ocupar espaços com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana.

Nos próximos tópicos, analisaremos a produção do espaço urbano de São Luís na mesma perspectiva trabalhada por Ferreira (2014), que leva em conta os principais agentes sociais que atuam na produção do espaço: o Estado, os detentores de capital, os apropriadores de terra, os promotores imobiliários e os moradores de áreas de ocupação. As ações do Estado e dos moradores de ocupação serão enfatizadas, dado a importância que obtiveram na expansão urbana no período de surgimento da COHAB - Anil e Vila Isabel Cafeteira (décadas de 1970-80), focos de análise desta pesquisa.

2.2.1 A formação do núcleo urbano de São Luís.

De 1612 a 1875 ocorre o início da ocupação e da implantação do núcleo de povoamento do que viria a ser a cidade de São Luís, através das benfeitorias. Percebe-se o papel do Estado enquanto agente de produção espacial, e o desempenho das suas ações na configuração do espaço.

O primeiro bairro que surgiu na recém-fundada cidade de São Luís foi a Praia Grande, e este foi de grande importância para o aumento populacional, já que por lá chegavam as famílias portuguesas e os escravos africanos.

Nesse período já se observava um sistema excludente e segregacionista, tendo em vista o modo de distribuição das terras terem sido realizados através do sistema das Sesmarias até 1822, implicando em um acesso ao capital fundiário baseado nas condições econômicas. As terras não eram vendidas, mas sim concedidas (FERREIRA, 2014). Ou seja, o acesso à terra ficava restrito a pessoas brancas, livres e uma nascente burguesia ou nobreza, que já detinham capital. Essas medidas configuravam uma espécie de espaço excludente e elitista. Com efeito, é possível afirmar que a segregação socioespacial do espaço urbano em São Luís, assim como o acesso excludente a terra remonta a outros tempos históricos ludovicenses.

Em relação à economia maranhense, destacam-se dois importantes ciclos econômicos de suma importância para o desenvolvimento da província: o primeiro deles foi a monocultura do algodão, responsável pelo enriquecimento de São Luís, e o segundo foi a produção do açúcar.

Em 1755 foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que se instalou em São Luís somente em 1755. Essa companhia tinha por objetivo efetivar as condições do padrão de acumulação referente ao setor algodoeiro, que despontava, e possibilitava a reprodução do capital e da força de trabalho.

Até então a região era de pouco interesse econômico para a Coroa portuguesa, mas após este empreendimento isso se modifica, pois, essa Companhia reforça o papel de destaque da capital, colocando São Luís como ponto de chegada e partida de mercadorias vindas do além-mar e do *hinterland*¹⁴ (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

É importante destacar os efeitos da CGGPM além de seus aspectos econômicos: graças a ela a cidade de São Luís registra um forte impulso para o crescimento urbanístico. É nesse período que surgem casarões e sobrados azulejados, trazendo traços barrocos à arquitetura local, onde abastados fazendeiros e abastados comerciantes residiam, impondo a grande pujança econômica de até então (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Esse novo panorama econômico, em que a cidade de São Luís tem um papel de destaque, devido à abertura dos portos brasileiros e várias casas comerciais francesas e inglesas que se instalam na capital, faz com que o Estado passe a ter uma atenção maior com o ordenamento da cidade, porém essa preocupação era apenas um disfarce ante a real preocupação: fazer o controle social do acesso às terras ocupadas.

Em outras palavras, Ferreira (2014) destaca a preocupação com a estética urbana, através da exigência quanto à condição econômica para se viver na cidade. Ou seja, para morar na capital era necessário dispor de capital para que se pudessem construir prédios com aspectos nobres. Essa preocupação partia dos governadores, e pode-se concluir que essas medidas e controle social do espaço para ocupação incentivaram o processo de segregação socioespacial e desencadeava reivindicações de acesso à moradia, tendo em vista as exigências mencionadas afastarem boa parte da população do núcleo urbano principal.

Ainda que São Luís tenha sofrido seu primeiro choque populacional, ocasionando um incremento demográfico, não houve um impacto que permitiu a sede se estruturar conforme um ordenamento urbanístico. Foi somente no limite do século XIX que a cidade ganhou reformas mais arrojadas e o sobrado com azulejos e mirantados se tornaram a expressão da riqueza abundante da economia algodoeira. Em 1804 se tem a primeira tentativa de calçamento nas ruas de São Luís, mas é importante destacar que estas reformas se limitaram somente às áreas nobres, ressaltando a segregação socioespacial na urbe ludovicense (SILVA, 1988).

Concomitante as transformações econômicas em consequência da dinamização do setor agroexportador, a cidade também foi se transformando e adquirindo contornos nobres que condiziam com a riqueza do período. É nesse contexto que o solo urbano ludovicense passa a

¹⁴O termo se refere à região geográfica de influência econômica de um porto (Cf. Ribeiro Junior, 2001).

adquirir, ao lado do valor de uso, a dimensão do valor de troca, o que torna o acesso a ele cada vez mais difícil para os indivíduos menos favorecidos economicamente,

Mantovani & Mota (1998 *apud* FERREIRA, 2014), a partir de antigos livros da Câmara de São Luís, elucidam que as intervenções da Câmara nessa época iam de apoio aos ricos ou remediados sociais, onde operando no sentido de instaurar um sistema de privilégios e de um rígido controle social sobre a ocupação do espaço, tornando seletivo e excludente o critério para o estabelecimento de moradores.

Diante das mudanças ocorridas na base econômica já citada, ocasionaram-se transformações na capital, como por exemplo, as relações sociais de produção eram escravocratas, até então, e com essas mudanças esses se tornaram uma importante opção para a incipiente atividade econômica: a industrial. Foi esta mão de obra que contribuiu com as exigências com relação à moradia, já que a instituição da propriedade privada se tornou um grande empecilho, tornando estas áreas mais afastadas e carentes os seus locais de moradia, tendo aí o início das palafitas e das áreas de ocupação.

Com o mercado consumidor urbano crescendo, a renda acumulada e a arrecadação de impostos contribuíram para a ampliação dos “meios de consumo coletivos”, tal como a instalação dos sistemas de transporte, telefone (1890), energia à gás carbônico (1907), luz e tração elétrica (1918), que entre 1923 e 1926 operavam através da concessão da *Ullen Management Company*, empresa de capital inglês (FERREIRA, 2014).

Além de ressaltar o papel do Estado e dos moradores de ocupação como principais agentes produtores do espaço, nesse período, destaca-se o papel dos detentores de capital, que emergem a partir da indústria e influenciam de forma decisiva na produção do espaço. Até então a ocupação e produção do espaço de São Luís restringiu-se à região que ia do centro histórico até a vila do anil (FERREIRA 2014; RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

O Estado, embora seja o agente que mais contribuiu para a produção do espaço ao longo da história de São Luís do Maranhão, seja através do seu papel de planejador, seja pela sua ausência - refletida na carência de políticas destinadas a infraestrutura urbana e pelos altos índices de déficit habitacional -, passa a ter mais presença nesse processo a partir da metade do século XX, com ações de planejamento habitacional.

2.2.2 O Estado no seu papel de planejador habitacional.

Entre 1612 e 1952 o espaço em São Luís foi sendo produzido principalmente através do capital particular, apesar de regulado pelo Estado. Em contrapartida, as áreas mais carentes

continuaram esquecidas. Apesar do Estado brasileiro, a partir de 1937, inclui dentre as suas ações a construção de habitações para a classe trabalhadora assalariada, através do FCP e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), no Maranhão foi somente no ano de 1953 que se construiu, na capital, o primeiro conjunto planejado. Financiado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), surgiu o “Filipinho”, conjunto habitacional composto por com 320 unidades, situado entre os bairros do centro e do Anil (Cf. FERREIRA, 2014; AZEVEDO, 1988).

No período compreendido entre as décadas de 1950-1970 ocorreu a expansão da mancha urbana de São Luís, com a ampliação do sistema viário em virtude da ampliação do corredor Centro-Anil se ligando a bairros mais afastados (como a Liberdade, Monte Castelo, Caratatiua, entre outros, situados na periferia) em relação à área mais central. É na década de 1970 que a capital maranhense adquire um novo traçado urbano, ultrapassando os limites dos rios Bacanga e Anil (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Conforme analisa Ribeiro Júnior (2001), abrem-se duas frentes de ocupação: ao norte e a sudoeste da capital. O Norte compreende a região do Calhau, Renascença, Ponta d’Areia (atual metro quadrado mais valorizado da cidade), tornando-se, nos últimos anos, o setor em que os negócios imobiliários ganharam maior notoriedade. O Sudoeste compreendia a área Itaquí-Bacanga (bairros como Anjo da Guarda, Sá Viana, Vila Embratel e Fumacê), com uma baixa densidade demográfica, mas que a partir do começo dos anos de 1970 passa a abrigar a crescente população de menor renda, sobretudo após a construção da barragem sobre o Rio Bacanga (1970).

Destaca-se que no período de 1970-1980 São Luís registrou a mais alta taxa de crescimento demográfico¹⁵, impactando inclusive a política habitacional federal: a construção de moradias populares nos maiores aglomerados urbanos se intensificou (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Essas construções eram urgentes não somente pelo alargamento populacional, mas também era uma resposta urgente à demanda por moradia proveniente dos estratos médios e baixos da sociedade.

Em São Luís estes conjuntos foram construídos em áreas mais distantes do centro, criando, a princípio, grandes “bolsões de vazios urbanos”, que acabaram contribuindo e exigindo a expansão de serviços coletivos, como saneamento, abastecimento, transporte e etc (LOPES, 2008). A construção de conjuntos habitacionais, financiados pelo extinto Banco Nacional para Habitação (BNH), surge como uma resposta à forte demanda vinda da população

¹⁵Este período é marcado por grande migração rural, que está relacionada à grande demanda de mão-de-obra, tanto pelo setor de construção civil, como também pelo recém inaugurado Porto do Itaquí (LOPES, 2008).

de menor renda. Assim, vários conjuntos habitacionais proliferam-se pelo espaço urbano de São Luís. O Estado, em seu papel de agente imobiliário, entre 1971 e 1980, construiu dezoito conjuntos habitacionais, sendo oito no âmbito da COHAB e dez referentes a diferentes Cooperativas (FERREIRA, 2014; RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Tabela 1: Conjuntos habitacionais construídos em São Luís entre 1967-1980.

Conjuntos habitacionais	Ano	Número de unidades
Residencial Caratatiua	1967	58
COHAB – Anil I	1968	505
COHAB – Anil II	1969	516
COHAB – Anil III	1970	1.417
IPASE	1971	525
Maranhão Novo	1970	432
COHEB Sacavém	1972	476
Radional	1974	336
COHAMA	1975	700
COHAB – Anil IV	1976	1.111
COHAPA	1977	41
Parque Timbiras	1977	96
COHATRAC I	1978	875
COHAPAM	1978	100
COHAJAP	1978	331
COHAJOLI	1978	50
COHASERMA	1978	364
COHAREV	1979	160
Vinhais	1979	1.627
Bequimão	1979	1.190
Turú I	1979	767
Rio Anil	1979	345
COHAJAPA	1979	38
Angelim	1980	654
COHAFUMA	1980	482

Fonte: RIBEIRO JÚNIOR (2001); FERREIRA (2014).

Os conjuntos da COHAB - Anil marcam um pioneirismo, sendo o primeiro conjunto (COHAB - Anil I) construído ainda em 1968. Nos anos seguintes, diversos conjuntos habitacionais foram construídos alcançando segmentos da classe média (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Muitos destes conjuntos habitacionais tornaram-se, posteriormente, bairros populosos e conhecidos de São Luís (caso da COHAB – Anil I, II, III e IV, Angelim, COHAMA, Bequimão e Turú). Como será exposto mais adiante, ocorreu em alguns casos o desenvolvimento de ocupações espontâneas – que constituíram novos bairros - a partir destes conjuntos planejados.

Em face desses conjuntos habitacionais, na então recente zona nobre, ocorreu a edificação de conjuntos residenciais, como por exemplo, o Conjunto do BASA, o São Francisco e o Renascença. Nesse contexto, é perceptível a distinção e a reprodução da segregação marcada espacialmente: moradias para ricos e moradias para pobres. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo com essas iniciativas segregacionistas não impediu que pioneiras palafitas ali resistissem (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

2.2.3 O crescimento urbano de São Luís face às ocupações espontâneas.

De acordo com Ferreira (1999), desde a década de 1930 a cidade de São Luís registrava áreas de ocupação espontânea, mas é somente a partir do final da década de 1960 que esse modelo de ocupação se espalha. Esse processo de intensa ocupação de espaços inapropriados para moradia tornou-se mais forte a partir da década de 1970 e 1980 e se alastrou até a década de 1990.

Em São Luís, por exemplo, conforme analisa Santos (2008), o processo de urbanização acelerada e desordenada, a partir dos anos de 1980-1990, trouxe diversas consequências, como foi caso do surgimento de ocupações irregulares. Com o crescimento populacional registrado na capital maranhense, ao final destas décadas, aumenta a construção de unidades habitacionais para a população menos favorecida (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Nesse contexto, surgem diversos movimentos populares na luta por moradias, sendo esses “sem-teto” importantes nas mobilizações populares (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Esses agentes passaram a ocupar áreas vazias e fora do interesse do capital. Nesse cenário, a demanda por habitação, enquanto aspecto da realização do valor de uso do espaço urbano lançou a população de menor renda a ocupação de áreas em localização consideradas precárias, ou de baixo valor econômico, devido ao processo de valorização do solo urbano.

O resultado desse tipo de processo reflete-se na ocupação de áreas próximas a encostas, solos íngremes e áreas de deslizamento de terras, como é o caso do bairro da Vila Isabel

Cafeteira, que no seu período de formação estava fora dos interesses de reprodução do capital. Durante os anos 40 até os anos 70 do século XX, a cidade de São Luís recebeu um grande contingente populacional migrante do campo, fazendo com que a cidade se redesenhasse urbanisticamente. O comportamento demográfico da capital estava em pleno crescimento.

2.3 A questão urbana e a ação dos movimentos sociais.

O tópico em questão trata dos “ativismos”, “movimentos” sociais ou diferentes formas de ação coletiva que tem por referência a dimensão espacial da sociedade. Para esta análise, no entanto, alguns esclarecimentos terminológicos são necessários quanto à diferenciação dos movimentos sociais frente a outras formas de ação coletiva. O movimento social traz como aspecto central a permanência e durabilidade das ações coletiva ao longo do tempo. Esta definição corresponde ao entendimento de Sousa (2009, p. 9-10), para quem “os movimentos ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente duradouras particularmente ambiciosas”.

Neste ponto, os movimentos sociais diferem-se do ativismo social, tendo em vista este relacionar-se com a ocasionalidade e transitoriedade das ações coletivas e seus repertórios. Embora conserve o fato de ser coletivo, o ativismo não se consolida enquanto movimento social por conta da sustentação das ações a longo prazo. A distinção que os movimentos sociais carregam vincula-se ainda ao “senso crítico” e às ambições das suas pautas sobre as estruturas sociais. As ações coletivas com reivindicações menos exigentes e ambiciosas, definem também organizações como as associações moradores:

Um “verdadeiro” movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com um horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores (SOUSA, 2009, p.10).

A questão dos movimentos urbanos emergiu como tópico de relevância empírica, na América Latina, e analítica, nas Ciências Sociais, a partir da década de 1970. O contexto político-econômico estava marcado por especificidades do desenvolvimento latino-americano, caracterizado pela industrialização periférica. Neste contexto, vem à tona a discussão sobre a marginalidade social, entendida como a ruptura entre aqueles que estariam excluídos do sistema

capitalista e os que nele estariam integrados (CARDOSO, 2008). Sobre esta contradição estrutural, de modo semelhante ao que se direcionou ao “proletariado” em outros tempos, cientistas sociais nutriram a expectativa de mudança revolucionária da sociedade capitalista a ser protagonizada por estas camadas.

A esperança de transformação profunda foi frustrada e somou-se ao fato de vários dos países latinos iniciarem períodos de governos ditatoriais, somados ao cenário político-econômico marcado pela ascensão do neoliberalismo em escala global. Apesar disso, após o momento de maior repressão da ditadura militar, o processo de transição democrática teve como uma das suas características a entrada em cena das classes populares organizadas em favor de maior igualdade. Este é o momento que os movimentos sociais urbanos e rurais passam a chamar a atenção dos sociólogos, tendo em vista o surgimento de novas formas de participação política, novos problemas e novos conflitos tendo como palco o espaço urbano. Aqui, os problemas urbanos aparecem como projeção dos conflitos de classe (CARDOSO, 2008).

A categoria “classes populares” ganha importância na análise das manifestações políticas, por sua maior abrangência, se comparada à categoria de proletariado. Abrangendo um leque maior de trabalhadores e aqueles das camadas de mais baixa renda, as classes populares passam a ter como pauta o reconhecimento de suas necessidades:

(...) o setor operário era minoritário em nossas metrópoles e estava cercado por vários tipos de trabalhadores assalariados e autônomos. Todos compartilham as mesmas péssimas condições de vida urbana. Mas, enquanto os analistas da marginalidade esperavam uma explosão dos "excluídos", a classe popular que se manifesta nos anos 70 luta para que a sociedade política a reconheça (CARDOSO, 2008, p. 326).

A própria definição de movimentos urbanos passa a ter como ênfase a ação das classes populares, tendo por reivindicação tópicos como terra, moradia e acesso a bens de consumo coletivo (KOWARICK, 1986). As tensões envolvendo os moradores de favela e o Estado, são um exemplo de como estas ações influenciaram na forma como o poder público passa a tratar determinadas questões durante a década de 1970. O enfrentamento político direto desempenhado por cidadãos a partir dos seus bairros passam a formar grupos de pressão que, tendo por pautas as demandas de urbanização de terrenos já ocupados, infraestrutura etc., causam efeitos no modo de interferência do Estado, que atuam por intermédio dos seus quadros técnicos, com a finalidade de “encaminhar a solução das reivindicações” (CARDOSO, 2008, p. 328).

Neste contexto, enfatiza-se a posição ambígua do Estado, sendo ao mesmo tempo, um inimigo e aliado na solução das demandas destes grupos de moradores. Com o desenrolar das

pautas dos movimentos urbanos, a estrutura estatal se reformulou em termos de criação de órgãos para tratar de problemas específicos. Tal situação acabou por mudar o teor das reivindicações destes grupos, agora mais voltadas para garantir o direito ao atendimento destes órgãos e o reconhecimento dos seus direitos (CARDOSO, 2008). O foco das ações destes grupos volta-se para redução das carências de grupos de moradores de áreas de favela ou invasão, que se proliferam nesta época.

Outros autores, como Jacobi (1987), reforçam o aparecimento mais intenso dos movimentos sociais urbanos na cena política a partir da década de 1970. Nos países latinos o destaque que estes movimentos passam a ter relaciona-se ao contexto de avanço de regimes autoritários. A análise destes movimentos estava atrelada a continuidade de duas teorias relevantes nesta década: a teoria da marginalidade e da dependência. Conforme mencionado, relacionava-se a emergência destas classes populares enquanto atores políticos como fruto do sistema capitalista.

Sociólogos como Manuel Castells e Lojikine, que muito influenciaram a análise dos movimentos urbanos no Brasil, participaram de um movimento de renovação teórica que percebem o surgimento de movimentos de bairros/luta pela moradia e os conflitos urbanos, em uma relação de contradição envolvendo o papel do Estado diante da intensificação da acumulação do capitalismo monopolista (JACOBI, 1987). Logo, este tipo de capitalismo teria uma forte influência na organização do espaço urbano, e seriam os conflitos próprios do urbano que fundamentariam a existência dos movimentos sociais, somadas às contradições da ação do Estado que tem de um lado as necessidades de reprodução do capital e de outro as reivindicações por direitos básicos como a moradia.

No Brasil, os estudos baseados nas análises da crise da cidade capitalista, como os acima mencionados, tenderam a ressaltar ora o alcance das ações dos movimentos urbanos em termos de transformação da sociedade, e ora subestimar a sua capacidade política, colocando-os como movimentos restritos a reivindicação de direitos mínimos de cidadania (JACOBI, 1987). Uma crítica direcionada aos estudos mais pioneiros sobre o tema no Brasil, desenvolvidos já na década de 1980, era de tratar o Estado e as relações que possuíam com os movimentos sociais apenas enfatizando o aspecto autoritário e oposicionista, deixando de lado a questão das mudanças de funções promovidas no interior da burocracia estatal, e os impactos que possuíam nas demandas sociais e na configuração do espaço urbano. Neste ponto, ressalta-se a ação de órgãos estatais em conjunturas políticas específicas e as consequências para a produção urbana, sendo o BNH e as suas finalidades um exemplo.

2.3.1 Os movimentos e os conflitos pela moradia na cidade de São Luís.

Em São Luís, os conflitos urbanos em torno da moradia ganharam certas particularidades, ligadas a características do seu processo de expansão urbana. As lutas políticas estiveram muito marcadas por mobilizações em torno do direito básico à moradia e de forma mais específica, a propriedade no solo urbano. Movimentos deste tipo, em que participavam centenas de pessoas, deram origem a muitos dos principais aglomerados urbanos da capital maranhense. No final da década de 1970, as ocorrências de luta pela moradia em São Luís se intensificaram, e deu-se em um contexto de déficit habitacional (com uma estimativa de 15.000 unidades), ao lado da pouca importância dada pelo Estado à situação¹⁶ (FERREIRA, 2014).

Muitas lutas significativas, retratadas de forma ampla pela mídia impressa, davam-se sobre os movimentos de “invasão” de propriedades no espaço urbano para fins de moradia e habitação. O trabalho de Pereira (2010), baseado em recortes de jornais que circulavam durante a década de 1970-80, apresenta as notícias de diferentes conflitos por terra dentro das cidades. Independentemente da conotação que se atribua ao termo invasão, ele se refere a um processo concreto, e disputa entre as famílias “invasoras” ou ocupantes e os ditos proprietários dos terrenos vazios, que se utilizava de documentos e escrituras comprovadas em cartório, de modo a dar mais legitimidade à posse.

A forma como as invasões eram publicadas na mídia ludovicense variava entre um sentido mais pejorativo, que incriminava e reconhecía os direitos dos proprietários, que muitas das vezes utilizavam-se de meios violentos através da polícia militar e mesmo polícias privadas. E, por outro lado, estava a percepção que atenuavam a ação dos invasores, reconhecendo seu aspecto de humildade e carência. Frente às investidas mais violentas por parte dos proprietários, que tinham acesso a armas de fogo e tratores, estava a resistência dos invasores empunhando facões.

Este tipo de contradição esteve na origem de vários bairros de São Luís, como foi o caso do Coroadinho, São Bernado, Anjo da Guarda, Areinha, Sá Viana, dentre outros. Com exceção do Coroadinho, que foi a primeira localidade a vivenciar este tipo de processo, já no final dos anos de 1960 e início dos 1970, outras partes da cidade passaram a registrar estes conflitos posteriormente. Na formação de todos estes bairros, os conflitos estiveram presentes, que com certa frequência eram noticiados, com manchetes do tipo: “Violência em remoção de famílias na Areinha”, “Violência e despejo no São Bernardo”, “SURPLAN volta a derrubar casas no

¹⁶Este cenário tornou, no período destacado, o déficit habitacional o principal problema a ser enfrentado em São Luís (FERREIRA, 2014).

Anjo da Guarda” (PEREIRA, 2010). Entre o final da década de 1970 e durante os anos de 1980, fazia parte da dinâmica do crescimento urbano de São Luís situações de conflitos pela terra.

A evidência que os conflitos começaram a receber, foram situações que proporcionaram a inserção de agentes externos na causa. Especialistas da área do direito e do serviço social, por exemplo, passaram a fornecer suporte técnico e assim foram modificando os termos e representações utilizadas para se referir a causa. Assim, termos como “ocupação espontânea”, “assentamento espontâneo” e “direito à moradia” passaram a ser colocados em discussões e documentos de reuniões de associações de moradores. O termo “ocupação espontânea” passa a ser importante, se referindo a um processo de ocupação do espaço que não foi planejada pelo poder público ou mercado, dando mais fundamentação técnica a questão (PEREIRA, 2010).

A vinculação com advogados ligados aos movimentos mais progressistas da Igreja Católica, deram uma fundamentação jurídica para a causa, colocando as ações de ocupação/invasão como lutas por direitos sociais (moradia). As invasões estiveram envolvidas em disputas, envolvendo diferentes agentes do mundo social, quanto à forma de definição mais legítima sobre a questão: seja, em uma ponta, pelo viés da ilegalidade e criminalidade (proprietários, parte da mídia); ou, em outra ponta, pelo aspecto de luta de uma população carente por um direito fundamental (parte da mídia, ocupantes, advogados, assistentes sociais, membros da igreja etc., apoiadores da causa).

À medida que o processo de urbanização de São Luís ia aumentando, as situações de conflitos também iam aparecendo. As mudanças ocasionadas no espaço urbano da área Itaqui-Bacanga, a partir do início da década de 1970, com a construção da barragem do Bacanga (1970), construção do Porto do Itaqui (1971) e instalação das atividades de logística da exploração mineral organizada pela Amazônia Mineração S/A (AMZA), trouxeram ocasiões para disputas pelo espaço com os moradores. A AMZA pressionava os moradores da área a deixarem as suas residências oferecendo indenizações que demoravam para serem debitadas (PEREIRA, 2010). Ao mesmo tempo, a expansão física do campus da Universidade Federal do Maranhão implicou em confrontos com os moradores do então sítio Sá Viana.

A resistência imposta por esses moradores se deu por meio de diversos tipos de auxílios disponibilizados através de espaços de mobilização importantes, como é o caso do apoio político que provinham das Associações de Moradores que atuavam em vários bairros, e dos recursos jurídicos e educacionais advindos pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs (FERREIRA, 2014; PEREIRA, 2010). Em 1963 foi realizado o I Congresso Comunitário de Bairros, dando origem à Federação das Uniões de Moradores dos Bairros do Estado do Maranhão (FUBESMA). O objetivo da FUBESMA era organizar politicamente as associações

dos bairros de São Luís quanto ao tema da defesa da moradia. Na década de 1980 foi criado o Movimento em Defesa da Moradia (MDM), outra entidade política aglutinadora para a causa.

O MDM atuava em pautas importantes para a efetividade das ocupações e das lutas pela moradia das populações envolvidas. Dentre estas pautas, destacavam-se: a suspensão de liminares de reintegração de posse, desapropriação de imóveis, suspensão da repressão militar às ações dos ocupantes, regularização das ocupações etc. (FERREIRA, 2014). Estas articulações possibilitaram uma maior relevância das ações dos moradores ocupantes, enquanto agentes de produção do espaço urbano. As estratégias dos movimentos de ocupação foram no sentido de formá-las nas adjacências dos conjuntos habitacionais que estavam sendo produzidos pelo Estado. A intenção era utilizar-se da infraestrutura que os bairros planejados possuíam (FERREIRA, 2014).

No quadro abaixo, apresentam-se as “vilas”, modo como eram denominadas as ocupações irregulares localizadas nos arredores dos conjuntos habitacionais planejados pelo Estado. Na cidade de São Luís ocorreram vários casos do tipo a partir do final da década de 1960:

Quadro 3: Ocupações planejadas e espontâneas em São Luís.

	Planejadas	Espontâneas
Ocupações	COHAMA	Vila Menino Jesus de Praga
	COHAMA/COHAJOLI	Vila Vicente Fialho
	COHAPA	Vila Bom Jesus
	Planalto/COHAPA	João de Deus
	COHAFUMA	Vila Independência
	COHAB-ANIL III	Vila Isabel Cafeteira
	Cidade Operária	Jardim Tropical, Cidade Olímpica

Fonte: Adaptado de Ferreira (2014).

Por outro lado, as associações de moradores eram espaços bastante visados por políticos locais, que enxergavam nestas organizações oportunidades para alianças políticas, formação de base e interesses eleitorais (PEREIRA, 2010). A inserção da política formal nestes espaços comunitários, tal como ocorria em São Luís, era percebido também em outras localidades do país, que identificavam um forte apelo para a realização de políticas clientelistas e populistas (CARDOSO, 2008). Apesar disso, os efeitos de entidades como o MDM, em apoio as

ocupações, mostraram a importância e o impacto que as ocupações de moradores obtiveram na formação do espaço urbano de São Luís.

2.4 O movimento pela reforma urbana e as normatizações após 1988.

No Brasil o direito à cidade, a moradia e a viabilização do planejamento urbano, estão organizados normativamente através da Carta Magna de 1988. Considerado como um direito de todo cidadão, a moradia, tratada normativamente, tem história relativamente recente no país. Isto porque, a moradia foi incluída como direito social constitucionalmente garantido apenas no ano 2000, através da Emenda Constitucional nº 26, publicada em 15 de fevereiro no Diário Oficial da União (DOU), alterando o artigo 6º.

A atual redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que trata dos Direitos Sociais de todo brasileiro, está organizada da seguinte forma:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2009/2010, p.20).

Os direitos de cidadania, como os *sociais*, são considerados como direitos fundamentais, posto que reconhecidos e chancelados pela ordem constitucional vigente no país. Neste sentido, o Estado assume um papel de “garantidor” e protetor dos direitos dos cidadãos (SARLET, 2003), por onde se desenvolve uma relação conflituosa com os movimentos sociais, tendo em vista ser o meio pela qual se institucionalizam diferentes demandas da sociedade (GOHN, 2011). A inclusão de direitos como fundamentais no texto constitucional, portanto, não se aparta das considerações de um contexto sociopolítico, envolvido com demandas e mobilizações oriundas de diferentes setores da sociedade civil, como foi o caso da inclusão do artigo sobre a política urbana.

O cenário político-econômico em que a moradia foi alçada em nível de direito fundamental merece ser destacado. O avanço de políticas neoliberais no Brasil durante a década de 1990 (MARICATO, 2015), gerou um cenário de propagação da ideia do “Estado mínimo”, colocando em risco o papel de manutenção de direitos fundamentais assumidos constitucionalmente pelo Estado. Soma-se a isso, o aprofundamento de processos de exclusão socioeconômica, que colocava parte da população fora do alcance dos direitos de cidadania. Este contexto asseverou uma espécie de “crise nos direitos fundamentais”, e foi nele em que se intensificaram as ações de movimentos em prol dos “sem-teto” e pela moradia urbana,

culminando na criação de espaços como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia (GOHN, 2011).

A inserção da questão urbana na atual Constituição, expressa nos artigos 182 e 183, que tratam da política e do planejamento urbano, a serem organizados através do plano diretor, também não podem ser analisados sem estarem relacionados a um conjunto de sociopolíticas que resultaram em suas redações.

A “ressurreição” do plano diretor esteve envolvida na mobilização pela reforma urbana, inserida na conjuntura da “reabertura política” iniciada no governo de Ernesto Geisel, na ditadura militar (1964-1985). Neste momento, observa-se tanto uma reativação quanto ao surgimento de federações municipais e estaduais de associações de moradores pelas cidades brasileiras, “e que haviam sido condenadas durante o período mais duro da repressão” (SOUZA, 2012, p. 274).

Essas associações reuniam um conjunto heterogêneo de atores urbanos, sejam aquelas localizadas em favelas, loteamentos clandestinos, residenciais mais pobres e mesmo de classe média, e lançavam-se através de pautas como justiça social na cidade, qualidade de vida e contra a agressão do capital imobiliário e a sua apropriação do espaço. Em São Luís, no início dos anos de 1960, portanto antes da ditadura militar, constata-se a organização de associações e uniões de moradores em vários bairros da cidade, donde resultou inclusive a realização de congressos, como foi o caso do I Congresso Comunitário de Bairros de São Luís, datado de 1963. Nas décadas seguintes, as ações destas associações, que, em geral, tinham como pautas o assistencialismo e a resistência a ações de desapropriação e remanejamento, retornam com mais intensidade no final da década de 1970 e durante os anos de 1980 (PEREIRA, 2010), com o período de maior flexibilidade política mencionado.

É neste tipo de meio, que se encontra, em âmbito nacional, o embrião do movimento de luta pela reforma urbana, que passa a contar, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, com o apoio de seis entidades da sociedade civil, como foi o caso da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e do Movimento em Defesa das Favelas (MDF), além de sindicatos e universidades (MARICATO, 2014). A temática da reforma urbana ganha bastante força durante o processo de preparação da Constituição Federal, quando foi entregue pelas seis entidades, acompanhadas de 160 mil assinaturas de eleitores de todo país, a proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana (SOUZA, 2012).

O movimento em torno da Emenda Constitucional pautava-se em um ideário relacionado à busca por justiça social, a defesa de um planejamento urbano alternativo pautava-

se em distribuir de forma mais equânime os investimentos públicos pelo espaço urbano, no intuito de dirimir a segregação socioespacial e viabilizar um melhor acesso da população de menor renda aos equipamentos de consumo coletivo.

O resultado desse conjunto de mobilizações pela reforma urbana foi o atendimento de parte de suas demandas no texto constitucional. Este resultado é visto através de duas perspectivas: uma positiva e outra negativa. A positiva enfatiza o ineditismo na história brasileira de uma constituição contar com um capítulo destinado a cidade e a propriedade, bem como a definição de suas funções sociais. A negativa é destacada por analistas como Souza (2012), para quem os resultados das ações do movimento pela reforma urbana foram “frustrantes”, dado o enxugamento das pautas que foram sintetizadas em apenas dois artigos, descritos parcialmente a seguir:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O *plano diretor*, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no *plano diretor* (...). (Grifos nossos).

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (...).

A partir destas postulações, a ênfase do movimento pela reforma urbana recai sobre o planejamento em si, em especial o seu principal instrumento: o plano diretor. O plano diretor passa a concentrar a maior parte das expectativas e interesses da reforma urbana, pois é o meio pela qual se planejaria a possibilidade de realização da função social da cidade. O Plano diretor passa a ser visto como a referência técnico-legal para o planejamento urbano alternativo nos anos de 1990, distinguindo-se do planejamento mais convencional, predominante nos períodos anteriores.

Na percepção de Burnett (2009, p.190), o espaço adquirido pelas ideias do planejamento urbano alternativo no período deve-se, antes de tudo, a situação de crise política e econômica da ditadura” e ao esgotamento “que atinge o ambiente profissional do planejamento urbano tradicional”, marcado pela matriz modernista/funcionalista. Apesar de uma renovação na perspectiva do planejamento urbano, este autor é crítico quanto ao plano diretor, instrumento que deveria materializar institucionalmente as demandas do movimento pela reforma urbana.

O plano diretor teria sido alvo de uma “fetichização” por parte daqueles envolvidos no movimento pela reforma urbana, carecendo de uma reflexão crítica sobre os seus limites e possibilidades, e não avançando em alternativas políticas para o projeto popular do planejamento urbano (BURNETT, 2009). A crítica concentra-se na pouca atenção dispensada ao papel do planejamento na intervenção sobre as contradições e dominação capitalista vivenciadas na cidade, ficando distante da organização e do poder político das classes mais populares (BURNETT, 2009; VILLAÇA, 1999).

No início do século XXI observa-se uma modificação quanto à forma pela qual o plano diretor é construído. A partir de 2001, com a promulgação do “Estatuto da Cidade” (Lei 10.257/2001), modificam-se, em seus aspectos normativos, as diretrizes que estipulam o processo de construção dos planos diretores, até então percebidos como instrumentos político-administrativos, desenvolvidos em gabinetes e distanciados da dinâmica sociopolítica que tratam. A aprovação do Estatuto da Cidade, cujo objetivo principal é a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que versam sobre a política urbana, trouxeram um novo fôlego para os movimentos sociais urbanos pró-moradia, que já reivindicavam há um longo tempo o detalhamento e a regulamentação do referido texto constitucional (SOUZA, 2012; BRITO, 2009).

A nova perspectiva trazida com o Estatuto da Cidade sobre o planejamento urbano, tenta mudar a percepção de engessamento e distanciamento da vida do cidadão comum, mais estritamente técnico-burocrática carregada por este instrumento, e coloca o seu processo de elaboração em uma dinâmica de participação popular (BRITO, 2009). O trecho abaixo reproduz o artigo 40 do Estatuto da Cidade, que destaca o seu aspecto participativo e os elementos voltados para garantir à lisura e “transparência” do acesso da população a elaboração do plano diretor, como é o caso da publicização dos documentos e informações referentes ao processo:

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1o O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas

§ 2o O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3o A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4o No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

I – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos¹⁷.

¹⁷Retirado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 20/10/2022.

Este instrumento especifica as questões a serem organizadas pelo plano diretor em nível municipal – e não apenas da cidade -, que são fundamentais para ações de movimentos urbanos pela moradia, como é o caso da regulamentação sobre o uso do solo urbano, da definição dos critérios para determinar o cumprimento da função social da propriedade e os direitos de propriedade no município. Todas estas questões regulamentadas pelo Estatuto da Cidade, e colocadas como norte para os planos diretores, levou o Ministério das Cidades a demarcar uma diferenciação entre os planos diretores lançados a partir dos anos 2000 e aqueles das décadas de 1970-80. Os planos mais recentes passam a serem considerados, pelo próprio discurso oficial, como “planos diretores participativos”, destoando dos planos diretores de desenvolvimento urbano dos anos anteriores, que seriam mais técnicos e burocratizados.

No artigo 43 do Estatuto da Cidade, pormenoriza-se o modo como a sociedade civil organizada participaria da construção do plano diretor, elencando os espaços voltados para discussões e deliberações, como: a formação de colegiados sobre a política urbana, debates, audiências e consultas públicas; além da promoção de conferências acerca de assuntos urbanos. A inclusão da ideia de orçamento participativo no capítulo sobre a gestão democrática do Estatuto da cidade, colocando os mesmos espaços participativos para as deliberações sobre a lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, foi outra proposta que veio à tona no período.

Dessa forma, percebe-se, na perspectiva de Villaça (1999), uma renovação da dimensão ideológica atribuída ao planejamento urbano pelo Estado, que, a partir do início da década de 2000, insere no discurso dominante as noções de gestão democrática e participação popular no planejamento urbano.

O não cumprimento de muitas das diretrizes estipuladas no plano diretor ainda vigente em São Luís, datado de 2006 (BRITO, 2009), por exemplo, denuncia a não correspondência entre as ideias anunciadas nestes documentos pelo Estado, e a forma como efetivamente age na realidade quanto a política urbana.

CAPÍTULO 3 - SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO EM SÃO LUÍS (MA): o caso da Vila Isabel Cafeteira.

Este capítulo baseia-se em dados obtidos com as inserções ao trabalho de campo¹⁸, baseado nos relatos e nas representações dos próprios moradores sobre os diferentes processos sociais que originaram a Vila Isabel Cafeteira, como: primeiras ocupações e formação inicial da localidade, estabelecimento das habitações e infraestrutura, transformações do bairro em meio ao crescimento urbano de São Luís, e percepções sobre o risco em se morar em determinadas partes do bairro. Assim, nos basearemos nos entendimentos das motivações envolvidas com aqueles que ali se instalaram, tendo em vista as características do contexto mais amplo de urbanização da cidade.

Começaremos expondo algumas questões acerca dos processos que levaram as ocupações iniciais e posterior formação do bairro da Vila Isabel Cafeteira. Neste trabalho consideramos esta localidade como um “bairro”. O sentido que aqui atribuímos a este termo está em conformidade com Cordeiro e Costa (1999 *apud* PINHEIRO, 2002), para quem o bairro não é determinado, sobretudo pelos seus aspectos econômicos e funcionais – de infraestrutura/serviços -, mas sim pelos elementos da vida vicinal e comunitária. Assim, a vida do bairro é marcada pela articulação de unidades sociais por onde se formam redes de interação informais de vizinhança, freguesias, paroquiais, políticas, em torno de espaços como ruas, associações, estabelecimentos comerciais etc.

3.1 Ocupação, formação e aspectos atuais do bairro Vila Isabel Cafeteira.

Aqui a gente precisa de tudo.
(Morador da Vila Isabel Cafeteira)

O núcleo formativo da Vila Isabel Cafeteira inicia-se pela sua relação de proximidade, de um lado, com o bairro planejado da COHAB - Anil III (correntemente denominado apenas de “COHAB”), criado em 1970, e de outro, com o tradicional e antigo bairro industrial do Anil.

Tal como aponta Ferreira (2014), é comum observar a formação de vilas, como a estudada, às adjacências de bairros planejados, para que, na ausência de meios de consumos coletivos, os moradores das ocupações possam vir a usufruir. A figura abaixo, corrobora esta

¹⁸O trabalho de campo foi a principal fonte de pesquisa utilizada no capítulo, mas também foram utilizados dados secundários retirados de matérias jornalísticas sobre o bairro publicadas em portais de notícias *online*.

relação que as localidades originadas por ocupação espontânea possuem com bairros que se estruturaram através do planejamento estatal. A Vila Isabel Cafeteira surge posteriormente à construção da COHAB - Anil III, sendo a sua entrada principal situada aos fundos deste bairro:

Figura 1: Imagens de satélite da Vila Isabel Cafeteira (demarcada em vermelho, à esquerda) e dos bairros planejados da COHAB (à direita).



Fonte: Google Earth Pro (2023).

O padrão simétrico das quadras e ruas do bairro da COHAB - Anil III, que seguem um modelo de planejamento mais cartesiano, contrasta com a ausência de padronização das ruas da Vila Isabel Cafeteira. Formadas ao longo do tempo sem previsão e contabilidade de domicílios, habitações e moradores que ali se estabeleceriam, as ruas seguem uma orientação mais tortuosa, emaranhando-se umas às outras. Os dois bairros representam duas fontes de produção do espaço urbano, muito marcantes na cidade de São Luís: as ações do planejamento estatal, materializadas nos loteamentos retangulares da COHAB - Anil, e as ruas com sentidos incertos e aleatórios da Vila Isabel Cafeteira, resultantes dos movimentos de ocupação espontânea realizada pelos moradores.

Relatos de moradores mais antigos apontaram que a ocupação inicial da área que hoje compreende a localidade, deu-se sobre um terreno de propriedade privada. Ainda de acordo com as versões de moradores, os primeiros movimentos de ocupação foram organizados por

um grupo de famílias, e estiveram relacionados com situações de conflito e luta pela terra/moradia, tendo em vista terem sofrido investidas dos proprietários, que tentaram expulsá-los.

O bairro fez 35 anos e tenho parentes que estão aqui desde a fundação do bairro. Eles relatam que foi muita luta e teve muita resistência, inclusive com o apoio do ex-governador [Epitácio] Cafeteira, que conseguiram permanecer aqui (Entrevista morador João, 05/12/2022).

De acordo com alguns moradores entrevistados, o bairro completou, em 2022, trinta e cinco anos de existência, o que indica que a sua formação ocorre a partir de meados da década de 1980. Em imagem do ano de 1985¹⁹, produzida pelo satélite *Landsat/Copernicus*, acessada através do *software* Google Earth Pro, é possível observar uma mancha urbana na localidade que hoje é a Vila Isabel Cafeteira, apontando para a existência de um povoamento na área, mas ainda não muito densificado. Constata-se também, à direita na figura 2, a mancha urbana formada pelos conjuntos da COHAB - Anil bem consolidada:

Figura 2: Imagem de satélite da área da Vila Isabel Cafeteira e arredores em 1985.



Fonte: Google Earth Pro (2023).

¹⁹Esta é a imagem mais antiga disponível no *Google Earth* para localidade. As imagens históricas das localidades disponibilizadas pelo *Google Earth* tendem a reduzir a qualidade da resolução quanto mais antigas forem. A presente imagem tem menor qualidade na resolução e necessitou ter o foco ampliado para melhor observação da mancha urbana no período.

O bairro teve seus primeiros núcleos de povoamento formados por famílias oriundas do interior do Maranhão, que ali construíram suas habitações feitas à barro e palha (CURVELO-MATOS, 2014). Conforme mencionado, nesta etapa inicial houve situações de conflitos pela ocupação e acesso à terra. Foi na ocasião de busca por apoio para a permanência na localidade, que os moradores recorreram ao então governador Epitácio Cafeteira²⁰:

Com medo de serem desabrigados porque o terreno não era deles, [os moradores] nomearam um advogado, Fernando Mendonça, e foram em passeata falar com o então governador do Estado, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, para que este lhes desse garantia de que permaneceriam no local. Como conseguiram o que almejavam, colocaram o nome da esposa do governador, Isabel Cafeteira, em forma de agradecimento (CURVELO-MATOS, 2014, p. 303).

De acordo com a pesquisa realizada por Curvelo - Matos (2014), acerca das origens e evolução histórica dos nomes de vários bairros de São Luís, o estudo dos topônimos – isto é, designações de localidades geográficas -, pode revelar aspectos sociais, políticos e religiosos que o nome carrega. O nome do bairro estudado vincula-se à luta pela propriedade fundiária enfrentada pelas primeiras famílias a ocuparem o terreno em que veio a se formar a Vila Isabel Cafeteira, e a tutela política que receberam do governador do Maranhão no final da década de 1980.

Conforme ressalta Curvelo - Matos (2014), embora o bairro tenha o nome de Vila Isabel Cafeteira, alguns moradores preferem nomeá-lo como “Isabel Cafeteira COHAB - Anil”, a fim de diferenciá-lo de outra localidade com o mesmo nome, mas que não é considerada como bairro pela Prefeitura de São Luís.

Nos últimos anos, a Vila Isabel Cafeteira vem sendo relacionada com situações de risco ambiental que algumas habitações do bairro passam. O que torna algumas das localidades do bairro como área de risco, conforme o mapeamento e levantamento da Defesa Civil²¹, órgão de escala estadual e municipal que atua na prevenção e mitigação de riscos de desastres, é o fato de algumas das casas terem sido construídas em encostas muito próximas ao Rio Itapiracó. Esta situação define os tipos de riscos a que esta população está exposta. O principal dele é causado por intempéries: deslizamento de encostas e colinas e a inundação, sobretudo em períodos chuvosos mais intensos. Outros relatos apontam para um risco artificialmente produzido,

²⁰Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, foi um ex-deputado federal, senador e governador do Maranhão. Personagem tradicional da política maranhense a partir da segunda metade do século XX, Epitácio Cafeteira foi governador do Maranhão entre os anos de 1987-1990, período em que a Vila Isabel Cafeteira se consolida enquanto bairro.

²¹Como é possível constatar em matérias publicadas nos últimos anos em portais locais (Cf. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/01/22/mapeadas-60-areas-de-risco-em-sao-luis> Acesso em 30/10/2022).

devido a atividade de retirar areia de algumas áreas para fins comerciais, tornando o risco de deslizamento maior:

Ainda tem alguns terrenos vazios, alguns se aproveitam pra retirar a terra de algumas áreas que podem até cair, mas mesmo assim tiram ou para vender ou para reforma na própria casa. Essa retirada indevida agrava a situação de deslizamento (Entrevista, morador José, 16/09/2022).

A ocupação e a formação de bairros em áreas frágeis ambientalmente, consideradas de risco, inserem-se no movimento mais amplo de segregação socioespacial, elemento característico da expansão urbana brasileira. As populações de baixa renda, como a estudada, ocupam as terras periféricas, mais baratas e/ou desprezadas pelo capital imobiliário e pelo Estado (MARICATO, 2013b). Estas mesmas localidades, em geral, não possuem infraestrutura urbana adequada, requisitando um processo de urbanização (instalação de saneamento básico, estrutura viária, iluminação, transporte e serviços coletivo etc.) pelo poder público, que costuma agir tardiamente nestas áreas. As exigências de recursos financeiros e tecnológicos tornam-se, então, maiores para esta população. Tal segregação espacial não é apenas expressão das desigualdades sociais, mas agente de reprodução desta desigualdade (NOGUEIRA, 2002).

Deste modo, as ocupações de áreas de riscos apresentam-se, na maioria das vezes, como únicos locais de moradia destinados aos setores menos favorecidos de nossa sociedade, onde,

As consequências do processo inadequado de crescimento são a falta de condições sanitárias mínimas; ausência de serviços indispensáveis à vida das pessoas nas cidades; ocupação de áreas inadequadas; destruição de recursos de valor ecológico; poluição do meio ambiente; habitações em condições precárias de vida (VILLASCHI, 2003, p. 166).

Acerca da ocupação e chegada de residentes no bairro ao longo dos anos, foi relatado por moradores antigos que a escolha do local para habitação se deu tanto pela: i) falta de condições para o pagamento de aluguel ou compra de uma residência através do mercado imobiliário; ii) falta de recursos financeiros para entrar nos programas governamentais de habitação popular da época. A maioria dos moradores mais antigos do bairro vieram das cidades do interior do estado, atraídos pela demanda de mão de obra. Este foi o caso de dois moradores residentes há algumas décadas na localidade:

Eu nasci no interior, em Guimarães, rodei esse Brasil, fui pra o Ceará e também pra Brasília. Voltei pra cá pra trabalhar. Conheci minha esposa e ela morava na COHAB, decidimos vim para cá. O irmão dela também construiu casa aqui (Entrevista, morador Walber, 14/11/2022).

Eu vim pra cá com meus pais do interior de Turiaçu. O irmão do meu pai veio primeiro e falou que tinha muita oportunidade pra trabalhar e fazer a vida. Ficamos por aqui e eu lembro das dificuldades pra construir a casa. Não só pela pouca condição, mas também porque o acesso aqui era bem ruim. Muita lama, escorregadio. Demorava pra cada morador levantar sua casa. Tinha dificuldade pra trazer os materiais pra construir (Entrevista, morador João, 05/12/2022).

No período inicial de formação do bairro, foi relatado que havia muita lama e que era necessária a utilização de folhas de palmeiras, a fim de se improvisar uma pavimentação para o transporte dos materiais de construção, em carrinhos de mão. Os moradores enfrentaram muitas dificuldades, principalmente pelas condições de trafegabilidade e pela falta de poder econômico para construir suas casas de forma segura. Foi relatado que, a princípio, a construção se dava pelo improvisado e que os próprios moradores construíram as casas, utilizando recursos como barro, taipa e palha.

Alguns bairros, cujas origens estão em movimentos de ocupação espontânea, em sua etapa de formação, receberam grande visibilidade da mídia local e foram alvo de medidas mais repressivas por parte do Estado. Este foi o caso de localidades, como o Vera Cruz (formação em 1980), João de Deus (em 1981) e Vila Itamar (em 1983). Estes espaços citados eram parte do interesse especulativo do capital imobiliário nestes períodos (LUZ, 2004). De forma diferente, na realidade estudada, o processo de ocupação se deu de forma lenta e sem muita visibilidade – embora não sem conflitos. Justifica-se essa “invisibilidade” pelo fato de a área ocupada estar fora do maior interesse da especulação imobiliária, sendo desinteressante ao processo de reprodução e acumulação do capital.

Em nosso cotidiano, muitas vezes associamos urbanização ao desenvolvimento. Contudo, no caso da urbanização brasileira, e em sentido mais restrito, a urbanização da capital maranhense, que aqui tem sido objeto de estudo, essas duas palavras não se coligam, ou seja, São Luís cresceu em números populacionais, mas não foi acompanhada do desenvolvimento necessário para atender a demanda social da moradia para os menos favorecidos, e nesse contraste existente entre *desenvolvimento* e *crescimento* ainda soma-se o *ambiente* no qual é/foi ocupado como moradia pelas classes mais pobres, pois:

O conflito entre urbanização, desenvolvimento e ambiente se manifesta no aumento de riscos, seja pela ocupação de áreas frágeis biofísicamente, o que produz áreas de risco no tecido urbano, seja na produção de vulnerabilidades a camadas cada vez mais significativas da população. Isso se manifesta na rápida expansão da mancha urbana sem a infraestrutura básica para atender às necessidades da população, o que aumenta a exposição aos riscos e perigos ambientais (MARANDOLA JR, *et al*, 2013, p.40).

A violência no bairro é um aspecto encontrado na fala de moradores. Alguns relatos apontam que o bairro, há alguns anos, era bastante violento, mas que teria passado por mudanças nesse ponto, tornando-se um elemento menos frequente no cotidiano dos que ali habitam. Através de conversas com moradores, e pela pesquisa de matérias relacionadas ao tema na localidade²², constatou-se uma menor frequência de publicações jornalísticas sobre o tema nos últimos dois anos. Uma das moradoras, residente há um ano e dona de um estabelecimento comercial no bairro, relatou que um período atrás havia uma incidência maior de casos de violência, incluindo mortes por arma de fogo. Em suas palavras:

Essa rua aí [rua que seguia ao seu estabelecimento] matavam muita gente... Aqui a noite é muito escuro. Aqui já foi ruim de morar. Tinha muita morte. Muita violência. Não tem posto policial. As vezes eles vêm aqui, eles passam. Mas não tem posto não. Mas já melhorou bastante, antes era muito perigoso (Entrevista, moradora Eliana, 14/11/2022).

Muitas das notícias que relatavam violência no bairro estão ligadas ao tráfico de drogas. Mesmo sendo perguntados a respeito, alguns moradores informaram que lá residem membros de diferentes facções criminosas da cidade, entretanto, nenhum deles se estendeu sobre o assunto.

3.2 A Vila Isabel Cafeteira: uma análise da paisagem atual do bairro.

Nesta seção nos dedicaremos a análise da paisagem do bairro da Vila Isabel Cafeteira. A noção de paisagem está de acordo com o trabalhado pela geografia da acumulação capitalista, tal como trabalhadas por Harvey (1982; 2005). A paisagem está referida aos elementos materiais do espaço construído. Está, portanto, inserido no processo de produção do espaço urbano. Em sociedades capitalistas, o movimento de acumulação do capital tem como condição o movimento de construção e desconstrução da paisagem. Para este autor,

A sociedade capitalista precisa, por necessidade, criar uma paisagem física - uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo (HARVEY, 1982, p.6-7).

Na dinâmica capitalista, que predominantemente divide a sociedade em classes conforme a lógica econômica, este espaço construído revela um conflito entre lógicas distintas de construção e apropriação da paisagem: uma representada pelos interesses do capital, que se

²²<https://www.google.com/search?q=+vila+isabel+cafeteira+sao+luis+ma+violencia&biw=1093&bih=526&tbm=nws&sxsrf=ALiCzsZ6HHbJFgmWklhY->. Acesso em:20/11/2022.

subdivide em “facções” com diferentes interesses quanto a forma de geração de renda e lucro sobre o espaço construído; e outra representada pela força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como meio de consumo e meio de sua própria reprodução (HARVEY, 1982). Há ainda a distinção entre os elementos produzidos pelo capital fixo, como fábricas, rodovias, ferrovias etc., e aqueles que são fundos de consumo, utilizados como consumo coletivo (ruas, passeios, praças, parques etc.).

Na presente análise, será considerado o modo como a paisagem vincula-se às condições econômicas dos moradores. A precariedade da infraestrutura urbana disponível, entretanto, ultrapassa as condições de vida material dos moradores, e reflete a ausência de políticas urbanas mais incisivas por parte do Estado na oferta de serviços de consumo coletivo (escolas, hospitais/postos de saúde, praças etc.) e infraestrutura urbana, que tendem a priorizar as áreas de maior concentração e realização do capital (MARICATO, 2013a).

Na análise exploratória da paisagem do bairro foi possível inferir que existem duas “vilas” Isabel Cafeteira: uma mais “urbanizada” e com mais infraestrutura, que circunda a Rua Isabel Cafeteira, cujo início está nos fundos do bairro COHAB - Anil III, e uma com maior precariedade de infraestrutura, com acesso através da Rua do Rio Azul, com entrada a partir do bairro Cruzeiro do Anil. Ao adentrar pelo bairro do Cruzeiro do Anil, para ter acesso à localidade estudada, passa-se por uma rua muito estreita e em seguida por uma ponte de mão única (figura abaixo) sob o “Rio Itapiracó”. A primeira impressão é de “vazio” (Cf. Anexo I), pois nessa parte do bairro ainda existem muitos terrenos sem construção, apenas com cercados e muita vegetação (Cf. Anexo I).

Figura 3: Ponte sobre o Rio Itapiracó, um dos acessos ao bairro.



Fonte: Registros de trabalho de campo (2022).

Ao andar pelas ruas do bairro o aspecto de uma ocupação espontânea é visível por dois fatores: i) o caráter desordenado da construção das casas, com padrão de distanciamentos por vezes muito próximo e outras vezes bem mais afastado, deixando “espaços vazios” entre elas, por onde se criam pontos de passagens e vielas improvisadas; ii) também a distribuição da malha urbana, com o desenho das ruas muito estreitas e sinuosas.

Na figura abaixo, pode ser observado o padrão irregular que as ruas assumem, sendo acompanhadas por construções que, de forma semelhante, não apresentam um padrão. As casas, apesar de grande parte ser a base de alvenaria, tomam uma forma diferente, quanto ao seu tamanho, número de pavimentos, número de cômodos, acabamentos (como a presença ou não

de revestimentos) e os materiais utilizados. Dependendo da quantidade recursos financeiros e pelo tempo de estadia na moradia, as mudanças na construção vão sendo feitas.

Figura 4: Exemplo de rua do bairro.



Fonte: Registros de trabalho de campo (2022).

Ao caminhar pelas ruas do bairro é fácil constatar certos aspectos da falta de adequação do planejamento da infraestrutura urbana, que é substituído por medidas improvisadas, muitas das vezes, executadas pelos próprios moradores. A ausência de um sistema de tratamento de esgoto que cubra a totalidade dos domicílios da Isabel Cafeteira (figuras 5 e 6 abaixo) é solucionada pelo seu despejo direto em sarjetas próximas às casas, ou por estruturas feitas de tijolos que canalizam o fluxo de esgoto para um ponto mais distante das moradias.

Figuras 5 e 6: Vieiras entre as casas e rua com esgoto exposto na Vila Isabel Cafeteira.



Fonte: Registros de trabalho de campo (2022).

Neste caso, observa-se a ação de autoconstrução realizada em dois sentidos: primeiro em suas residências, quando são construídas segundo um projeto e opção por materiais, na maioria das vezes, pela responsabilidade dos próprios moradores; e segundo na adequação da infraestrutura urbana indisponibilizada pelo Estado, sendo o tratamento do esgoto produzido pelas casas um caso?? Contudo, observa-se que, dado a falta de recursos financeiros e tecnológicos, estas improvisações da infraestrutura urbana não deixam de causar impactos, por exemplo, ao meio ambiente. O odor do esgoto pelas ruas ou a existência de córregos e braços de rios entre algumas casas, é uma realidade no bairro, onde as reclamações sobre a ausência de um saneamento básico adequado estavam presentes em todos os relatos dos entrevistados:

Pode sim melhorar muitos aspectos da qualidade de vida no nosso bairro. Saneamento básico, tratamento de esgoto seria muito bom. Me incomoda que muitas vezes meus filhos brincando, eles querem ficar descalços e você olha para o lado [aponta para um córrego] e tem uma fonte de doenças com esgoto passando na porta da sua casa (Entrevista, moradora Maria, 16/09/2002)

Com relação às casas construídas, a grande maioria delas são feitas de alvenaria distribuídas espacialmente em terrenos planos, encostas e colinas suaves. Ainda existem no bairro uma grande quantidade de terrenos vazios com cercas improvisadas (combina-se pedaços de madeira e telhas tipo *brasilite*).

Em relação às casas construídas próximo ao Rio Itapiracó, estas também são de alvenaria, apesar de não possuírem saneamento básico. Pelo que foi observado e relatado os canos das casas lançam os dejetos diretamente no rio (figura abaixo), devido à ausência de coleta de lixo adequada e tratamento de esgoto.

Figura 7: Moradia construída ao lado do Rio Itapiracó sem tratamento de esgoto.



Fonte: Registros de trabalho de campo (2022).

Um fator importante a ser discutido e analisado é a “existência” do Rio Itapiracó (imagem). Atualmente o rio deu lugar a um grande esgoto a céu aberto, assim como um local de descarte de lixo por uma parte da população. Existem aproximadamente 20 casas construídas ao longo do desenho do rio.

Baseado em entrevistas e nos relatos informais, tanto com os moradores mais antigos quanto com os mais recentes, mostra-se um consenso sobre o aspecto que o rio tinha no passado, no início do processo de formação e ocupação do bairro. Os relatos apontam que:

O rio era muito azul, muito bonito e tinha até peixes. Peixes bonitos. Mas foi a própria população que ao longo desses anos todos poluiu a natureza do bairro (Entrevista, Moradora Darlene, 16/09/2022).

O Rio abrange a localidade estudada e mais dois bairros adjacentes: Anil e Aurora. Destacam-se também os problemas enfrentados pelos habitantes devido à poluição do rio: as doenças e o mau cheiro. Além da condição de vulnerabilidade social que estes estão expostos.

Minha casa não é perto do rio, mas a quantidade de mosca e lixo que fica próximo [ao rio] é preocupante. Muita poluição, os canais do rio sendo usados como depósito de lixo, atraindo mais insetos. Não existe uma consciência por parte de alguns moradores. Quem mais se prejudica com essa falta de consciência são os moradores que estão ao lado do rio. Se chove muito, a água sobe e tudo que foi descartado lá vem pra rua ou pior: pra dentro da casa. (Entrevista, Moradora Darlene, 16/09/2022)

É triste ver o que aconteceu com o rio, porque ele era muito bonito mesmo. Mas foi a própria comunidade que não soube cuidar. Se antes não tinha carro do lixo, hoje temos, então não tem desculpas. Além do lixo no rio, também tem o lixo sendo colocado em terrenos vazios ou abandonados. Esse lixo acaba atraindo animais e roedores porque tem resto de comida. (Entrevista, morador Walber, 14/11/2022).

Ainda no que se refere às condições ambientais do local, foi observado o descarte indevido do lixo em alguns terrenos abandonados, e até em uma área ao lado de uma unidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), o que já até foi relatado pela mídia²³.

²³Cf. <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/lixo-e-descartado-por-moradores-em-avenida-na-cohab-em-sao-luis.html>. Acesso em 30/10/2022.

Figura 8: Aspecto do Rio Itapiracó atualmente em córrego ao lado de domicílio na Vila Isabel Cafeteira.



Fonte: Registros de trabalho de campo (2022).

Os diferentes modelos de casas construídas demonstram condições econômicas diferentes dos habitantes. Encontram-se casas muito simples, assim como também existem casas reformadas, com e sem primeiro andar, e em menor quantidade, casa de três andares. O que se conclui (não somente através da observação, mas também através dos relatos, que narraram que no início era raro uma casa construída com tijolos) uma melhora das condições de vida material de uma parte desses moradores, ao longo de aproximadamente cinquenta anos de formação do bairro.

Os moradores relataram os esforços e a preocupação com a melhora da estética de suas casas. Na grande maioria dos casos essas melhorias são lentas devido às condições e prioridades econômicas dos habitantes e também em muitos casos é comum que a pintura ou reforma sejam feitas por eles mesmos.

Do ponto de vista da estrutura viária, ao longo desses anos, grande parte da totalidade das ruas recebeu asfaltamento²⁴. Neste aspecto, ressalta-se a atuação do poder público municipal e estadual na oferta deste tipo de serviço de infraestrutura somente após a consolidação do bairro

²⁴Cf. <https://jornalpequeno.com.br/2022/01/22/programa-asfalto-novo-chega-aos-bairros-da-aurora-e-vila-isabel-cafeteira-em-sao-luis>. Acesso em: 30/10/2022.

enquanto local de moradia, quando a ocupação já está feita e os domicílios levantados, reforçando e assumindo o seu caráter de aglomeração irregular. Apesar de estes serviços serem realizados no âmbito da esfera municipal, constata-se a ineficiência do poder público no que tange ao fornecimento de itens relacionados à infraestrutura básica do bairro. Esta situação é percebida quando se observa esgotos exposto sem várias das ruas, principalmente naquelas mais próximas ao bairro do Anil.

Conforme Duarte (2009, p. 14):

A distribuição dos riscos ambientais por classe é uma consequência normal das economias capitalistas. [...] o que faz com que possibilite distribuir os riscos ambientais para os trabalhadores e os pobres é a segregação de classe das localizações residenciais. [...] Se os padrões habitacionais não fossem segregados por classe, os riscos ambientais e seus impactos negativos sobre a saúde pública estariam distribuídos de forma mais uniforme entre os diversos segmentos populacionais.

Os custos habitacionais tendem a ser mais baixos em áreas muito próximas de unidades ambientalmente perigosas, despejo de lixo, estação de tratamento do esgoto, encostas de morros etc. Em geral, quanto maiores os riscos ambientais óbvios e conhecidos em uma dada área, menor o custo da moradia. Uma vez que, os custos habitacionais em áreas de relativa segurança ambiental, a grandes distâncias das unidades de risco tendem a demandar preços mais altos no mercado imobiliário. Como resultado, aqueles sem salário, ou com baixos ganhos estão limitados na escolha da sua residência e compelidos a viver em áreas de maiores riscos ambientais e de saúde. Como as economias capitalistas normalmente geram comunidades segregadas em classes, os pobres estão concentrados em áreas tipificadas por altos níveis de riscos ambientais e baixos níveis de riqueza.

Durante as visitas ao bairro, foi possível constatar a falta de disponibilidade de escolas (municipais ou estaduais) e creches. A carência da localidades de serviços que ofertem educação básica, tanto na esfera pública-estadual/municipal quanto na iniciativa privada, aumenta o vínculo de dependência dos moradores com os bairros vizinhos:

Falta escola do ensino fundamental, anos iniciais e finais. Falta uma creche. As crianças e adolescentes precisam ir pra escolas na Cohab. As mães que precisam trabalhar não tem aqui na vizinhança um local público e perto pra deixar os filhos. Os mais velhos muitas vezes vão andando, não vão de ônibus mas não é perto. Os que não conseguem vaga na Cohab ou no Anil precisam se deslocar pra mais longe ainda (Entrevista, morador Josué, 05/12/2022).

Na fala de outros moradores, repete-se a narrativa da dependência da Vila Isabel Cafeteira frente a outros bairros mais estruturados em termos de serviços coletivos – sobretudo os da COHAB-Anil III:

A demanda do bairro é grande, o bairro ao longo dos últimos anos tem crescido muito, na Cohab temos várias escolas. Porque não teria aqui? É uma luta antiga, já levamos pra vereadores e políticos que vem aqui em campanha, tem muita criança e muitas mães que precisam de uma creche comunitária. (Entrevista, moradora Ana, 14/11/2022).

As demandas da população do bairro sobre a disponibilidade de educação básica coadunam com outras questões relacionadas a oferta de serviços coletivos. A ausência de logradouros – como praças - destinados ao lazer, sobretudo para as crianças, torna as ruas do bairro espaços improvisados para esta finalidade. Como relatado por um morador, nas ruas, os esgotos residenciais canalizados também de forma improvisada, se misturam com as bricadeiras dos mais novos.

As mesmas demandas de insuficiência de serviços coletivos se aplicam ao transporte público e à saúde. O bairro conta apenas com uma linha de ônibus (Terminal Cohab/IPASE – Cf. imagem abaixo) e os moradores relatam a demora para a chegada do coletivo. É importante destacar que os residentes da parte do bairro mais próximo ao Anil precisam se deslocar em distâncias maiores para as paradas de ônibus, já que o mesmo abarca apenas a parte do bairro mais próximo a Cohab-Anil III, passando pela Rua Isabel Cafeteira.

Figura 9: Linha de ônibus trafegando pela Vila Isabel Cafeteira.



Fonte: Registro de trabalho de campo (2022).

Com relação à saúde, o bairro também não oferece postos médicos ou Unidades de Pronto Atendimento (UPA), fazendo com que em situações de emergência, os habitantes recorrem ao pronto socorro do Anil (localizado na Avenida Casemiro Júnior).

3.3 A construção social e sociológica das moradias/áreas de risco.

Ao se estudar uma localidade com áreas de risco, como é o caso da Vila Isabel Cafeteira, as notícias que circulam sobre o bairro na mídia local, sejam publicações em portais de notícias *online* ou televisionadas, tratam, em geral, das situações que os moradores vulneráveis a estes riscos passaram ou correm. Na mídia maranhense, as notícias encontradas sobre este bairro no campo de buscas do *google* notícias, abordam, em sua maioria, a localidade como uma das áreas de risco da cidade de São Luís.

A compreensão da construção social da noção de “moradia de risco” ou “áreas de risco”, faz-se importante. Três atores destacam-se na disseminação das noções e entendimentos desta questão: os moradores, que são os impactados na sociedade civil pelos danos das áreas de risco, os agentes da Defesa Civil municipal, que comportam o saber técnico sobre as áreas de risco e

representam a ação oficial do Estado, e a mídia, produtora de reportagens e informações sobre o assunto, que apresentam narrativas enredadas pelos moradores, agentes estatais (técnicos) e, em menor quantidade, por políticos locais (vereadores). Nesse ponto, nos faz necessário os esclarecimentos apresentados por Lenoir (1996), na sua análise da construção dos problemas sociais, propondo uma “sociologia da construção da noção”.

Para este autor, as definições e categorias acerca dos problemas sociais ocorrem, antes de tudo, sobre transformações ou crises concretas que parte ou toda a sociedade está passando. No caso das moradias em áreas de risco, o problema fundamenta-se na realidade social através da insuficiência de moradias para todos os cidadãos (déficit habitacional), e no processo de segregação social e espacial decorrente. É sobre estas situações que se desenvolvem um “trabalho social” para o reconhecimento do problema, pautado na “ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo” (LENOIR, 1996, p.84); e assim torná-las dignas de atenção para o restante da sociedade. A existência de órgãos como a Defesa Civil implica que o problema está institucionalizado. Isto acontece quando a questão se tornou evidente para todos, e que as soluções são discutidas publicamente e encaminhadas através de instituições estatais.

A moradia em áreas de risco pode ser considerada um problema concreto – ou seja, um problema social –, tendo em vista estar relacionada a uma crise da sociedade na questão do acesso à moradia. A mídia aparece neste caso como participante da construção social sobre a percepção da vida próxima aos riscos, sobretudo ambientais (como transbordamento de córregos ou deslizamento de colinas/encostas, ocasionados por intempéries), assim como atua também na construção da percepção e definição do que são estes riscos, as suas consequências para a moradia, e no perfil socioeconômico dos moradores destas áreas.

Como apresentado, o discurso midiático acerca das moradias em áreas de risco retratam, predominantemente, os moradores, os técnicos da Defesa Civil e os representantes do poder político (em especial, vereadores). Fato comum a todas as reportagens são os relatos dos serviços técnicos, como o mapeamento, controle de áreas de risco, alerta, prevenção²⁵ e conscientização da população prestados pela Defesa Civil. É sobre estas ações que se desenvolvem duas modalidades de narrativas sobre as moradias em áreas de risco: uma primeira que individualiza e responsabiliza os moradores pela sua habitação na localidades, e a segunda que coloca a situação como resultante das imposições financeiras e falta de recursos.

²⁵Por exemplo, um serviço muito comum realizado pela Defesa Civil em São Luís nas áreas sujeitas a deslizamentos de encostas é a drenagem do solo (retirada da umidade para dificultar os deslizamentos) e aplicação de concreto nos declives.

No primeiro caso, identifica-se falas de agentes da Defesa Civil do município recomendando ou “conscientizando”, com base em pareceres técnicos, a saída e não permanência das famílias da área de risco. Os trechos abaixo são de superintendentes da Defesa Civil de São Luís, nos anos de 2018 e 2021, respectivamente:

A gente realiza um trabalho permanente de conscientização das famílias para o risco de permanecer na residência. As orientações e estratégias a serem adotadas em caso de sinistro seguem os parâmetros estabelecidos pelo Plano de Contingência do Município (Matéria publicada em *O Imparcial* em 19/04/2018)²⁶.

As condições topográficas, ou seja, o desenho irregular do terreno em determinados bairros da cidade escolhidos por cidadãos para a construção de moradias e as chuvas que umedecem o terreno, fragilizando a resistência do solo, são analisadas para se determinar a condição de risco ou não de um ponto (Matéria publicada em *O Estado* em 27/02/2021)²⁷.

No segundo caso, em relato do superintendente da Defesa Civil retirado da mesma matéria, a narrativa do órgão oficial do Estado focaliza nos imperativos financeiros em se habitar em uma área de risco ambiental:

(...) a Defesa Civil preferiu efetuar o isolamento. “Nosso trabalho é basicamente identificar os locais de maior risco, alerta os moradores e ao mesmo tempo dar segurança a quem, por condições financeiros, reside em áreas não consideradas seguras”, disse o superintendente da Defesa Civil do Município de São Luís (Matéria publicada em *O Estado* em 27/02/2021)²⁸.

Em nenhuma das matérias acessadas, a ação do Estado foi questionada por estar focada nos aspectos paliativos e atenuadores de uma crítica situação de habitação que os moradores estavam passando. Tampouco se problematizou a ineficácia do Estado em assegurar o direito constitucional de acesso à moradia ou os processos que se desenrolaram para que tão profundas segregações no espaço urbano fossem criadas. As medidas atenuantes executadas pela Defesa Civil, além de intervenções técnicas nas colinas e encostas, consistem no pagamento de benefícios como o “Aluguel Social” pela Prefeitura Municipal de São Luís, destinado a viabilização do remanejamento de famílias de baixa renda que tiveram suas residências interditadas²⁹.

²⁶Cf. oimparcial.com.br/cidades/2018/04/defesa-civil-municipal-monitora-areas-de-risco-em-sao-luis/. Acesso em: 31/01/2023.

²⁷Cf. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/27/para-evitar-tragedias-defesa-civil-monitora-areas-de-risco>. Acesso em: 31/01/2023.

²⁸<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/27/para-evitar-tragedias-defesa-civil-monitora-areas-de-risco>. Acesso em: 31/01/2023.

²⁹Em São Luís, o pagamento do aluguel social ocorreu em bairros como Vila Bacanga e Vila Dom Luís, na área do Sá Viana. O valor de R\$ 400, ofertado, conforme matéria publicada em *O Estado* em 2019, não dispensa a necessidade da ajuda mútua entre os impactados e vizinhos, para conseguirem efetuar a mudança da área: “Dezenas de famílias atingidas pelas fortes chuvas há uma semana, na madrugada do dia 24, aguardam o recebimento di

Duas formas de impactos em moradias em áreas de risco são destacadas nos bairros de São Luís pelas publicações: os danos causados por inundações e aqueles causados pelo deslizamento de encostas, ambos motivados por fortes chuvas. Segundo estas publicações, que utilizaram informações da Defesa Civil Municipal, os bairros da cidade mais afetados em cada tipo de dano podem ser organizados da seguinte forma:

Quadro 4: Tipos de danos causados por intempéries e bairros mais incidentes.

	Inundações	Deslizamentos
Bairros com maiores incidências	Salinas do Sacavém Sá Viana	Vila Embratel Residencial Piancó Vila Isabel Cafeteira Coheb Sacavém Salinas do Sacavém Túnel do Sacavém Recanto dos Vinhais Anjo da Guarda Quinta dos Machados João de Deus Coroadinho

Fonte: Informações coligidas pela autora em portais de notícias *online*.

De acordo com as informações coligidas em reportagens *online* sobre áreas de risco em São Luís, a Vila Isabel Cafeteira figura-se entre os quatro bairros com maior incidência de deslizamentos de encostas³⁰. Isto ilustra a construção da imagem da Vila Isabel Cafeteira como um bairro frequentemente vinculado a situações de área de risco.

Em se tratando da análise do risco como categoria sociológica, onde o mesmo não é enquadrado apenas como algo de ordem natural, mas sim como fruto das relações sociais de produção do espaço, Ulrich Beck, sociólogo alemão, desenvolveu o conceito de “sociedade de risco”, para se referir a uma fase do desenvolvimento das sociedades modernas. Nesta etapa, a

Aluguel Social – benefício no valor de R\$ 400 -, que deve ser repassado pela Prefeitura de São Luís para viabilizar a mudança de populações de baixa renda que se encontram em áreas de risco e tiveram as residências interditadas pela Defesa Civil" (Publicado em *O Estado*, em 01/04/2019). Cf. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/04/01/moradores-de-areas-de-risco-continuam-em-casas-interditadas-a-espera-de-beneficio>. Acesso em 31/01/2023.

³⁰Apesar ter maior destaque nas ocasiões de deslizamentos de encostas, a Vila Isabel Cafeteira também possui casos inundações de casas causadas por fortes chuvas.

abrangência dos impactos destes riscos (sociais, políticos, individuais e econômicos) tendem a aumentar cada vez mais, atingindo a sociedade como um todo, e escapando das instituições responsáveis pelo seu controle.

Entretanto, é importante destacar que a concepção de risco não é igual para todos: os grupos menos favorecidos socioeconomicamente estão mais sujeitos aos riscos ambientais, e com eles convivem de forma mais próxima e cotidiana. Nesse sentido, a abordagem da sociedade de risco recebeu algumas críticas direcionadas sobretudo pelos autores da abordagem da “(in)justiça ambiental” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Para estes autores, a distribuição dos resíduos poluentes e dos riscos, ambientais (naturais) ou artificialmente criados pelos indivíduos (como é o caso dos impactos da ação humana), são desiguais.

A divisão da sociedade entre classes sociais, baseada nas relações sociais de produção vigente na sociedade capitalista, classe trabalhadora (operários e trabalhadores em geral) e capitalista (executivos, dirigentes, investidores etc.), representa, nesta abordagem, os favorecidos e desfavorecidos não somente em termos econômicos, mas também na exposição aos riscos ambientais. A ocupação de áreas de risco segue esse critério, tendo em vista o seu movimento de ocupação estar relacionado com a desigualdade de acesso ao solo urbano. Assim, estes moradores estão expostos aos riscos naturais-ambientais, mas também aos riscos causados pela própria ação de sua ocupação (a poluição de rios e córregos, que podem ser focos de proliferação de doenças, é um exemplo), marcada pela carência de recursos financeiros e pela falta de infraestrutura urbana.

De acordo com a literatura sociológica da construção social do risco, este não deve ser tratado a partir de uma visão linear e objetiva, mas sim como parte da construção realizada por grupos sociais diferenciados (VARGAS, 2019). Isto porque, esses fenômenos tem uma dupla dimensão, natural e social, o que contribui para as discussões de como deve ocorrer o acesso ao ambiente construído urbano e as suas formas de uso. Dependendo de quem está falando sobre o risco, pode ser mais evidenciado uma das suas duas faces. O “risco” se manifesta socialmente inserido em uma espécie de luta simbólica, como uma luta travada entre diferentes grupos e agentes, situados em diferentes campos do poder (BOURDIEU, 2004). Assim, o risco é uma categoria de compreensão do mundo social que comporta uma dimensão de conflito e poder, envolvendo diversos agentes do mundo social, como jornalistas, técnicos do Estado, incorporadores imobiliários e os moradores de ocupação, que mobilizam uma espécie de disputa para impor a visão legítima sobre o risco.

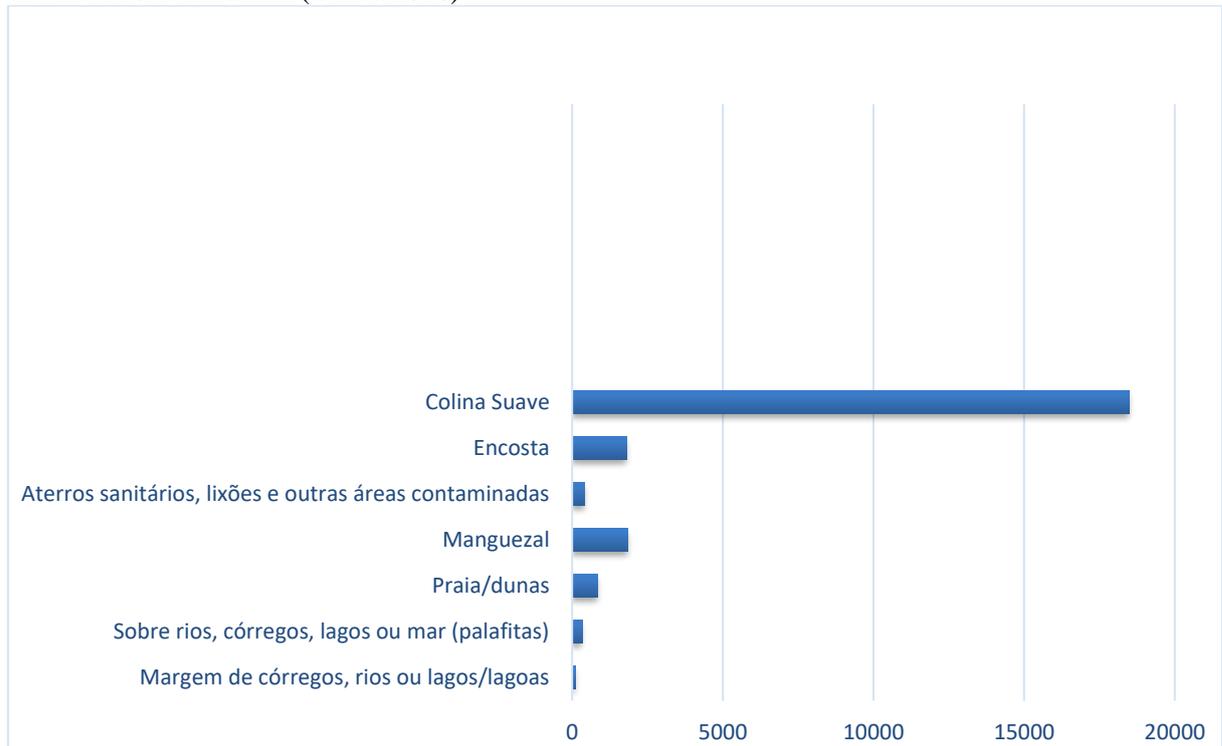
3.3.1 As moradias em áreas de risco e a sua reprodução na realidade social estudada.

Apesar dessas diferentes concepções, e das disputas que desenrolam entre si na sociedade, existe uma situação objetiva so/bre a qual elas se fundamentam. Na realidade habitacional brasileira, tal como citado anteriormente neste trabalho, existem os bairros e moradias definidos como aglomerações subnormais. Dentro destes tipos de aglomerações, existem moradias precárias e improvisadas, que podem estar referidas àquelas consideradas como áreas de risco.

Na cidade de São Luís existiam, segundo o Censo de 2010, 232.912 pessoas residindo em aglomerações subnormais, o que correspondia a 23% do total da população (MASULLO et al., 2013). O maior aglomerado desta modalidade na cidade é o Coroadinho, com seus mais de 50 mil habitantes e 14.278 domicílios permanentes. A Vila Isabel Cafeteira figura-se na quinta posição, com 14.107 (quatorze mil cento e sete) habitantes, 2.570 domicílios permanentes com uma média de 3,8 moradores. Os números e posição do bairro no *ranking* dos aglomerados subnormais, o colocam como um dos principais deste tipo em São Luís.

O gráfico abaixo, também retirado do Censo de 2010, apresenta apenas os domicílios que estariam em situação de risco em São Luís. Apesar da maior parte das moradias em aglomerados subnormais situarem-se em terrenos planos (variável que não está presente no gráfico), muitos deles estão em colinas suaves, seguido de encostas (declives mais acentuados) e daqueles localizados sobre áreas de manguezais.

Gráfico 3: Domicílios em condição de risco em aglomerados subnormais, segundo a localização no sítio urbano de São Luís/MA (Censo/2010).



Fonte: SIDRA – IBGE (Censo 2010). Elaboração da autora.

O bairro da Vila Isabel Cafeteira, como pode ser observado nas figuras anteriores, possui muitas moradias ou em colinas suaves ou encostas, sendo muitas das ruas seguindo o percurso dos terrenos acidentados. Moradias nestes tipos de terrenos possuem uma incidência maior de riscos em períodos de intempéries.

Os riscos, no entanto, são mais amplos e escapam às questões ambientais. Como assevera Vargas (2019), o risco ambiental, fruto de deslizamentos de terra e as enchentes, são apenas uma face das dificuldades diante do histórico de vida desses moradores. Além do risco iminente já citado, os moradores da Isabel Cafeteira vivem diante de um cenário de limitações e dificuldades relacionado à insuficiência de serviços coletivos (escolas, transporte) e à falta de infraestrutura urbana e domiciliar adequada.

Com histórias de vida marcadas por privações e conquistas (como, por exemplo, a auto-construção das suas casas, ainda que muitas vezes precárias). Isso torna a postura desses moradores resistentes frente às avaliações e visitas técnicas realizadas pela defesa civil. No caso do bairro estudado, como constatado em matérias publicadas na mídia *online* com certa frequência e pelas próprias falas dos habitantes do bairro, a Defesa Civil está sempre presente nos períodos chuvosos fazendo vistorias e trazendo orientações para os moradores das áreas mais afetadas e de maior grau de risco. De acordo com os relatos de moradores:

Todo ano a mesma coisa, eles vem aqui, eles olham ele dizem que pode cair. Eles pedem que a gente mude. Mas não tem pra onde ir. Construimos aqui e não dá pra construir de novo em outro lugar (Entrevista, morador Walber, 14/11/2022).

Conforme analisa Vargas (2019), sobreviver é a necessidade primária. A partir disso, o fato de estarem sujeitos a um possível deslizamento ou inundação, a uma ameaça futura, o risco se torna uma preocupação secundária. Ou seja, diante de tantos intempéries diários que a inexistência de uma infraestrutura básica adequada, e tantas ausências de serviços coletivos, o risco temporário e possível somente em períodos chuvosos não é o grande foco desses moradores. À parte isso, o risco é reinterpretado a partir de outra natureza de ameaça: a de expulsão.

As famílias que estão aqui, estão por falta de opção. Quando eles vêm aqui [a Defesa Civil], eles interditam algumas casas, avisam e orientam sobre os perigos. Mas aqui ninguém quer sair. Primeiro porque não tem pra onde ir, e também porque mesmo que vá pra casa de um amigo ou parente nossos móveis, geladeira, fogão vão ficar aqui? (Entrevista, moradora Joana, 05/12/22).

A situação se agrava diante das soluções geralmente apresentadas para a ocupação de áreas de risco, que costumam transferir a responsabilidade para os moradores. Exige-se a necessidades de reavaliar as motivações de permanecer na localidade e as consequências em se habitar no local. O corolário, portanto, está no abandono das moradias por parte dos moradores, o que os tira do papel de “vítimas” e os colocam, muitas das vezes, na situação de culpados, mesmo tendo conhecimento do risco.

Claro que sabemos que com as chuvas ficamos expostos ao perigo. Somos orientados a sair. A defesa civil vem aqui e faz o trabalho deles, mas o trabalho deles parece que eles esquecem o motivo principal dos moradores que vivem aqui perto do rio ou nas áreas de ladeiras: a falta de condição financeira. Então não é tão simples assim isolar nossa casa e pedir que a gente saia. Não é má vontade ou falta de conhecimento. O que falta mesmo é uma condição melhor (Entrevista, moradora Marcela, 05/12/2022).

Esta transferência de responsabilidade feita para os ocupantes de áreas de risco, aponta para uma conotação moral, onde estes indivíduos são responsabilizados por suas “escolhas” em permanecer no local, mesmo ele sendo classificado como perigoso (VARGAS, 2019). No entanto, estas perspectivas desconsideram a trajetória dos moradores nestas localidades, em que construíram suas vidas, tanto materialmente quanto socialmente:

Não acho que ninguém tenha vindo pra cá porque quis. Mas hoje muita gente permanece porque tudo que temos foi construído com muito suor e demorou pra levantar a casa. Sabemos do perigo, mas nenhuma solução apresentada resolve (Entevista, morador Walber, 14/11/22).

No caso desses moradores, as entrevistas demonstram um cotidiano que se compõe de esperança e “pobreza”. Alguns moradores vivem em condições bem mais precárias. É importante destacar que, a partir das entrevistas, da análise em campo e em matérias publicadas *online*, foi possível constatar que não é o bairro como um todo que se configura como área de risco, mas apenas algumas ruas. Destaca-se que o fato de parte desses moradores não estarem expostos a esses riscos, não elimina os corolários de viver na área analisada.

Um dos principais danos causados por deslizamentos ou inundações para os moradores, e que não são contabilizados oficialmente, são as perdas materiais (VARGAS, 2019). Este tipo de situação é identificado por uma moradora cuja residência está situada em área de risco do bairro:

Não foi agora não, faz um tempo já... Deu uma chuva muito forte e entrou água aqui. Molhou tudo. Molhou colchão. Molhou geladeira. E depois a geladeira teve que trocar... (Entrevista, moradora Paula, 16/09/2022).

Com as chuvas, se for chuva forte, você já pode esperar algum dano. Pode ser o nível da água que sobe e alaga, mas isso é mais raro. Mas pode ser também um muro que cai, terra que desliza em cima do muro de alguma casa. A parte mais baixa aqui da comunidade sente mais os danos dessa época do ano. As vezes quando eles falam pra gente procurar outro lugar pra dormir pra não arriscar sofrer algo grave, a gente se pergunta “pra onde” (Entrevista, morador Josué, 05/12/2022).

Os entrevistados relatam a luta diária para conseguir adquirir seus bens materiais, assim como a reforma e melhoramento de suas casas. Além do risco eminente e também das perdas materiais, ainda é importante destacar que os impactos psicosociais prolongam-se a longo prazo:

Quando não é mês de chuva, a gente fica mais tranquilo. Mas vai chegando essa época do ano já ficamos mais alertas. Esse ano já deu uma chuva muito forte. Mas não teve nada não. Ruim mesmo é dezembro, janeiro... que tem chuva forte com mais frequência (Entrevista, morador Simão, 16/09/2022).

Ao conversar com um morador que já teve o muro do quintal de sua residência atingido pelas fortes chuvas:

Nosso bairro é um bairro de muitas ladeiras, de muitas áreas que tem deslizamento. No fundo da minha casa meu quintal é mais baixo e o terreno da vizinha do fundo mais alto, então na chuva existe essa preocupação do muro cair, como aconteceu algumas vezes. Foi preciso reforçar o muro. Apesar do medo e do prejuízo ninguém nunca se machucou aqui na minha casa (Entrevista, morador João, 05/12/22).

No caso da localidade estudada, quando perguntados pelas melhorias referentes a proteção, integridade e dignidade de suas existências, alguns relatos chamaram atenção: a presença constante (apenas em períodos de eleição) de candidatos a reeleição no bairro:

As promessas são sempre as mesmas, nossa necessidade é conhecida por eles. Mas não muda nada. Eles vem, eles olham. Até já conseguimos melhorar o asfalto. Mas falta muito ainda (...) Muito esgoto, fonte de doenças. Isso aqui ninguém nunca ajeitou. Luta antiga. As crianças brincando, correndo e o esgoto nas ruas com esse cheiro (Entrevista, morador Walber, 14/11/22).

Existe uma falta de interesse. Falta olhar pra nossa comunidade, porque sempre tem algum vereador, alguma figura política. Quando é conversado eles falam que é possível melhorar a situação dos deslizamentos. É verdade que o bairro já teve muita melhora, porque antes não tinha ruas calçadas e tinha pouca iluminação. Isso já melhorou muito, é verdade. Mas a agonia das chuvas é um problema que não se resolve (Entrevista, morador Beto, 14/11/2022).

De acordo com as entrevistas realizadas, é possível categorizar a Vila Isabel Cafeteira como uma ocupação-invasão espontânea, tal como colocdo por Maricato (2013b). Segundo esta autora, esse tipo de ocupação-invasão é uma alternativa habitacional que faz parte da “estrutura de provisão de habitação no Brasil” (p.82). Este tipo de ocupação também representa um modo de produção e expansão do espaço urbano, que tem por agentes sociais os então desabrigados, que transformam-se em “moradores de áreas de ocupação” (FERREIRA, 2014).

Apesar de “ilegal”, considerando o seu aspecto estritamente jurídico, é uma forma de ocupação que apresenta algumas “funcionalidades” para o ordenamento do espaço das cidades: i) para a economia, tendo em vista o barateamento da força de trabalho que instalam-se nestas localidades; ii) para o mercado imobiliário, pois seus investimentos orientam-se, em geral, para além dos entornos destas áreas; iii) é funcional também para a orientação dos investimentos públicos, que seguem a tendência de priorizar localidades com o perfil mais atrativo para o capital imobiliário (MARICATO, 2013b).

Autores que trataram da questão do risco que certas localidades possuem (NOGUEIRA, 2002; TORRES & MARQUES, 2002; DUARTE, 2009; DIAS, 2013), entendem que, tanto a segregação socioespacial quanto os riscos ambientais dela decorridos, são resultados de processos sociais originados pelo desenvolvimento econômico, sendo, portanto, um elemento do padrão capitalista. Jacobi (2006, p. 116), explica:

Os riscos explicitam os limites e as consequências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a “reflexividade”. A sociedade, produtora de riscos, se torna crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. A sociedade se torna cada vez mais autocrítica, e ao mesmo tempo em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso. A sociedade global “reflexiva” se vê obrigada a confrontar com aquilo que de positivo e de negativo que criou.

Embora os riscos decorrentes da ocupação de áreas impróprias para moradia sejam bastantes elevados, os danos podem ser minimizados com a atuação direta nas variáveis

associadas ao uso e a ocupação do solo, bem como gerenciamento destes riscos, em sua maioria causadora de acidentes repetitivos, que afetam significativamente o dia a dia dos moradores a eles sujeitos.

Conforme analisa Jacobi (2006, p. 117):

Para as metrópoles, a denominação “riscos ambientais urbanos” pode englobar uma grande variedade de acidentes, em diversificada dimensão e socialmente produzidos. Cotidianamente a população, em geral a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos

No caso da Vila Isabel Cafeteira, o espaço “escolhido” pelos ocupantes está sujeito a deslizamentos de terra e inundações devido a proximidade que algumas ruas possuem com o Rio Itapiracó. No que tange ao enfrentamento da problemática da ocupação desordenada e de suas consequências, Nogueira (2002, p. 32) assevera que:

é preciso entendê-la em seu contexto mais amplo de gestão das cidades, integrando enfoques de planejamento e desenvolvimento urbanísticos, ambientais e sociais. Não apenas abordá-la em todas essas dimensões, mas traduzi-las para o campo técnico, no exercício prático de solucionar problemas prementes, ameaçadores e complexos, quase sempre condicionados por vontades e culturas localizadas na esfera da política, sem ignorar as perspectivas de médio e longo prazo, planos diretores e políticas públicas mais duradouras da sustentabilidade urbana.

Entende-se que a insistente ocupação das áreas de risco são consequências da lógica do processo de urbanização, como áreas de segregação socioespacial, representativas das periferias (ou favelas). Porém, ainda que as áreas de risco sejam consideradas impróprias para moradia por estarem submetidas a riscos naturais ou decorrentes de fatos resultantes da ação humana, é comum ver a ocupação desses espaços por moradores que ficam vulneráveis aos riscos tanto ambientais quanto urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a o processo de produção do espaço do bairro da Vila Isabel Cafeteira em São Luís (MA). Este objetivo, no entanto, levou em consideração um conjunto de contradições próprias da expansão urbana brasileira e da referida cidade. Estas contradições estão profundamente marcadas pelas características que a acumulação capitalista impõe ao movimento de (re)formulação do espaço, como condição inescapável da sua reprodução.

O triunfo do capitalismo transformou o solo urbano em mercadoria e a sua lógica de acesso passou a ser intermediada pelo valor de troca, impulsionando a desigualdade social, que agora também estava refletida no espaço urbano. Nesse contexto emerge fenômenos como a segregação socioespacial, que passa a ser determinante na forma como a urbanização brasileira transcorreu nas últimas décadas. Espaços segregados, muitas vezes lado a lado, que são separados por diferenças econômicas, sociais e simbólicas.

Um dos resultados é o surgimento de áreas de moradias muito distintas. Muitas vezes, estas diferentes áreas estão ligadas a diferentes formas de produção do espaço urbano: além do planejamento estatal na construção dos conjuntos habitacionais e da especulação imobiliária com a produção dos seus condomínios residenciais, encontram-se os espaços frutos da ocupação espontânea de moradores desabrigados. A ocupação espontânea espalha-se por diferentes tipos de terrenos, e em alguns casos, ocorre nas chamadas áreas de risco, reflexo mais profundo da segregação e desigualdade de vida urbana. Em todos os casos os espaços produzidos pela ocupação espontânea são denominados oficialmente pelo IBGE de aglomerações subnormais.

É nesse tipo de contexto que se formou a Vila Isabel Cafeteira. O bairro surgiu pela ocupação espontânea de moradores sem-teto, refletindo um aspecto forte da urbanização de São Luís: a proliferação de bairros dessa modalidade, que a partir da década de 1970 passam a se popularizar na paisagem da cidade, sendo comumente nomeados de “invasões”. Na origem destes bairros identificam-se, em geral, conflitos pela terra, pela moradia. São um exemplo da luta entre possuidores e despossuídos; no caso presente, despossuídos do direito à moradia, do direito à cidade.

A paisagem do bairro reproduz muito do cotidiano e das condições de vida que muito caracterizam estas localidades em São Luís: a ausência de infraestrutura urbana, o improvisado para serviços coletivos fundamentais (como o saneamento básico), a frequência de ruas tortuosas e estreitas. Esta paisagem criada sem muito – ou nenhum – planejamento, acaba por

receber, mesmo tardiamente, alguma infraestrutura por parte do Estado: asfaltam-se as ruas, sem muitas das vezes, modificar suas formas e disposição das casas e terrenos.

A existência e permanência de parte do bairro em áreas consideradas de risco denotam a ausência de ações ou medidas por parte do Estado, no sentido de transformar positivamente o cotidiano dos que ali estão vivendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. 2º. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2009.

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista De Administração Pública**, 22(4), 1988. 107 a 119.

BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. 1.1. 2013, p. 113-128.

_____. O Maranhão “moderno”: uma contraditória lógica capitalista. In: _____; CARDOSO, F. G. (Orgs.). **Desenvolvimento socioespacial e regional no Maranhão: novas e velhas questões**. São Luís: EDUEMA, p. 15-29, 2015.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). **Revela Periódico de Divulgação Científica FALS**. Ano I. Nº. 02.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Caderno Metrópole**. Nº. 18, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**. 27 (79), 2013. p.133-144.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Compreender. In: _____. (Coord.); ACCARDO, A. et al. **A miséria do mundo**. 5º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRITO, Clícia D. B. **O processo de uso e ocupação do solo urbano previsto no plano diretor de São Luís – MA**. 2009. 104 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos Planos Diretores Participativos**. 2009. 526 f. (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

_____. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís**. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

CANO, W. **Linhas gerais da dinâmica regional até a crise de 1929 In: Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. Tese de Livre-Docência

(Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). 1981, p. 42-71.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (Orgs). **Sociedade e política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CARLOS, Ana Fani. **A condição espacial**. 1º ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís-MA. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará). Fortaleza: UFC, 2014.

DUARTE, Filipe Correia. **Segregação socioespacial e distribuição desigual de riscos ambientais na cidade de Itaocara, RJ**. 2009. 101 fls. Dissertação (Monografia). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes – RJ. 2009. Disponível em: <<http://www.inct-tmcocean.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FERREIRA, Frederico P. M. O déficit habitacional: aperfeiçoamentos, desafios e políticas. In: SANTOS, Eleonora C. (Org.). **Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional Municipal no Brasil 2010**. 78 fls. Belo Horizonte, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBI, Pedro. **Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca de sustentabilidade urbana**. Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho. nº 25, outubro de 2006. P. 115 – 134. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

_____. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **BIB**. Rio de Janeiro. n.23. 1987. pp.18-34.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. (Orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LOPES, José António Viana. **São Luís e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Bilingue. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y transportes. 2008.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social na formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LUZ, J. S. da. **Lutas por moradias e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís.** Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís, UFMA, 2004.

MANCINI, Roberto Martins. **Modelos produtivos, mudança institucional e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores na indústria siderúrgica.** 2021. 267 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

MARANDOLA JR.; MARQUES, Cesar; PAULA, Luiz Tiago; CASSANELI, Letícia Braga. **Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo.** Revista brasileira de Estudos de População [online]. 2013, vol. 30, n. 1. Jan/jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

_____. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

MARRA, Natalia Cardoso. Políticas públicas de habitação e a efetivação do direito social e fundamental à moradia. **Anais do XIX Encontro nacional do CONPEDI.** Fortaleza, CE. Junho, 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br>>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1. vol. 1. 26º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

MASULLO, Y. A. G.; Nascimento, T. S.; Carvalho, D. Produção e reprodução do espaço determinando desigualdades e contradições no município de São Luís - MA. Geografia em Questão (Online), v. 6, p. 32-48, 2013.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. NOTAS SOBRE A DINAMICA ECONOMICA RECENTE EM AREA PERIFERICA: As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: **ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS,** 2011, Brasília. Anais [...]. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

MOTTA, L. D. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 21/11/2022.

NASCIMENTO, Éderson. MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **RA'EGA – O espaço geográfico em análise.** V. 23. 2011. Curitiba, Departamento de Geografia da UFPR. 2011.

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. **A política nacional de habitação e a oferta de moradia**. IN Textos e Contextos, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

NOGUEIRA, Fernando Rocha. **Gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos**: contribuição às políticas públicas municipais para áreas de ocupação subnormal. 2002. 268 fls. Dissertação (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Campus de Rio Claro – SP. 2002. Disponível em: <<http://brasil.campusvirtualsp.org>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980**. 2010. 199 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 254-294.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. 2º ed. São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

RUBIN, Graziela Rossalto. BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. IN Ciência e Natura, v.36, mai-ago, Santa Maria: 2014. Disponível em: <<http://www.ufsm.br>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro." **Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado**. Salvador. Número 21 – março/abril/maio (2004).

SILVA, Keli de Oliveira. **A periferização causada pela desigual urbanização brasileira**. Revista Urutaguá – Revista acadêmica Multidisciplinar (DES/UEM). Nº. 11, dez/jan/fev/mar. 2007

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TORRES, Haroldo da Gama. MARQUES, Eduardo. FERREIRA, Maria Paula. BITAR, Sandra. **Pobreza e espaço**: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados. Volume 17, nº. 47. São Paulo. Jan/abr. 2003. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 13 out. 2022.

VARGAS, Dora. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, Norma et al. (Orgs.) **Sociologia dos Desastres**. São Carlos: Rima, 2019

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia humana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: CSAB, D; SCHIFFER, S. R (Orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Espaço intra-urbano: esse desconhecido In: **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001, p. 17-48.

VILLASCHI, J. **Novas modalidades de urbanização e sua inserção regional**: o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, Nova Lima-MG. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

ANEXOS

ANEXO I – REGISTROS FOTOGRÁFICOS REALIZADOS EM TRABALHO DE CAMPO (2022).

Imagem 1: Entrada de acesso a Vila Isabel Cafeteira pelo Cruzeiro do Anil.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 2: Ponte e cercas improvisadas em área do bairro.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 3: espaço entre a construção de casas



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 4: Ponte de concreto sobre o Rio Itapiracó.



Legenda: Ponte localizada na entrada do bairro Vila Isabel Cafeteira, a partir do bairro Cruzeiro do Anil.

Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 5: Descarte de lixo em terrenos abandonados em ruas do bairro.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 6: Reformas improvisadas em casas no bairro.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 7: Residências sem saneamento básico/escoamento de esgoto em córrego do Rio Itapiracó.



Legenda: Cena recorrente no bairro da Vila Isabel Cafeteira.

Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 8: Residência sem saneamento básico.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

Imagem 9: Residência sem saneamento básico próximo ao Rio Itapiracó.



Fonte: Registros de trabalho de campo, 2022.

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO BAIRRO.**ROTEIRO DE PESQUISA – MORADORES****DADOS PESSOAIS**

NOME:

IDADE:

ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

FILHOS:

ESCOLARIDADE DO PAI:

ESCOLARIDADE DA MÃE:

RENDA MÉDIA FAMILIAR:

LOCAL DO NASCIMENTO:

SOBRE A INSERÇÃO E A VIDA NO BAIRRO

HÁ QUANTO TEMPO RESIDE NO BAIRRO?

ONDE MORAVA ANTES?

VOCÊ ACHA MELHOR OU PIOR MORAR AQUI?

QUAIS MOTIVOS FIZERAM VOCÊ MORAR AQUI?

VOCÊ SENTE VONTADE DE MORAR EM OUTRO LUGAR? PORQUE?

QUAIS OS MAIORES PROBLEMAS QUE VOCÊ ENXERGA NO BAIRRO? DESTAQUE.

COMO É VIVER NO BAIRRO? (O QUE VOCÊ ACHARIA “BOM” OU O QUE ACHARIA “RUIM”?).

PARA VOCÊ, QUAL A VISÃO QUE AS PESSOAS DE OUTROS BAIRROS TÊM DA VILA ISABEL CAFETEIRA?

VOCÊ CONCORDA?

VOCÊ JÁ COMPROU ALGUMA CASA? SE SIM, ONDE?

VOCÊ PRETENDE COMPRAR UMA CASA? EM QUAL LOCALIDADE?

CASO TENHA, QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES PARA VOCÊ ADQUIRIR UMA CASA?

COMO É O ACESSO A ESCOLAS NO BAIRRO? QUANTAS ESCOLAS TEM NO BAIRRO?

EM GERAL, PARA QUAIS ESCOLAS VÃO OS MORADORES DO BAIRRO?

EXISTE ALGUM TIPO DE POSTO DE SAÚDE NO BAIRRO? E QUANDO PRECISA, AONDE VÃO OS MORADORES?

O BAIRRO POSSUI QUANTAS LINHAS DE ÔNIBUS? COMO É O DESLOCAMENTO ATÉ O PONTO DE ÔNIBUS? É PRECISO ANDAR MUITO?

SOBRE A PROPRIEDADE DAS MORADIAS

VOCÊ É O PROPRIETÁRIO DA CASA EM QUE VOCÊ MORA? SE SIM, POSSUI O TÍTULO DE PROPRIEDADE?

COMO É ESSA SITUAÇÃO AQUI NO BAIRRO? JÁ FORAM CEDIDOS TÍTULOS DE PROPRIEDADE PARA OS MORADORES?

SE SIM, QUANDO?

SE NÃO, JÁ HOVE PROMESSAS QUANTO A ISSO? (POR PARTE DE POLÍTICOS, POR EXEMPLO).

SOBRE A QUESTÃO DA ÁREA DE RISCO

EXISTE PARTE DO BAIRRO QUE SOFRE COM INUDAÇÕES OU DESLIZAMENTOS?

EM QUAL PARTE DO BAIRRO ISSO OCORRE MAIS?

A PREFEITURA FAZ ALGUMA AÇÃO PARA REVERTER ESSA SITUAÇÃO?

VOCÊ OU OUTROS MORADORES CONSIDERAM ARRISCADO ESSA QUESTÃO DOS DESLIZAMENTOS?